

ANNALES FAJE

ISSN 2526-0782

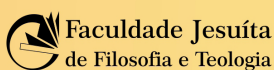
Simpósio de
Liturgia
2ª edição

**Iniciação à vida cristã:
desafios e perspectivas**



ANAIIS
COMUNICAÇÕES
TEXTOS COMPLETOS

Realização:



II SIMPÓSIO DE LITURGIA CRISTÃ

ISSN: 2526-0782

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Os textos publicados são de responsabilidade de cada autor.

Projeto Gráfico e Diagramação: Me. José Carlos Sant'Anna

Arte da Capa: Comunicação FAJE

Apoio e Incentivo:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

(Coordenação Central de Atividades de Extensão Universitária da FAJE)

Coeditor: Me. Felipe Magalhães Francisco

(Assistente da Coordenação Central de Atividades de Extensão Universitária da FAJE)

Belo Horizonte - MG | BRASIL

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

S612i	Simpósio de Liturgia (2.: 2022: Belo Horizonte, MG) Iniciação à vida cristã: desafios e perspectivas: anais, comunicações, textos completos [do] II Simpósio de Liturgia / editor, Geraldo Luiz De Mori; coeditor, Felipe Magalhães Francisco - Belo Horizonte: FAJE, 2022. 104 p. Annales FAJE, v. 7, n. 1, 2022 ISSN: 2526-0782 1. Liturgia - Congressos. I. Título.
-------	--

CDU 264

COMISSÃO ORGANIZADORA

Grupo de Pesquisa FAJE:
A Recepção da Reforma Litúrgica e o Debate litúrgico-sacramental
contemporâneo

Washington Paranhos, SJ

Joaquim Fonseca

Danilo César

Márcio Pimentel

Renato Quezini

Damásio Medeiros

COMISSÃO CIENTÍFICA

Creômenes Maciel

Sinivaldo Tavares

César Alves

Luiz Carlos Sureki

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	5
2. ARTIGOS	
1. André Luiz Benedito	10
<i>A contribuição da homilia para uma mistagogia permanente dos iniciados à vida cristã</i>	
2. Guilherme Matheus Damasceno	21
<i>A prédica na perspectiva teológica barthiana</i>	
3. Ediana de Souza Soares	33
<i>Participação na liturgia como caminho performativo no processo de iniciação cristã</i>	
4. Felipe de Assunção Soriano	44
<i>O rito de batismo de adultos e de crianças no Catecismo de José de Anchieta</i>	
5. Diego Willian dos Santos	55
<i>O projeto iconográfico na Iniciação Cristã: uma urgência?</i>	
6. Luciene dos Santos	64
<i>A dimensão antropológica da música e o canto na iniciação cristã</i>	
7. Raquel Tonini Rosenberg Schneider	76
<i>A igreja-edifício, “sinal e símbolo das realidades celestes”: convite à formação integral do ser humano</i>	
8. Renato Quezini	85
<i>A Iniciação Cristã no Documento de Aparecida e os Ministérios envolvidos</i>	
9. Rodrigo José Arnoso Santos	95
<i>A importância catequética do Anúncio da Palavra na celebração do batismo de crianças fora da missa</i>	

APRESENTAÇÃO

Os Organizadores

O Grupo de Pesquisa A Recepção da Reforma Litúrgica e o Debate Litúrgico-Sacramental Contemporâneo promoveu, de 31 de agosto a 02 de setembro de 2022, o II Simpósio de Liturgia cristã. Contamos com a colaboração na organização do congresso de instituições como a CNBB, ASLI, Faculdade Católica De Pouso Alegre – FACAPA, Instituto de Liturgia da UNICAP e UNICAP. Devido ainda a crise sanitária da Covid-19 o evento foi realizado em formato remoto, através do canal do YouTube e da Plataforma Teams da FAJE.

O tema do Simpósio foi “Iniciação à vida cristã: O que é? Com quem? Como? Desafios e perspectivas” e as atividades do Simpósio foram articuladas em torno a três eixos e desenvolvidos nas Três Conferências, destinadas ao conjunto dos participantes e que colocaram as balizas da reflexão. Três Seminários monotemáticos eram desenvolvidos a cada dia, versando sobre aspectos desses eixos, permitindo um maior aprofundamento sobre o tema. As Comunicações ofereceram aos pesquisadores oportunidades de compartilhar o resultado de seus trabalhos, enriquecendo a reflexão. A organização do Simpósio optou por publicar todos esses textos num único número da revista, para que seus conteúdos fossem de mais fácil acesso aos que se interessassem em lê-los.

As Comunicações abrangem problemáticas muito diversas no âmbito da pastoral e da teologia litúrgica e Iniciação Cristã. Na organização de sua apresentação, que se encontra no Caderno de Resumos do Simpósio, foram criadas salas que contemplavam a seguinte ordem assim constituídas: 1. Doutores e doutorandos; 2. Mestres e mestrandos; 3. Graduados e especialistas. Alguns grupos tiveram mais de uma sala, mas as Comunicações se encontram aqui na mesma parte.

Os textos publicados por Annales FAJE são de inteira responsabilidade de seus autores/as, seja do ponto de vista do conteúdo, seja do ponto de vista da forma. Para sua aprovação, entrevistamos como avaliadores os seguintes membros do Grupo de Pesquisa: Washington Paranhos, Joaquim Fonseca, Danilo César, Márcio Pimentel, Creômenes Maciel e Carlos Henrique Alves de Resende, Renato Quezini.

Inserimos no final desta Apresentação a Justificativa, os Objetivos, a Metodologia, a Programação e a composição das diferentes Comissões que tornaram o Simpósio possível. É importante, enfim, assinalar o apoio recebido da CAPES, através dos recursos do PROEX do PPG de Teologia da FAJE, especialmente no processo de editoração desse número de Annales FAJE.

Esperamos que os textos reunidos nesse número de Annales FAJE contribuam para fazer avançar a discussão da teologia litúrgica e da Iniciação Cristã no mundo acadêmico, com

reverberações no domínio da ação celebrativa e pastoral das comunidades eclesiais do Brasil, estabelecendo assim uma ponte entre a academia e a Igreja, como serviço à inteligência da fé.

Boa leitura!

JUSTIFICATIVA

Foram muitas as contribuições, publicadas nos últimos dois anos, sobre as consequências que, inevitavelmente, a pandemia da Covid 19 causou nas celebrações cristãs, bem como as iniciativas implementadas para que o culto da Igreja pudesse ser garantido a todo custo. Vários congressos, seminários e *webinar* abordaram, sob diversos viés, esse assunto. Não querendo se limitar apenas a essa questão, o “II Simpósio de Liturgia Cristã” debruçará sobre a Iniciação Cristã. Além de aprofundar as questões teológico-litúrgicas basilares dos sacramentos do Batismo, Crisma e Eucaristia, buscará apontar, num olhar prospectivo, possíveis alternativas frente aos desafios inerentes à iniciação cristã, hoje. Infelizmente, na maioria das comunidades cristãs católicas, o processo catecumenal é pouco ou quase nada celebrativo e mistagógico. É visível a desconexão entre catequese e liturgia e vice-versa. Na prática, a catequese quase sempre se limita à assimilação de alguns rudimentos da fé, à moda dos antigos catecismos.

Atendendo ao pedido do Concílio Vaticano II¹ e levando em consideração as experiências de catecumenato em diversos países, a Sagrada Congregação para o Culto Divino publicou, em 1972, o *Ritual da Iniciação Cristã de Adultos* (RICA). Na verdade, o desejo do Concílio era restaurar o catecumenato, uma vez que a iniciação cristã havia perdido seu sentido originário. Por detrás do restabelecimento do catecumenato, encontra-se não uma mera volta ao passado da iniciação cristã, mas a recuperação da centralidade do mistério pascal de Cristo. Obviamente, essa centralidade do mistério era “suposta”, mas nem sempre “significada”. Essa sutil distinção entre “supor” e “significar”, proposta por K. Rahner², nos ajuda a perceber que, de tanto estar implícita, a centralidade do mistério pascal de Cristo acabou por ficar em segundo plano, se não até esquecida, como insinua o próprio Concílio.³

É consenso que o encontro pessoal com o mistério de Cristo acontece de forma eficaz a partir do processo de conversão que, por sua vez, culminará na adesão livre à pessoa de Cristo e à sua missão. Isso aparece explícito na Introdução do RICA:

Este rito de iniciação cristã é destinado a adultos que, iluminados pelo Espírito Santo, ouviram o anúncio do mistério de Cristo e, conscientes e livres, procuram o Deus vivo e encetam o caminho da fé e da conversão. Por meio dele, serão fortalecidos espiritualmente e

1 Cf. SC, n. 64; CD, n. 14; AG, n. 14.

2 RAHNER, 1967, p. 145-147.

3 Cf. SC, n. 21.

preparados para uma frutuosa recepção dos sacramentos no tempo oportuno.⁴

O RICA não é mera coletânea de rubricas, gestos e palavras normativamente estabelecidos. É, antes de tudo, um itinerário que nasceu no seio das primeiras comunidades cristãs, no intento de conduzir o catecúmeno ao âmago do mistério pascal de Cristo. Tal itinerário não inclui apenas a pessoa que deseja aderir à fé cristã, mas, juntamente com ela, toda a comunidade dos fiéis. Trata-se do caráter eminentemente soteriológico da iniciação cristã. Portanto, esse ritual não se destina tão somente ao catecúmeno, mas principalmente à comunidade cristã.⁵ Esta é convocada a “voltar às fontes” de sua própria razão de existir, pois a comunidade é “*ecclesia semper initianda*”.⁶ Urge, portanto, restabelecer a unidade entre iniciação cristã e liturgia,⁷ uma vez que a iniciação cristã também diz respeito a toda a comunidade cristã.⁸

O Batismo, a Crisma e a Eucaristia são sacramentos interligados. Constituem, na verdade, três etapas de um único caminho de fé e vida, através do qual a Igreja introduz os fiéis no mistério pascal de Cristo, tornando-os novas criaturas, filhos de Deus, membros vivos de seu povo santo. Por isso, são chamados de Sacramentos da Iniciação Cristã. O itinerário da iniciação cristã inclui “o anúncio da Palavra, o acolhimento do Evangelho, que implica a conversão, a profissão de fé, o Batismo, a efusão do Espírito Santo, o acesso à comunhão eucarística”.⁹

Assim como foi para os primeiros discípulos, é fundamental para os cristãos, hoje, o reconhecimento de Jesus Cristo como centro de suas vidas. “Eles o seguiram nos caminhos da Palavra e dos sinais do Reino. Recriados pela fé na vitória da ressurreição e animados pelo dom do Espírito, tornaram-se para sempre participantes da sua vida, membros do seu corpo, celebrantes do seu mistério, testemunhas do seu Reino. Atentos à grandeza da missão, passaram a fazer discípulos em todos os povos”.¹⁰

A pessoa acolhida para o caminho de iniciação à vida cristã transforma sua vida a partir do encontro com Jesus e seu mistério manifestos na Palavra, na celebração, na comunidade. A participação nos diversos ritos, especialmente nas celebrações da Palavra ajuda o(a) catecúmeno(a) a guardar e assumir, com profundidade, o que fora descoberto na caminhada iniciática. A fé engloba o anúncio do mistério e sua celebração e, com isso, reforça a relação liturgia-vida.

O *Diretório Nacional da Catequese* destaca a liturgia como “fonte privilegiada de catequese”¹¹ e fundamenta antropológica e teologicamente esse princípio, nos seguintes termos:

4 RICA, n. 1.

5 RICA, Observações preliminares gerais, n. 7.

6 OÑATIBIA, 2000, p. 6.

7 Cf. DGC, n. 66.

8 Cf. RICA, n. 41.

9 CIC, 1229.

10 Estudos da CNBB 97, 69.

11 DNC, 115.

“A liturgia é fonte inesgotável da catequese não só pela riqueza de seu conteúdo, mas pela sua natureza de síntese e cume da vida cristã (SC 10; CR 89): enquanto celebração, ela é ao mesmo tempo anúncio e vivência dos mistérios salvíficos; contém, em forma expressiva e unitária, a globalidade da mensagem cristã. Por isso, considerada lugar privilegiado de educação da fé”.¹²

O processo formativo, onde liturgia e catequese funcionam de forma integrada, contempla os seguintes elementos: a centralidade do mistério pascal de Cristo; o momento celebrativo da História da Salvação; o exercício do sacerdócio de Cristo; a dimensão celebrativa como ação ritual e simbólica; a dimensão comunitária da liturgia; a centralidade do domingo como festa dos cristãos; o aprofundamento da Palavra; a espiritualidade do ano litúrgico; a espiritualidade penitencial; o aprofundamento do sentido da presença de Maria no mistério de Cristo e da Igreja; o redimensionamento bíblico-litúrgico da religiosidade popular (bênçãos, romarias, caminhadas, novenas, festas dos padroeiros).¹³

OBJETIVO

Refletir a partir das experiências atuais de iniciação cristã nas comunidades.

Objetivos específicos:

- a) abordar o que é a “Iniciação cristã” e qual é a proposta do RICA;
- b) refletir sobre os atores da “Iniciação cristã”;
- c) apresentar perspectivas frente os desafios para a iniciação cristã, hoje.

METODOLOGIA

O Simpósio contou com três conferências principais, que deram luz para a reflexão continuada nos seminários temáticos, comunicações de pesquisas atualmente em curso nas várias instituições acadêmicas de ensino de teologia no país e experiências pastorais relevantes. Essas atividades servirão para apontar novos caminhos para a relação e compreensão litúrgico-ecclesiológica.

PROGRAMAÇÃO

II SIMPÓSIO DE LITURGIA CRISTÃ

Iniciação à vida cristã: O que é? Com quem? Como? Desafios e perspectivas

31/08 a 02/09/22

12 DNC, 118.

13 Cf. DNC, 122.

Dia 31/08

14h00: Abertura: Dom José Luiz Majella Delgado, C.Ss.R, Prof. Dr. Elton Vitoriano Ribeiro, Elton e Prof. Dr. Pe. Daniel Santini Rodrigues

Palestra: Iniciação à vida cristã: Desafios e perspectivas: Pe. Carmelo Sciuto

Mediação e tradução: Washington Paranhos

Seminários:

15h15: O que é a Iniciação cristã?: Washington Paranhos, SJ

16h00: Os atores da Iniciação cristã: Jerônimo Pereira, OSB

16h40: A Iniciação cristã hoje: Frei Luis Felipe C. Marques, OFMConv.

Mediadores: Márcio Pimentel e Renato Quezini

17h30: Comunicações – mediação: Washington

Dia 01/09

14h00: Palestra: O RICA: Pe. Domingos Ormonde - Domingos Coelho Ormonde Filho

Seminários:

Mediador: Danilo César

15h15: O espaço celebrativo, o Batistério: Kátia Pezzin

16h00: A comunidade: Creômenes Tenório Maciel, SJ

16h40: Canto e música na Iniciação Cristã: Frei Joaquim Fonseca

17h30: Comunicações – mediação: Washington

Dia 02/09

Seminários:

Mediador: Pe. Vanildo de Paiva

14h00: Catequese e liturgia: Penha Carpenedo

14h45: Experiências de iniciação: Frei João Fernandes Reinert

15h30: Perspectivas antropológicas da iniciação cristã: Frei Luiz Carlos Susin

Mediador: Sinivaldo Tavares

16h30: Comunicações – mediação: Washington

19h00: Palestra de encerramento: Iniciação à vida cristã: Com quem? Pe. Francisco Taborda, SJ

Mediador: Washington Paranhos

A contribuição da homilia para uma mistagogia permanente dos iniciados à vida cristã

André Luiz Benedito ¹

Resumo: Em muitas comunidades, percebe-se nos iniciados à vida cristã uma precária instrução catequético-litúrgica, cuja assimilação praticamente se limita à fase da preparação sacramental. Ao mesmo tempo, para muitos fiéis, a homilia ainda representa o único momento de formação contínua para alimentar a fé. Nesse sentido, esta exposição busca apresentar a contribuição da homilia para uma mistagogia permanente daqueles que participam das celebrações dominicais. Os objetivos deste trabalho consistem em desenvolver a dimensão mistagógica da homilia e em situá-la no quadro de uma perene iniciação ao mistério no decurso do Ano Litúrgico. Valendo-nos de uma pesquisa bibliográfica, começaremos com a abordagem de um panorama da relação entre os iniciados e a liturgia, desembocando no tema da homilia. Em seguida, explanaremos a dimensão mistagógica da homilia, que não se refere apenas à conexão entre a Escritura e o rito, mas também faz acenos a palavras, gestos e sinais da liturgia. Por fim, elencaremos alguns exemplos de como a homilia pode auxiliar os fiéis em uma contínua experiência pedagógico-mistérica ao longo do Ano Litúrgico. Os resultados obtidos apontam que a mistagogia homilética contribui para superar o descompasso entre liturgia e catequese ao estimular os iniciados a participarem ativa e conscientemente dos ritos.

Palavras-chave: Homilia. Mistagogia. Liturgia. Iniciação Cristã.

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de inculcar nos fiéis a tão desejada *actuosa participatio* nas celebrações, a reforma litúrgica do Concílio Vaticano II estabeleceu como um de seus princípios a necessidade de que a assembleia compreenda o que está sendo celebrado. Passadas algumas décadas, o conhecimento dos ritos, bem como a participação ativa e consciente no mistério litúrgico ainda representam um grande desafio para as nossas comunidades. Muitos batizados até comparecem assiduamente às missas dominicais, pois elas continuam a alimentar a fé através da escuta da palavra e da comunhão eucarística. Ao mesmo tempo, porém, nota-se pouco conhecimento da riqueza e densidade dos textos, gestos e sinais litúrgicos como elementos para o crescimento da fé e da vida cristã.

Uma das formas de superar esse embaraço nas relações entre a liturgia e os iniciados está na homilia. De fato, ela é uma realidade frequente nas missas dominicais e, inclusive, constitui o único meio de formação para muitos dos que vão à celebração. Em nosso caso, porém, a problemática não se encontra nas habituais abordagens exegéticas e morais que a pregação litúrgica realiza. A sua dimensão mistagógica, isto é, a introdução do fiel no mistério celebrado será o foco desta exposição. Além disso, a constante presença da homilia no

¹ Doutor em Teologia Sistemático-Pastoral (PUC-Rio). Atualmente faz o estágio pós-doutoral em Teologia na PUC-SP. E-mail: katolous@yahoo.com.br

culto dominical permite que nela se vislumbre a possibilidade de se efetuar uma espécie de “mistagogia permanente” para os iniciados à vida cristã.

Dessa forma, percorreremos três etapas. Na primeira, apresentaremos um panorama da relação entre os fiéis e a liturgia. Depois de constatarmos a defasagem entre ambos, chegaremos ao tema da homilia, como um dos meios para motivar os batizados à descoberta das maravilhas da celebração litúrgica. Em seguida, abordaremos a natureza mistagógica da homilia, que não somente parte das relações entre a Escritura e o rito, mas também recorre a outros elementos como a eucologia, os gestos e os sinais litúrgicos. Por fim, depois de brevemente elucidar os fundamentos de uma mistagogia permanente a partir da homilia, elencaremos alguns exemplos situados ao longo do Ano Litúrgico. Desse modo, a perene introdução ao mistério através da pregação litúrgica contribui para os fiéis saborearem, de um modo incrível e novo, a ritualidade cristã.

1 UM PANORAMA DA RELAÇÃO ENTRE OS INICIADOS E A LITURGIA

Até a reforma do Concílio Vaticano II, a catequese e a liturgia viviam realidades paralelas: a primeira era vista como um resumo de conceitos e definições a serem decorados, difíceis de serem compreendidos e sem relação com a vida concreta do povo; a celebração litúrgica, por sua vez, era concebida como uma sequência de fórmulas mágicas a serem proferidas pelo sacerdote (CARVALHO; BARBOSA NETO, 2022). Para incrementar a participação ativa do povo de Deus nos ritos, a Constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia estabelece a união entre os dois termos ao incentivar a prática da “catequese litúrgica”. Com efeito, “nas próprias cerimônias sejam previstos, se necessário for, breves esclarecimentos, a serem proferidos pelo sacerdote ou pelo ministro competente, em momentos mais oportunos, com termos prefixados por escrito ou semelhantes” (SC 35, n. 3).

Além disso, a Constituição Litúrgica promoveu o resgate da homilia. Esta seria agora “parte da própria liturgia” a ser realizada “no decurso do Ano Litúrgico” em que “são expostos os mistérios da fé e as normas da vida cristã a partir do texto sagrado” (SC 52). Vale ressaltar que o “texto sagrado” não se refere apenas ao das Escrituras, mas também aos textos eucológicos: “Deve a pregação, em primeiro lugar, haurir os seus temas da Sagrada Escritura e da Liturgia, sendo como que a proclamação das maravilhas divinas na história da salvação ou no mistério de Cristo” (SC 35, n. 2).

Após algumas décadas da reforma litúrgica, ainda se observa um longo caminho a percorrer em vista de uma participação plena, ativa e consciente dos ritos. Um dos motivos deve-se à exígua formação litúrgico-catequética dos que já são iniciados à vida cristã. Como resultado dessa situação, alguns fatos são evidenciados: a transformação da liturgia em espetáculo, que degenera o rito em uma experiência sensacionalista; a falta de ardor e a extrema passividade dos membros da assembleia no decorrer das celebrações, culminando no desinteresse pelos sinais sagrados; há, ainda, o automatismo na realização dos gestos, bem como a suposição de que os fiéis compreendam o significado das ações litúrgicas. Tais ocorrências

esvaziam a compreensão espiritual do rito, impossibilitando a experiência de encontro com Cristo e seu mistério e, como resultado, tornam a celebração um momento irrelevante na vida espiritual do cristão (ROLLEMBERG, 2022, p. 83; CARVALHO; BARBOSA NETO, 2022).

Os problemas acima elencados derivam, sobretudo, de dois fatores. O primeiro consiste na limitação da aprendizagem dos ritos ao tempo da catequese sacramental. Assim que celebram os ritos do batismo, da confirmação e da eucaristia, os recém-iniciados, em sua grande maioria, não mais buscam aprofundá-los durante a vida. Em consequência, levando-se em conta que muitos recebem os três sacramentos até pouco depois do início da adolescência (por volta dos 14 ou 15 anos), ao chegar à idade adulta, o fiel ainda possui uma perspectiva “infanto-juvenil” dos ritos celebrados. Em outras palavras, é como se a pessoa crescesse apenas em idade, sem que, ao mesmo tempo, houvesse uma progressão no conhecimento das ações litúrgicas.

O segundo fator refere-se à ausência da dimensão mistagógica da homilia. As orientações da reforma pós-conciliar buscaram superar o caráter puramente temático e moralizante da pregação litúrgica. Para isso, foram-lhe incrementadas três finalidades de acordo com o n. 24 dos princípios gerais do *Ordo Lectionum Missae* (“Elenco das Leituras da Missa”): a *exegetica*, isto é, o dado bíblico, pois a homilia “explica as palavras da Sagrada Escritura que se acaba de ler”; a *parenética*, ou seja, a exortação moral, uma vez que a homilia ajuda os fiéis “a viverem sempre de acordo com a fé que professaram”; por fim, a *mistagógica*, sendo que a homilia “deve levar a assembleia dos fiéis a uma participação ativa na Eucaristia”. Porém, a realidade mostra que são pouquíssimas as ocasiões em que os fiéis contemplam as três finalidades numa mesma homilia. Normalmente, há a explicação do texto bíblico e a relação deste com a vida concreta. Por sua vez, a dimensão mistagógica, isto é, a relação entre a Palavra e o rito celebrado, é exígua ou praticamente inexistente.

Para muitos batizados, a homilia é o único momento de instrução na fé cristã. Sendo assim, é fundamental que aqueles que presidem as celebrações tenham consciência e zelo para não negligenciar esse momento privilegiado de catequese (ROLLEMBERG, 2022, p. 78). Com efeito, além dos eventos formativos propostos pela comunidade sobre temas litúrgicos e do estudo pessoal, o resgate da dimensão mistagógica da homilia é uma oportunidade para os fiéis aprofundarem os ritos celebrados. Não só pela quantidade de pessoas que já é esperada na celebração, mas, sobretudo, pelo fato de que é na experiência viva do rito que o batizado adentra o mistério. Auxiliado pela homilia que une a Palavra proclamada e o momento sacramental, o fiel experimenta ao longo das celebrações “uma iniciação gradativa e perseverante”, pois é através da palavra evangelizadora e catequética que os sinais litúrgicos vão sendo elucidados (CNBB, 2007, n. 120).

Dessa forma, aqueles que desempenham o ministério homilético se defrontam com a realidade de que uma grande parte dos que frequentam a missa aos domingos conhecem muito pouco do mistério celebrado. Urge, então, a realização da difícil tarefa de motivar essa mesma assembleia dos fiéis a conhecer um pouco mais aquilo que celebra. Um “curso de

liturgia” dentro da celebração seria inviável, pois, se ele fosse realizado dentro do rito, “seria uma catequese pobre e uma traição da celebração” (MORANTE, 2010, p. 291). Dessa forma, um caminho a ser seguido encontra-se na redescoberta do caráter mistagógico da homilia. É o que veremos a seguir.

2 A DIMENSÃO MISTAGÓGICA DA HOMILIA

O “hoje” da Palavra não se limita apenas à vida concreta. A atualização da Escritura proclamada também se efetua na celebração sacramental que se segue, de modo que a homilia também exerça a função de “passagem para o rito” (ALDAZÁBAL, 2018, p. 127). Trata-se da dimensão mistagógica da pregação litúrgica, que tem por objetivo a participação ativa dos fiéis no mistério celebrado, mergulhando a assembleia na dimensão mistérico-mistagógica da *anamnêsis* histórico-salvífica (ROMANO, 2012, p. 361).

Na ação litúrgica, a homilia torna-se a “introdutora do mistério”, isto é, toma o fiel pela mão e o faz atravessar o limiar do sinal sacramental para, enfim, proporcionar-lhe a experiência de encontro com o Ressuscitado (MAGRASSI, 1984, p. 134). Neste exercício de “*manuductio*”, a homilia possibilita aos fiéis a abertura à graça do sacramento, bem como dispõe as mentes e os corações para uma participação consciente e plena nos ritos e em seu simbolismo. A palavra transmitida pela pregação transforma a fé de um estado latente para um comportamento consciente e vivido, de forma que a assembleia compreenda e saboreie as riquezas dos gestos rituais. De fato, não raro são as pessoas despreparadas no conhecimento da dinâmica litúrgica e, por isso, precisam ser auxiliadas (BISCONTIN, 2015, p. 38-39).

Os autores da reforma litúrgica redescobriram o sentido da homilia especialmente através do movimento patrístico, que também contribuiu para as realizações do Concílio Vaticano II. Eles desejaram a reorganização do lecionário, a proclamação dos textos em língua vernácula e que as pregações fossem conectadas às leituras bíblicas e ao mistério celebrado (LAMBERT, 2004, p. 72). Desse modo, a retomada da dimensão mistagógica da homilia deve-se muito à revalorização das catequeses dos Padres da Igreja. Dirigidas aos que recentemente celebraram os sacramentos da Iniciação Cristã, elas ajudaram seus ouvintes a fazer a experiência do mistério, de modo que eles compreendessem os sacramentos à luz dos textos bíblicos e dos ritos (ALDAZÁBAL, 2018, p. 127).

Os conteúdos apresentados nas catequeses dos séculos IV e V ainda permanecem um importante subsídio para os que hoje desempenham o ministério homilético. Porém, mais do que buscar temas para a pregação, as grandes catequeses do passado transparecem o tom direto e entusiástico dos pastores, estimulando os adultos recém-iniciados a experimentar a alegria de abraçar a fé cristã (EVENOU, 2010, p. 803).

Para que uma homilia que seja mistagógica, em primeiro lugar, é necessário ilustrar e interpretar as perícopes bíblicas de modo habitual e, em seguida, demonstrar que o evento salvífico nelas descrito não se limita ao passado, mas realiza-se no aqui e agora da celebração litúrgica. Desse modo, a celebração litúrgica não será vista como uma “nova” salvação ou

uma simples repetição do que Deus fez no passado: o sacramento será compreendido como memória e participação do evento salvífico ocorrido uma vez por todas. A homilia em sua dimensão mistagógica introduz os fiéis tanto na compreensão e participação dos eventos de outrora narrados pelas Escrituras, como na compreensão e participação aqui e agora no presente litúrgico, pois tanto os textos bíblicos como a ritualidade cristã são dois momentos de um único ato salvífico (MAZZA, 2010, p. 1137).

Além da relação entre a Escritura e a celebração, a dimensão mistagógica da homilia também encontra sua fonte a partir dos textos eucológicos presentes no Missal Romano. Como mencionado anteriormente, a reforma litúrgica atribui o caráter de “texto sagrado” aos formulários, através dos quais o homiliasta apresenta as riquezas da liturgia celebrada e, assim, alimenta a vida espiritual dos fiéis. Ademais, segundo A. Catella (2010, p. 570), os textos eucológicos não impedem o dinamismo dialógico da Palavra de Deus. Pelo contrário, quando a eucologia é celebrada “em Espírito e Verdade”, ela introduz o fiel na dinâmica da proposta-resposta. Ao perscrutar os textos do Missal, o presidente da celebração descobre que a natureza da homilia não consiste apenas em abordar temas doutrinários ou normas de vida. Na relação entre Escritura e eucologia, a pregação litúrgica proporciona ao batizado a experiência do mistério da graça através da escuta e da celebração. Desse modo, a dimensão mistagógica da homilia conduz a assembleia ao mistério cultural da Igreja através da anamnese atualizadora da Palavra de Deus que se conecta à imensa riqueza dos textos eucológicos (ROMANO, 2012, p. 367). Em suma, “a homilia tem de ser bíblico-eucológica, profundamente envolvida no mistério celebrativo e na vida dos participantes” (ALVARENGA, 2021, p. 169).

A realidade, porém, mostra que os tesouros eucológicos e rituais são ainda muito inexplorados. De fato, segundo A. J. Lambert, “é muito raro ouvir uma homilia sobre uma oração ou sobre um rito litúrgico. Só podemos lamentar, porque isso está previsto nas instruções oficiais” (2004, p. 81). Ao mesmo tempo, vale ressaltar que “não se trata de explicar os ritos ou os símbolos durante a celebração, mas evidenciar alguma parte ou chamar a atenção para algum detalhe particular, motivando a participação e a compreensão da assembleia na ação litúrgica” (CARVALHO; BARBOSA NETO, 2022).

A relação entre a Escritura e o rito, bem como algumas breves referências aos textos eucológicos e aos momentos celebrativos são as linhas mestras para fazer transparecer a dimensão mistagógica da homilia. O povo de Deus, ao contemplar as maravilhas da ritualidade litúrgica, saboreará a riqueza do mistério pascal de Cristo. E não apenas isso. A comunidade, ainda, fará uma experiência incrível e nova dos ritos que por tanto tempo celebraram sem se dar conta da amplitude do seu significado.

Diante do que foi exposto, surge a questão: de que modo a homilia contribui para um processo de mistagogia continuada dos iniciados ao longo do Ano Litúrgico? Para responder a essa pergunta, apresentaremos algumas pistas para ajudar o homiliasta em sua missão de formar perenemente os fiéis na Iniciação à vida Cristã.

3 A MISTAGOGIA PERMANENTE ATRAVÉS DA HOMILIA NO DECURSO DO ANO LITÚRGICO

Tendo em vista a importância da dimensão mistagógica da homilia e a realidade de muitos fiéis iniciados nos sacramentos que ainda mantêm uma visão superficial das celebrações litúrgicas, observa-se a pertinência da contribuição da pregação litúrgica para uma espécie de “mistagogia continuada” dos batizados, a fim de conhecerem e adentrarem mais profundamente o mistério celebrado. Ao mesmo tempo, é bom recordar que “a homilia não substitui um percurso catequético de iniciação à participação nas liturgias, mas colhe a oportunidade oferecida pelo contexto celebrativo para manter viva a compreensão dos símbolos e a participação dos ritos” (BISCONTIN, 2015, p. 41).

A perspectiva de uma mistagogia continuada dos sacramentos já se encontrava no horizonte dos Padres da Igreja. Com efeito, no grupo dos neófitos que deveriam passar pela última fase do itinerário da Iniciação Cristã – o período da mistagogia – estão presentes também os demais fiéis. O comparecimento desses dois tipos de público demonstra que a graça da fé e a conversão pessoal são dimensões que atravessam toda a vida, o que, de algum modo, faz com que sejamos sempre neófitos (CNBB, 2018, n. 99).

Além disso, os Padres também demonstraram que a mistagogia é um método pedagógico-catequético-homilético permanente com o objetivo de fazer entender o que os sacramentos significam para a vida e que seu ensino não se esgota com a entrega e a recepção deles. Nesse percurso, o fiel aprende que a dinâmica da vida cristã é um processo de crescimento rumo à perfeição em Cristo (VOPRADA, 2016, p. 90). Ambrósio de Milão, por exemplo, em seu *Tratado sobre o Evangelho de Lucas* – obra que não é relacionada ao tempo da catequese mistagógica aos neófitos –, para exortar sua assembleia a fugir do pecado, faz uma clara alusão ao batismo: “Conservemos a veste que o Senhor nos vestiu ao sair da fonte sagrada” (1956, p. 192).

O pano de fundo da ritualidade litúrgica oferece muitos meios para uma formação mistagógica continuada através da homilia. A pedagogia do Ano Litúrgico, bem como os gestos, palavras, ritos e sinais ajudam os que presidem às celebrações a conduzir a assembleia a uma participação mais ativa e consciente do mistério celebrado. São momentos em que se personifica e atualiza o mistério salvífico de Cristo realizado no banho batismal, na unção crismal e na mesa eucarística (CARVALHO; BARBOSA NETO, 2022).

Existem alguns momentos do Ano Litúrgico que imediatamente facilitam uma prática mistagógica a partir da homilia. Em relação ao batismo, por exemplo, recordamos as leituras e os ritos da Vigília Pascal, bem como a festa litúrgica do Batismo do Senhor; na solenidade de Pentecostes, é factível alguma referência ao sacramento da crisma; para a eucaristia, de imediato, lembramos a celebração da Quinta-feira Santa e de Corpus Christi. Algumas leituras bíblicas durante o tempo comum transparecem claramente a relação entre a Palavra e a eucaristia, como, por exemplo, o discurso sobre o pão da vida, presente no capítulo sexto do

Evangelho de São João, cujas perícopes são distribuídas ao longo de alguns domingos do ciclo litúrgico do ano B.

Mesmo assim, estamos ainda limitados a alguns momentos específicos, de forma que dificilmente se poderia falar de uma mistagogia continuada para aqueles que já são iniciados à vida cristã. Então, como é que ficam as situações em que não é evidente a relação entre as leituras bíblicas e o rito celebrado? Como a homilia ainda pode transparecer a dimensão mistagógica, sobretudo em vários domingos do tempo comum que abarcam a maior parte do ano litúrgico?

Para superar esse embaraço, cabe àquele que presidirá a celebração meditar não só as perícopes bíblicas, mas também os textos do Missal a serem utilizados. Até mesmo os gestos e os sinais litúrgicos deverão receber atenção da parte do homiliasta. Outro ponto a ser levado em consideração é o contato com obras da era patrística e com textos de outros autores que ajudarão a incrementar a dimensão mistagógica da homilia. Sendo assim, vejamos alguns exemplos dessa dinâmica no decurso do Ano Litúrgico.

Para o tempo do Advento, recordemos uma das aclamações da assembleia após a narrativa da instituição: “Todas as vezes que comemos deste pão e bebemos deste cálice, anunciamos, Senhor, a vossa morte, enquanto esperamos a vossa vinda”². Partindo desse texto, a experiência eucarística se torna uma perene espera pelo retorno do Senhor e perseverar em sua participação é uma forma de manter viva a atitude de vigilância, pois comemos e bebemos até que Ele venha.

A liturgia do Natal oferece alguns elementos inspiradores. Na missa da aurora, há a referência aos pastores que, após o canto dos anjos – “Glória a Deus nas alturas” –, foram depressa a Belém encontrar o menino deitado na manjedoura (Lc 2,15-16). Da mesma forma, após a entoação do “Glória” nas missas, contemplamos a presença do Verbo que se manifesta na Liturgia da Palavra (AROCENA SOLANO, 2009, p. 147), o que faz com que os membros da assembleia revivam a experiência dos pastores em cada celebração. É importante, inclusive, evocar a relação entre a manjedoura e o altar, bem como a etimologia da palavra “Belém”, que significa “Casa do Pão” (MARTINS, 2020, p. 214), uma vez que são temas que impulsionam uma mistagogia eucarística à luz da solenidade natalina.

Para o tempo quaresmal, temos a liturgia do 2º Domingo que apresenta o Cristo transfigurado. O momento celebrativo, por si mesmo, já é uma experiência de estar na montanha sagrada. Com efeito, ouvimos as Escrituras – a Lei e os Profetas, representados respectivamente por Moisés e Elias –, cuja hermenêutica se dá à luz do mistério de Cristo. Também comungamos o Corpo e o Sangue do Senhor, de forma que, pela eucaristia, “ainda na terra participamos das coisas do céu” (oração pós-comunhão do dia), como os apóstolos no alto do monte.

2 Os textos litúrgicos provêm do Missal Romano, conforme referido na lista bibliográfica.

Em relação ao tempo pascal, por exemplo, temos o 4º Domingo, também conhecido como o “Domingo do Bom Pastor”. O Salmo 22, muito lembrado nesse dia, retrata a síntese da Iniciação Cristã: as águas repousantes evocam o batismo; o óleo sobre a cabeça, a crisma; por fim, a mesa preparada recorda a eucaristia (DANIÉLOU, 2013, p. 197-199). Desse modo, o referido texto bíblico resulta em um excelente meio para introduzir os fiéis em uma experiência catequético-mistagógica dos sacramentos.

Ainda nesse mesmo domingo, há o tema da voz do Pastor, muito significativo para ressaltar que é Deus que convoca a assembleia para a celebração da eucaristia. De fato, aquele que preside a celebração é o último que entra, enquanto todo o povo já está acomodado no espaço sagrado. Isso mostra que a comunidade se reúne não por convocação do padre ou do bispo – ou mesmo por iniciativa própria –, mas por vontade de Deus, que faz ressoar sua voz no coração dos fiéis (BOSELLI, 2014, p. 106). Em suma, a igreja não é “casa” do padre ou do bispo, mas ela pertence a Deus, que convida seus filhos a escutar a Palavra e a participar do banquete eucarístico. Dessa forma, um gesto tão simples, isto é, o do presidente da celebração entrar por último, alcança um grande significado à luz da liturgia do 4º Domingo da Páscoa.

A Solenidade da Ascensão abre algumas possibilidades para uma abordagem mistagógica na homilia. Uma vez que o tom da celebração consiste em ter o pensamento e o coração voltados para as coisas do alto, torna-se muito oportuna uma referência ao diálogo invitatório, mais especificamente, à expressão “Corações ao alto”. Cirilo de Jerusalém possui uma catequese muito edificante sobre o tema. Para ele, não basta proclamar com a boca; é fundamental ter o coração e a mente junto a Deus naquela “hora mui tremenda” e, por isso, a assembleia já não deveria mais estar voltada para as preocupações da vida (2004, p. 47). Assim, o homiliasta impulsiona a assembleia a experimentar um clima “ascensional” dentro da celebração em perfeita harmonia com a respectiva solenidade litúrgica.

Em relação ao Tempo Comum, que ocupa a maior parte do ano litúrgico, tomemos como exemplo a liturgia do 29º Domingo do ano A. O evangelho do dia corresponde à perícopes de Mt 22,15-21, que versa a respeito do tributo a César. Destacam-se aqui a figura e a inscrição gravadas na moeda, bem como a sentença de Jesus: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. A impressão do símbolo de uma autoridade na moeda evoca o selo espiritual recebido no sacramento da confirmação. Na crisma, com efeito, recebemos o dom do Espírito mediante um sinal cristológico, isto é, a cruz sobre a fronte. A mistagogia crismal à luz da perícopes mateana permite ao homiliasta mostrar que, pelo sacramento, a assembleia torna-se um “tributo vivo”, pois ela possui a “marca do Rei” que é o Cristo. Por isso, os que receberam a crisma tem a missão de se tornarem um sacrifício espiritual ofertado a Deus, como o próprio Cristo entregou sua vida. No tratado “Sobre os Sacramentos”, Ambrósio de Milão ilumina o homiliasta com sua catequese a respeito do selo espiritual: “Deus, portanto, te ungiu e Cristo te marcou com um selo. Como? Foste marcado com a forma de sua cruz, sinal da sua paixão. Recebeste o sinal para te assemelhar a ele, para que ressuscites à sua imagem, vivas ao exemplo dele, que foi crucificado para o pecado e vive para Deus” (2005, p. 70). Dessa forma, o selo espiritual da crisma recorda aos fiéis a quem eles verdadeiramente pertencem

e, por isso, eles não podem ser submissos aos “césares” deste mundo, que os arrastam para a escravidão do pecado.

A escolha da Oração Eucarística VI-C para a liturgia deste dia enriquece ainda mais a temática. Com efeito, um pouco antes do final do prefácio, encontramos o seguinte trecho: “Por vosso Filho, reunis em uma só família os homens e as mulheres, criados para a glória de vosso nome, redimidos pelo sangue de sua cruz e marcados com o selo do vosso Espírito”. Mais adiante, na epiclese sobre os comungantes, aparece a invocação: “Pela participação neste mistério, ó Pai todo-poderoso, santificai-nos pelo Espírito e concedei que nos tornemos semelhantes à imagem de vosso Filho”. Os vocábulos “selo” e “imagem” realizam uma feliz correspondência com o tema do Evangelho, que não só estimulam a assembleia a reviver a sua dignidade crismal, como também a prepara para a eucaristia daquela celebração.

Ao longo dos domingos do Ano Litúrgico, há também as festas dos Santos. Tomemos como exemplo a Solenidade de São Pedro e São Paulo, partindo do Evangelho da Missa da Vigília (Jo 21,15-19) e do da Missa do Dia (Mt 16,13-19). A perícopes mateana é frequentemente recordada como aquela que fundamenta o primado da fé de Pedro. Mas o texto joanino recorda outra primazia do apóstolo: a do amor. A fé e a caridade são recordadas no momento das intercessões das orações eucarísticas, seja em relação à Igreja como um todo (Oração Eucarística III; VI-D; Sobre a Reconciliação I), seja em relação apenas à pessoa do Papa (Oração Eucarística V). Apesar de o Cânon Romano ser mais convidativo para uso nesta solenidade, cujo prefácio é próprio, a Oração Eucarística III é oportuna no caso de o homiliasta desejar fazer uma ponte entre textos mateano e joanino com os temas da fé e da caridade nas intercessões. Assim, os fiéis descobrem a riqueza deste texto eucológico, que recorda a primazia da fé e do amor, não só com relação ao sucessor de Pedro, como também a toda a Igreja. De fato, a eucaristia impulsiona o batizado, no testemunho de sua vida concreta, a confirmar a fé dos irmãos, bem como a ser o primeiro a amar.

À luz dos exemplos acima, percebemos que a dimensão mistagógica da homilia transparece não só na relação entre as perícopes e o momento sacramental, mas também ajuda os fiéis a se darem conta da riqueza dos gestos e das palavras expressos nos ritos. A partir desses elementos, a pregação litúrgica tanto proporciona aos batizados a progressão no mistério da ritualidade cristã, como lhes traz um novo sabor para a experiência celebrativa. Ao longo do ano litúrgico, a homilia revela uma mistagogia permanente na vida dos batizados e, assim, contribui para realizar o desejo expresso pelo Concílio Vaticano II de uma participação plena, ativa, consciente, frutuosa e piedosa nos ritos.

CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto nota-se que há tanto a urgência de um itinerário mistagógico-celebrativo dos iniciados à vida cristã como também há uma busca pela incrementação da dimensão mistagógica na prática homilética. Ao mesmo tempo, observamos que as duas instâncias se tocam, à medida que aquele que preside os ritos se preocupa em introduzir os

fiéis no mistério celebrado através da pregação litúrgica. Para chegar a esse objetivo, importa ao homilista procurar conhecer melhor os textos eucológicos, bem como o sentido dos gestos e dos sinais da ritualidade litúrgica. Dessa forma, em vez de introduzir certas “inovações” de gosto duvidoso para “atrair gente”, é fundamental que o presidente da celebração procure conhecer melhor a riqueza já existente na liturgia da Igreja.

“Queremos discípulos, não somente gente que faz cursinho” (CNBB, 2010, p. 76). Esta frase que aparece na parte final dos Estudos da CNBB sobre a Iniciação à vida cristã soa como um grito de socorro perante a grande defasagem entre a catequese e a liturgia na vida dos batizados. Importa que o povo de Deus descubra que o caminho dos iniciados “é uma experiência integral, que cada um vai viver a seu jeito, mas sempre em comunidade, sem ‘ponto final de chegada’” (CNBB, 2010, n. 162), pois, no fundo, o iniciado é um “neófito permanente”.

Em vista desse “discipulado permanente”, a mistagogia homilética é um dos meios para os catequizados superarem a presunção de julgar ser suficiente ter feito um “cursinho” de alguns meses. Com o tempo, na verdade, eles perceberão quão gratificante é a experiência de descobrir e redescobrir a beleza e a densidade dos ritos no decurso de toda uma vida.

SIGLAS

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

SC – *Sacrosanctum Concilium*: Constituição sobre a Sagrada Liturgia

REFERÊNCIAS

- ALDAZÁBAL, José. *A mesa da Palavra I: Elenco das Leituras da Missa*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- ALDAZÁBAL, José. *Ministério da homilia*. São Paulo: Paulinas, 2018.
- ALVARENGA, Marcel Gustavo. *Homilia e realidade: elementos constitutivos da pregação homilética. Pesquisas em Teologia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 158-171, jan./jun. 2021.
- AMBRÓSIO DE MILÃO. *Explicação do símbolo; Sobre os sacramentos; Sobre os mistérios; Sobre a penitência*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005.
- AMBROISE DE MILAN. *Traité sur l'Évangile de S. Luc*. Paris: Cerf, 1956, v. I. (Sources Chrétiennes, n. 45).
- AROCENA SOLANO, Félix María. Palabra y Eucaristía. *Scripta Theologica*, Navarra, v. 41, n. 1, 2009.
- BISCONTIN, Chino. *Pregar a palavra: a ciência e a arte da pregação*. Brasília: CNBB, 2015.
- BOSELLI, Goffredo. *O sentido espiritual da liturgia*. Brasília: CNBB, 2014.
- CARVALHO, Humberto Robson de; BARBOSA NETO, João dos Santos. *Catequese, Liturgia e Mistagogia*. São Paulo: Paulus, 2022. Livro eletrônico.
- CATELLA, Alceste. Eucologia. In: SODI, Manlio; TRIACCA, Achille M. (orgs.). *Dicionário de homilética*. São Paulo: Loyola; Paulus, 2010. p. 567-571.
- CIRILO DE JERUSALÉM. *Catequeses mistagógicas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CONCÍLIO VATICANO II. *Sacrosanctum Concilium*: Constituição do Concílio Vaticano II sobre a Sagrada Liturgia. Petrópolis: Vozes, 2013.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório Nacional de Catequese*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2007. (Col. Documentos da CNBB, 84).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Iniciação à vida cristã*: itinerário para formar discípulos missionários. 2. ed. Brasília: Edições CNBB, 2018. (Col. Documentos da CNBB, 107).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Iniciação à vida cristã*: um processo de inspiração catecumenal. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2010. (Col. Estudos da CNBB, 97).

DANIÉLOU, Jean. *Bíblia e Liturgia*: a teologia bíblica dos sacramentos e das festas nos Padres da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2013.

EVENOU, Jean. Iniciação Cristã. In: SODI, Manlio; TRIACCA, Achille M. (orgs.). *Dicionário de homilética*. São Paulo: Loyola; Paulus, 2010. p. 798-803.

LAMBERT, Arnaud Join. Du sermon à l'homélie: nouvelles questions théologiques et pastorales. *Nouvelle Revue Théologique*, Bruxelles, v. 126, n. 1, p. 68-85, Janvier-Mars. 2004.

MAGRASSI, Mariano. *Viver a palavra*. São Paulo: Paulinas, 1984.

MARTINS, Maria Cristina da Silva. A peregrinação de Jerônimo e Paula. *Translatio*, Porto Alegre, n. 20, p. 198-230, dez. 2020.

MAZZA, Enrico. Mistagogia. In: SODI, Manlio; TRIACCA, Achille M. (orgs.). *Dicionário de homilética*. São Paulo: Loyola; Paulus, 2010. p. 1131-1138.

MORANTE, Giuseppe. Catequese hoje. In: SODI, Manlio; TRIACCA, Achille M. (orgs.). *Dicionário de homilética*. São Paulo: Loyola; Paulus, 2010. p. 290-295.

ROLLEMBERG, Maria do Carmo Ezequiel. Catequese e Liturgia para a educação da fé: duas vias e um objetivo. *Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 37, n. 1, p. 73-87, jan./abr. 2022.

ROMANO, Antonino. Il nesso tra “omelia divina” e catechesi: la mistagogia della parola come “eco del Verbum in Ecclesia”. *Rivista Liturgica*, Padova, v. 99, n. 2, p. 358-367, Marzo-Aprile 2012.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E A DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. *Missal Romano*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1992. (24ª reimpressão: 2020).

VOPRADA, David. *La mistagogia del commento al Salmo 118 di Sant'Ambrogio*. Roma: Istituto Patristicum Augustinianum, 2016.

A prédica na perspectiva teológica barthiana

*Guilherme Matheus Damasceno*¹

Resumo: Considerando o labor teológico de Karl Barth com relação à práxis homilética, é oportuno indicarmos que na perspectiva barthiana, no exercício da Proclamação da Palavra, Deus serve-se de um ser humano que fala em Seu Nome, transmitindo a Palavra de Deus para a assembleia litúrgica, através de um texto bíblico (BARTH, 1963). Desse modo, a prédica tem um duplo aspecto: É a Palavra de Deus e a palavra do homem em simbiose; cooperando para o propósito da função profética do homilista que anuncia o Evangelho, ou seja, proclama e testemunha à atualidade do Logos, a Palavra de Deus na celebração litúrgica. Investigamos os elementos comuns e distintos da ciência e arte da pregação na concepção teológica barthiana, sua fundamentação bíblico-teológica e histórica para evidenciar como a Proclamação da Palavra está associada à celebração dos Sacramentos na teologia litúrgica dialética. Nesse sentido, por meio da identificação dos conceitos, dos princípios, da elaboração e dos propósitos da prédica cristã na perspectiva da teologia barthiana, analisamos crítica e criativamente a práxis homilética proposta por Karl Barth, através de uma pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: prédica. teologia dialética. Karl Barth.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um estudo da arquitetura teológica e da argumentação homilética desenvolvida por Karl Barth com relação à Proclamação da Palavra, descortinando os fundamentos do discurso teológico barthiano referente à práxis homilética.

Sabe-se que Barth foi o responsável por formular dois aspectos importantes para a prédica: a Palavra de Deus e a palavra humana. Por isso, como delimitação da pesquisa para um melhor desenvolvimento, analisamos as reflexões teológicas, os elementos comuns e distintos da ciência e da arte da pregação na concepção teológica de Barth, sua fundamentação bíblico-teológica, histórica e as bases teóricas subjacentes da teologia dialética. Evidenciando como a Proclamação da Palavra está associada à celebração dos Sacramentos na teologia litúrgica reformada. No conteúdo, exploramos a principal obra de Barth referente ao método homilético desenvolvido e ensinado por ele, trata-se do livro “Proclamação do Evangelho”. Na obra é possível identificar os principais conceitos, as ideias, as diretrizes e o método barthiano para elaboração de uma prédica. Desse modo, expomos detalhadamente, os fundamentos e as características essenciais da prédica na perspectiva barthiana, para posteriormente descrever o método homilético barthiano.

Consideramos que os objetivos da pesquisa foram alcançados, e desejamos que o trabalho possa contribuir, ainda que timidamente, com os estudos da referida temática.

¹ Mestrando em Teologia pela PUC-SP, e-mail: guilherme.m.damasceno@gmail.com

1 PROCLAMAÇÃO DO EVANGELHO: UMA TEORIA HOMILÉTICA BARTHIANA

Como nasceu e é cultivada a fé dos cristãos? O texto bíblico da epístola de Paulo aos Romanos no capítulo 10 versículo 17 aponta que: “Logo, a fé provém da pregação e a pregação se exerce em razão da palavra de Cristo.”². Nessa perspectiva, a prédica é um dos veículos que comunica e testemunha a Revelação para o povo de Deus, de modo que é a Palavra de Deus ao ser proclamada para a comunidade de fé, se estiver em conformidade com as Escrituras.

A apreensão da Proclamação da Palavra pela assembleia litúrgica influi na construção do saber teológico da comunidade de fé, ou seja, as prédicas que são amparadas por uma fundamentação bíblico-teológica, nutrem o Corpo de Cristo conjuntamente com os Sacramentos, e por isso, se faz necessário uma reflexão sobre a atualidade do tema para a eclesiologia protestante.

Uma retrospectiva histórica com relação ao surgimento e o desenvolvimento dos discursos religiosos se tornariam infundável (RAMOS, 2005). Nesse sentido, se faz necessário, delimitarmos o objeto de estudo que será desenvolvido neste capítulo, que é o exercício homilético que ocorre nas celebrações litúrgicas das comunidades de fé, ou seja, a prédica. O teólogo luterano, Nelson Krist, esclarece que a:

Homilética é a ciência que se ocupa com a pregação cristã, e de modo particular, com a prédica proferida no culto, no seio da comunidade reunida. O termo vem da palavra grega HE HOMILIA. O verbo HOMILEIN significa “relacionar-se, conversar”. HE HOMILIA designa, no NT, “o estar juntos, o relacionar-se”, e, nos primeiros séculos da era cristã, o termo passa a ser usado para denominar a prédica (KIRST, 2012, p.7).

No horizonte barthiano o papel da pregação é o de explicar o testemunho dos intermediários da Revelação, os profetas e os apóstolos, que têm suas experiências registradas nas Escrituras Sagradas, fonte de fé que revela a Aliança permanente de Deus com o povo do Israel Bíblico, e posteriormente com a igreja, receptora da Aliança consumada plenamente em Jesus Cristo. (BARTH, 1963).

Isso nos leva a considerar a pregação partindo de um texto. Ela não pode ser senão exclusivamente bíblica, e relaciona-se ao mesmo tempo ao Sacramento e a Palavra dos apóstolos e profetas. (BARTH, 1963, p.15).

Em vista disso, compreendemos que a prédica flui dos textos bíblicos, desde que seja inspirada mutuamente pelos Sacramentos. Portanto, se reconhecermos a dinâmica de correspondência entre a Proclamação da Palavra e os Sacramentos, o Batismo e a Ceia do Senhor, devemos considerar que o lugar legítimo para o exercício da prédica é no culto público

2 Versão da Bíblia de Jerusalém.

oferecido pela igreja, pois Deus determinou que o ser humano pertença ao Corpo de Cristo para ser nutrido, guiado e exortado por sua Palavra.

Barth foi um severo crítico do culto público que privilegia a pregação em detrimento da celebração dos Sacramentos, o pastor suíço considerava que a prédica desvinculada dos Sacramentos se torna liturgicamente insuficiente, defendendo que a celebração da Ceia do Senhor deveria ocorrer em todos os cultos dominicais. (BARTH, 1963).

O sacramento remete ao fato da Revelação, o qual Deus realizou. As Escrituras Sagradas remetem à qualidade da Revelação. É ocioso opor Sacramento à pregação. Eles não podem ser separados, pois são dois aspectos de uma mesma coisa. (BARTH, 1963, p.14).

Em vista disso, nas próximas seções analisaremos detalhadamente, a teoria homilética barthiana exposta no livro: “Proclamação do Evangelho”. Na obra é possível descortinar a arquitetura teológica da teologia da proclamação elaborada por Barth para ministrar um curso sobre “o sermão e o modo de prepará-lo”, conforme informado por ele no prefácio. Através da identificação dos conceitos, dos princípios, e dos propósitos da prédica cristã analisaremos a perspectiva homilética do autor.

1.1 OS FUNDAMENTOS DA PRÉDICA

A incursão que Barth realizou no domínio da teologia prática é fruto de sua preocupação como professor em fornecer sugestões práticas para os pregadores que almejam elaborar bons sermões que atendam tanto às necessidades da comunidade de fé, e que do mesmo modo, permaneçam fiéis ao evangelho e à tradição apostólica.

Inicialmente em sua tese, são expostos dois princípios que norteiam a pregação. O primeiro se refere a (i) vocação pastoral outorgada pela Igreja ao ser humano que obedece ao chamado ministerial que conforma a missão da comunidade de fé ao mundo. O segundo, diz respeito (ii) a ordem que a Igreja recebeu de servir a Palavra de Deus, por meio de um Ministro ou de uma Ministra da Palavra e dos Sacramentos.

Com relação à tarefa que desempenha o preletor, Barth compreende que essencialmente é a do anúncio e exemplificação de um texto bíblico em um discurso no qual o ministro expressa livremente aos seus contemporâneos a Palavra de Deus (BARTH, 1963).

As duas proposições apresentadas são importantes para evidenciar o ato da pregação como Palavra de Deus e palavra humana. Nesse sentido, os preletores que proclamam a Palavra de Deus têm a consciência de que a sua missão no anúncio ocorrerá sempre de modo fragmentado e imperfeito, mas se for realizada corretamente, estará seguro de cumprir o que precisa ser feito (BARTH, 1963). A liberdade criativa do pregador é circunscrita à Palavra de Deus, de acordo com Barth:

Seu discurso é livre, pessoal. Não é nem uma leitura nem uma exege-

se. Ele diz a Palavra que ele entendeu no texto da Escritura tal como ele a recebeu para si mesmo. Sua missão, como pregador, é semelhante – de algum modo – à dos apóstolos. Ele também tem – num outro plano – uma função profética (BARTH, p.4, 1963).

Por isso, o elemento distintivo da pregação, na perspectiva barthiana, é a garantia de que é Deus que proverá uma comunicação eficiente da preleção aos ouvintes, ou seja, não depende do desempenho do ser humano, o preletor não é o responsável pelo entendimento de sua mensagem pela assembleia litúrgica. Nesse sentido, a pregação é um apelo à Igreja, contudo o reconhecimento da vontade soberana de Deus pela comunidade de fé depende exclusivamente da graça divina e o pregador deverá estar ciente disso, e nutrir o desejo de conhecer e indicar a verdade trinitária ao povo de Deus (BARTH, 1963).

1.2 AS CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA PRÉDICA

As notas essenciais da prédica são inerentes ao carácter que constitui a sua singularidade. Toda coesão da pregação e a autoridade do preletor dependem da sinergia dos eixos que devem ser considerados na elaboração do sermão.

Barth propõe sete princípios que devem nortear o teólogo na formulação de uma prédica, de acordo com o pastor suíço, o preletor deve contemplar os seguintes itens: a pregação deve ser conforme a Revelação; a prédica tem um carácter eclesial; o sermão deve primar pela fidelidade doutrinária; a pregação deve realçar a fidelidade apostólica; o pregador tem que ter consciência do carácter provisório de sua mensagem; a preleção deve ter essencialmente um carácter bíblico; por fim o sermão deve levar em consideração a originalidade, a adaptação e a inspiração de Deus na sua composição para servir bem a comunidade de fé. Esses princípios serão aprofundados nos próximos parágrafos desta seção.

Como consequência prática da conformidade da pregação com a Revelação, Barth defende que não podemos pretender transmitir a verdade de Deus. O sermão não é uma nova Revelação, mas se situa no intervalo da primeira e da segunda vinda de Cristo, ou seja, é ação do sujeito divino que é o objeto e o termo médio que confirma a Revelação de si próprio. Do mesmo modo, o pregador deve buscar apresentar a realidade da Palavra de Deus sem floreios, sendo assim, irá cooperar na irrupção do Reino de Deus. Barth confirma que a pregação eclesial não é qualitativamente diferente da mensagem dos profetas e dos apóstolos, que se situam no momento da revelação histórica cujo documento é a Escritura. O pregador do Evangelho é testemunha da atualidade da Revelação (BARTH, 1963). O autor também sinaliza para necessidade de uma postura humilde do pastor, mesmo que ele seja a voz profética de Deus em sua igreja, pois:

os profetas e os apóstolos estão aí, mesmo se é um simples pastor que fala. Entretanto, devemos ignorar este papel e não nos engrandecer como profetas; se Cristo se digna fazer-se presente por ocasião

da nossa palavra, é precisamente porque há nela um ato do próprio Deus, não de nós (BARTH, p.6, 1963).

Nessa perspectiva, o autor defende o pressuposto de que a boa prédica possui dois polos distintos, mas que são complementares, um é positivo, e tem a função de incluir o anúncio da esperança da redenção, e outro é negativo, responsável pela exortação e denúncia dos pecados. Isso não significa que Barth elaborou uma tese maniqueísta, mas sim que apontou para a necessidade do orador denunciar o pecado sem condenar os ouvintes às opressões cognitivas e espirituais da culpa. A denúncia do pecado deve ser seguida pelo anúncio da esperança da redenção e do perdão, ou seja, a saída do erro deve ser apontada pelas Escrituras Sagradas na pessoa de Jesus Cristo.

É verdade que é preciso falar do pecado e dos erros humanos, mas é preciso fazê-lo mostrando o pecado anulado e o erro destruído. Porque, ou bem é verdade que o homem está perdoado, ou bem ele não tem perdão totalmente. Não se pode falar do pecado senão como sendo levado pelo Cordeiro de Deus (BARTH, p.8, 1963).

Por fim, é oportuno o sentido escatológico da pregação que se situa entre o primeiro e o segundo Advento; é iminente na tradição da prédica cristã a passagem da Epifania para a *Parousia*. Luiz Carlos Ramos ressalta que:

Para Barth, o pregador tem a tarefa de “anunciar a seus contemporâneos o que devem ouvir do próprio Deus, explicando por um discurso, no qual o pregador se expressa livremente, um texto bíblico que lhes afeta pessoalmente”. A práxis homilética é essencialmente dependente de seu contexto histórico-temporal. Por isso, o pregador, ou o teólogo, “deve percorrer um duplo caminho: o do pensamento ascendente e o do pensamento descendente” — este serviço, o pregador o faz mediante o que ele chamou de *Ankündigung*, ou “anúncio de um acontecimento por vir” e *Verkündigung*, ou “anúncio do que está acontecendo” (RAMOS, p.93, 2005).

O caráter eclesial da pregação é ressaltado como um elemento constitutivo da prédica, pois para Barth a igreja autêntica é caracterizada pelo evangelho que é ensinado puramente, e os sacramentos são corretamente administrados pela comunidade de fé. Desse modo, o ministério da Palavra está intimamente ligado com a celebração dos Sacramentos, não é possível uma dissociação, pois os sacramentos acompanham e esclarecem a prédica, já que são os sinais visíveis da graça de Deus (BARTH, 1963); isso ocorre segundo Barth: “Porque o sacramento não é só uma palavra, é um ato material e visivelmente realizado” (BARTH, p.11, 1963).

Portanto, é preciso que reconheçamos a dinâmica de correspondência entre a pregação e os Sacramentos, o batismo e a ceia do Senhor, essa perspectiva implicará na afirmação de que o lugar legítimo para a Proclamação da Palavra é na comunidade de fé.

Barth, considera que na transição da Reforma, a Igreja Católica Apostólica Romana, uma *Eclesia* Sacramental, foi substituída pela Igreja Protestante para uma *Eclesia* da Palavra, desse modo, a pregação se tornou o centro gravitacional da fé evangélica, conduzindo a celebração dos sacramentos para um plano marginal. Em vista disso, o pastor suíço, lembra-nos que Calvino defendia a celebração dominical do sacramento da Ceia do Senhor, e sugere que o protestantismo recupere liturgicamente seu sentido sacramental, sem que isso signifique uma desqualificação do púlpito ou uma apropriação com a teologia litúrgica católica (BARTH, 1963).

Portanto, em sua tese homilética, Barth compreende que o carácter eclesiástico da pregação é assegurado desde que o sermão seja inspirado pelos Sacramentos e permaneça em conformidade com as Escrituras Sagradas. Nesse sentido, a pregação é uma missão e um mandamento do Senhor da Igreja.

A fidelidade doutrinária da pregação, testemunha sobre a submissão que a comunidade de fé tem quando responde uníssona, declamando a Confissão de Fé como uma resposta do ser humano à Palavra que foi proclamada. A profissão de fé resulta da compreensão que a assembleia litúrgica teve do que foi dito pelo orador, ou seja, é uma resposta à Revelação, à Palavra de Deus. Nesse horizonte, a edificação emerge como um elemento que é fruto da escuta da Palavra de Deus, por isso, as doutrinas subjacentes são importantes, elas não são uma elaboração particular do preletor, mas sim, fragmentos da Revelação (BARTH, 1963).

De igual modo, na fidelidade apostólica, Barth explorou uma preciosa ideia sobre a confirmação da apostolicidade da pregação. Enquanto no catolicismo romano, o sucessor apóstolo e vigário de Cristo é o bispo de Roma, o teólogo suíço considera que na medida que o preletor pertence ao Corpo de Cristo, ele é um sucessor apostólico, um vigário de Cristo, pois a Igreja e a Palavra Encarnada são apenas uma unidade, porque conforme Lutero, a: “Palavra de Deus não pode existir sem o povo de Deus” (BARTH, 1963). A discrição do preletor é uma exigência para que ele não ofusque o Evangelho, pois o servo e a serva da Palavra assumem suas vocações diante de Deus, que é o protagonista da História da Salvação. Contudo, em sua tese, Barth recorda que a competência é um requisito bíblico para todos aqueles que desempenham o ofício de pregador, pois a Igreja consciente de sua missão não tolerará qualquer pastor ou pastora que não tenha cultura teológica, e:

O pregador não tem o direito de se remeter preguiçosamente ao Espírito Santo as tarefas de seu cargo. Com toda a modéstia e seriedade, ele deve trabalhar, lutar, para apresentar corretamente a Palavra sabendo perfeitamente que o *recte docere* não pode ser realizado, senão só pelo Espírito Santo (BARTH, p.18, 1963).

O caráter provisório da pregação, se refere a sua anterioridade, ou seja, a procedência dos assuntos que serão abordados na preleção. O ministro é chamado a caminhar na estrada de obediência ao Senhor, e juntar-se à Igreja, que é a serva de Jesus Cristo no mundo (BARTH, 1963).

Sendo assim, os assuntos abordados serão sempre referenciados nas Sagradas Escrituras, que são os registros dos acontecimentos da Obra de Deus no seio de seu povo. Este processo de aproximação do referencial bíblico-teológico, desnuda o ser humano e evidencia a finitude do pregador. Nesse sentido, devemos reconhecer o caráter provisório da pregação, que é um instrumento de edificação e transição rumo à plenitude do Reino de Deus.

Essencialmente, o sermão é uma explicação de um texto bíblico, ou seja, a pregação tem um caráter bíblico. Isso não significa que os aprendizados anteriores e posteriores do ser humano podem ser descartados no processo de transmissão da Palavra de Deus, mas que a preocupação do pregador não deve ser em defender seu sistema de pensamento, sua ideologia ou as ideias que são compatíveis com suas preferências em detrimento do texto bíblico que tematiza a prédica. Em vista disso, Barth propôs cinco implicações para um comportamento que honra o princípio do caráter bíblico da pregação: (a) o preletor deve confiar nas Escrituras; (b) a explicação é sinal do seu respeito à Revelação; (c) quem deseja pregar deve estudar com muita atenção a Bíblia, ou seja, ter zelo exegético, histórico e filosófico no estudo do texto bíblico; (d) o pregador tem o dever de permanecer modesto diante dos textos bíblicos, escutando com atenção o testemunho dos profetas e apóstolos; e por fim, (e) a mobilidade, o preletor deve se apoiar no movimento da Palavra de Deus:

O pregador é chamado a viver uma aventura com a Bíblia, há um intercâmbio contínuo entre ele e a Palavra de Deus. Quando falamos em mobilidade, queremos dizer, ser dócil a esse movimento da Palavra, deixar-se levar através das Escrituras (BARTH, p.25, 1963).

Esses cinco pontos caracterizam a biblicidade da prédica. Toda pretensão personalista é ofuscada quando o sermão se adequa ao parâmetro da autenticidade bíblica, pois a iluminação da Palavra não pertence ao ministro, mas sim ao texto sagrado, que lido e posteriormente proclamado aos corações sedentos pela Palavra de Deus, revela o poder do Evangelho.

O último critério que iremos evidenciar é o da originalidade, da adaptação e da inspiração do sermão. De acordo com a tese barthiana, a pregação é uma palavra atual pela qual o ser humano assume a responsabilidade da linguagem, e pensamento subjacente. O preletor foi atingido primariamente pela Palavra, e levado ao arrependimento diante de Deus, será conduzido corajosamente para dizer aos outros o que isto significa. Contudo, não se trata de uma revelação particular, a exegese do texto bíblico e a meditação se tornarão o testemunho endereçado aos outros (BARTH, 1963). Barth, incentiva a simplicidade e a autenticidade do pregador, lembrando-nos que não é necessário seguir um modelo, imitar o tom de voz ou os comportamentos de outros preletores, a naturalidade compõe o processo de elaboração e transmissão da prédica.

Surpreendente é a atualidade do seu pensamento com relação a necessidade de adaptação do sermão para a comunidade de fé. O tato do pregador para compreender e abarcar as questões relevantes que precisam ser tratadas no púlpito para edificação dos membros da comunidade, sem que isso signifique subserviência e clientelismo, dentre outras características e comportamentos indispensáveis, são apenas algumas das diretrizes em que o teólogo suíço lança luz.

O último desdobramento do ciclo de características essenciais da prédica é a inspiração divina:

[...] não devendo a pregação em definitivo se ocupar senão de Deus, não se pode pregar sem orar, a fim de que as palavras que se pronunciam se tornem apelos de Deus. Além disso a comunidade inteira deve juntar-se a esta oração (BARTH, p.30, 1963).

Essa é a fronteira em que o ser humano se depara, nesse lugar somente o Espírito Santo pode interceder pelos servos e pelas servas de Deus, com gemidos inexprimíveis. Certamente, depende da humildade e da sobriedade com que essas características acima descritas são tratadas pelo preletor, a determinação da relevância e da qualidade da prédica.

1.3 O MÉTODO HOMILÉTICO BARTHIANO

Há diversos métodos homiléticos, não é nosso interesse descrevê-los, mas explicitar o método homilético desenvolvido por Karl Barth como uma contribuição à teologia da proclamação. De acordo com o liturgista Luiz Carlos Ramos:

Quando se trata da prédica, a forma que ela adquirirá é determinada pelo procedimento homilético adotado pelo pregador. O conteúdo de sua mensagem só será comunicado se, de alguma maneira, o homileta puder codificá-lo, isto é, dar-lhe uma forma que explicita a associação significante/significado (RAMOS, p.126, 2005).

Sendo assim, considerando que o esboço e/ou o texto integral da prédica é o produto final do trabalho homilético, e sua alocação ocorre no contexto litúrgico e celebrativo do culto público, buscamos descrever as etapas que precedem a comunicação verbal-oral do sermão.

Como passo inicial, Barth propõe a escolha de um texto bíblico. Ao se colocar diante da perícopa, o preletor fica à disposição de Deus para o obedecer; nesse sentido, em sua perspectiva: “Nós desobedecemos quando imaginamos poder colocar-nos diante da Escritura com nossa liberdade própria e nosso poder autônomo.” (BARTH, p.31, 1963). Outrossim, o texto bíblico não poderá ser escolhido de acordo com a preferência do homileta, a narrativa bíblica precisa ser tratada com reverência, e o preletor deve se submeter às Escrituras Sagradas, sua postura deve ser a de um servo da Palavra.

Algumas recomendações são listadas para facilitar o processo de escolha da perícopes, dentre as quais, não escolher textos curtos, se a pregação é essencialmente uma explicação bíblica, a tentação de optar por pequenos trechos em detrimento do contexto precisa ser vencida. Os textos que aparentam ser fáceis e são constantemente citados, podem ser violentados em seu contexto se privilegiamos frases que isoladamente agradam os ouvintes, mas que apresentam um sentido dissonante do seu propósito original. A alegorização, ou a hermenêutica da individualização pessoal na interpretação das Escrituras Sagradas, impede que a Palavra comunique claramente sua mensagem. Nessa perspectiva, o gênero literário de cada texto bíblico tem de ser respeitado; e para evitar a repetição das passagens bíblicas sugere-se que a igreja siga o calendário litúrgico ou uma série de pregações em torno de um livro bíblico ou tema teológico (BARTH, 1963). Ainda, de acordo com Barth:

No quadro da Igreja não temos que expor princípios cristãos ou outros assuntos deste gênero. O que temos que entender é o que Deus diz à Igreja, o que constitui fundamento e educação. Se desejamos ganhar pessoas ainda estranhas à Igreja (quer se trate de evangelização ou missão) então comecemos por não fugir ao serviço que nos é entregue (BARTH, p.32, 1963).

Por fim, Barth lembra-nos que o pregador não atende as demandas do público, e tão pouco da vontade do seu coração. Por isso, a ênfase não poderá ficar restrita ao calendário eclesialístico da família confessional, mas sim ao que a Palavra de Deus tem a dizer, e da exigência que obedecê-la impõe à quem deseja servir no ministério da Palavra (BARTH, 1963).

Após considerar todos os aspectos supracitados na escolha da perícopes, inicia-se o processo de preparação da prédica. Duas funções se destacam na redação do sermão, (a) a função receptiva e (b) a função espontânea. A escuta do texto bíblico deve ser objetiva em oposição ao subjetivismo, nesse sentido, a função receptiva:

Trata-se de escutar o que está dito no texto. Comecemos pela simples leitura, meditando palavra por palavra. É aí que está a matéria da nossa pregação. Ler o texto, mas no original. Toda tradução é uma fonte secundária e representa já um verdadeiro comentário (BARTH, p.32, 1963).

Na sequência, a análise dos pontos, das ideias e do propósito do texto bíblico são necessárias para o desenvolvimento, para tal recomenda-se a leitura de um comentário bíblico, privilegiando tanto os comentários históricos-críticos e os trabalhos exegéticos de referências pastorais como Calvino, Lutero e Agostinho (BARTH, 1963).

O curso do testemunho e a atualização do texto bíblico sintetizam a função espontânea. Concluindo o trabalho receptivo, podemos concluir que a Bíblia é ao mesmo tempo, um livro histórico e um livro da Igreja. As Escrituras Sagradas são, nessa perspectiva, um

monumento histórico e um documento da Revelação que tem sentido para o ser humano de hoje (BARTH, 1963).

A Bíblia é o único documento da Revelação, mas um documento suficiente. É por isso que nós a chamamos Escritura Santa, a Palavra de Deus que vem até nós. Se se compreende que este livro é realmente o testemunho da Palavra de Deus, parece inútil falar do assunto e do tema do sermão, não há um assunto, senão um tema: A Revelação de Deus, Jesus Cristo (BARTH, p.35, 1963).

Contudo, na perspectiva barthiana, o que figura no texto bíblico não é a Revelação, mas sim o testemunho da Revelação, portanto, “a tarefa do pregador consiste em fazer entender esse testemunho dado pelo texto” (BARTH, p.35, 1963).

Os dogmas podem ser as balizas pelas quais o caminho será indicado para que o preletor seja fiel a mensagem evangélica, mas sem a necessidade de ser repetitivo. A Bíblia contém um precioso tesouro narrativo, cabe ao intérprete se esforçar para extrair suas riquezas.

Por conseguinte, Barth defende a redação integral da prédica, pois sua sacralidade exige a responsabilidade do preletor justificar palavra por palavra do sermão em um ato sacrificial de preparo e consagração para o ato de Proclamação do Evangelho.

O esquema homilético indicado para redação do texto inclui a introdução, a unidade e a conclusão da pregação. Com relação a introdução, é importante que seja bíblica, pois as pessoas se dirigem para igreja desejando entender a Palavra de Deus. Por mais que citações de importantes autores cristãos e/ou intelectuais sejam importantes, cabe a avaliação se o texto bíblico precisa ser creditado por esses pensadores, na opinião de Barth, não é necessário. Desse modo, a introdução não deve ser negativa, apontando os erros e pecados da congregação. Na teologia reformada há uma clara orientação de que a ligação entre Deus e o ser humano é um milagre que procede do Alto, ou seja, se a Bíblia falar desde o começo, o arrependimento e a exortação serão operadas pelo próprio Cristo (BARTH, 1963).

O texto da pregação não deve ser tecido de modo fragmentado, a unidade é essencial, uma vez que o texto bíblico que inspirou a redação da prédica é uma unidade literária. Em vista disso, pode-se excluir o arranjo premeditado de contextos paralelos que supostamente são necessários para embasar o tema e a mensagem. É claro que para uma organização textual é necessário destacar as partes do sermão, mas isso faz parte do processo de construção de uma unidade que tenha coesão. Nesse horizonte, ao ler a história bíblica completa da perícope, podemos testemunhar o que a Palavra de Deus diz, e não fabricar o seu conteúdo por nossa engenhosidade (BARTH, 1963).

Por fim, a prédica não precisa ter obrigatoriamente uma conclusão, podemos nos contentar com a mensagem do texto bíblico. Há uma pressão para que o preletor conclua com a aplicação, contudo, Barth observa que é honesto terminar a pregação reconhecendo

a fraqueza do ser humano e a esperança da consolação, desafiando a comunidade de fé para testemunhar com a ajuda de Deus o Evangelho (BARTH, 1963).

CONCLUSÃO

Não há uma homilética homogênea, as definições, os princípios e os métodos da arte sacra que fundamentam a teologia da proclamação são plurais, nesse sentido, o que temos são homiléticas, que ao longo do desenvolvimento do pensamento cristão, demonstraram respeito pelas especificidades do seu lugar, contexto e tempo histórico (RAMOS, 2005). Como defende Luiz Carlos Ramos: “Em cada época, o discurso religioso procurou cumprir seu papel da maneira que julgava ser a mais adequada, influenciando e sendo influenciado por seu tempo” (RAMOS, p.93, 2005).

Desse modo, não há uma definição única para a homilética. Contudo a especificidade de uma perspectiva reformada reivindica uma base epistêmica que seja profissional, apolo-gética e iluminada pela teologia cristã de herança reformada. Acreditamos que a perspectiva teológica barthiana é uma alternativa que descortina horizontes de qualificação e atualização da mensagem evangélica nos púlpitos reformados, pois a teoria homilética desenvolvida por Karl Barth é dialética, ou seja, ao passo que valoriza a rica herança reformada, também permanece aberta para as perguntas que são realizadas pela assembleia litúrgica. Conforme Luiz Carlos Ramos: “[...] a homilética, em lugar de se ocupar da oratória, deveria se ocupar de um tipo de escutatória, para que a prédica possa ser transformada pela cumplicidade com a experiência (o “pecado”) da comunidade para qual é pregada” (RAMOS, p.94, 2005).

Ao enfatizar que a Igreja é una, santa, católica e apostólica, Barth desenvolveu a noção de “*ecclesia docens*” e “*ecclesia audiens*”, ou seja, a igreja que ensina e também a igreja que escuta, e portanto, há critérios que legitimam a pregação, mesmo que sejam reconhecida-mente processos humanos, são formas legítimas de reconhecimento da função e vocação do pregador, uma vez que o preletor deve se submeter à fidelidade doutrinária da Igreja, e sua mensagem tem que expressar o que a tradição cristã crê e professa (SANTANA, 2007). Ainda de acordo com Manoel Bernardinho Santana Filho:

Isto significa que o trabalho do pregador é antes de mais nada recordar o que foi ensinado pela Igreja desde os primórdios. Pregar é, de certa forma, recordar o que em certo tempo Jesus disse e realizou. A pregação deve estar ligada diretamente à memória da Igreja (SANTANA, pp.70-71, 2007).

Por esse motivo, consideramos que o produto homilético, a prédica, é uma peça oratória sacra que, a partir da leitura e interpretação de um texto bíblico, interpreta o passado, elucida o presente e desafia a comunidade de fé para vislumbrar o futuro (RAMOS, 2005).

A memória dos testemunhos proféticos e apostólicos das Escrituras, bem como a recordação da história da salvação cujo apogeu se encontra nos Evangelhos que narram a vida e

o ministério de Jesus, conduz o preletor a presença de Deus; presença que pode ser celebrada por todos os cristãos que acolhem a Palavra proclamada, e respondem a prédica com os seus corações cheios de esperança, pois essa Palavra encarnada, escrita e proclamada permanece sendo a memória, a presença e a esperança da vinda do Senhor, Jesus Cristo, o Filho de Deus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTH, Karl. **A proclamação do evangelho**. Tradução de Eduardo Galasso de Faria e Moysés Campos Aguiar Netto. São Paulo: Editora Novo Século, 1963.

KIRST, Nelson. **Rudimentos de homilética**. 3 ed. São Leopoldo: Iepg; Sinodal, 1996.

RAMOS, Luiz Carlos. **A pregação na idade média: os desafios da sociedade do espetáculo para a prática homilética contemporânea**. Tese (Doutorado)– Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo, 2005.

SANTANA Filho, Manoel Bernardino de. **Palavra de Deus e ação profética na teologia de Karl Barth: a renovação da Igreja a partir de sua vocação para o serviço à comunidade**. Orientadora: Ana Maria Tepedino. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Participação na liturgia como caminho performativo no processo de iniciação cristã

Ediana de Souza Soares¹

Resumo: Este artigo visa aprofundar a reflexão da ação educativa do rito na perspectiva da mistagogia, que é a pedagogia que deve pautar a metodologia da catequese e a busca pela valorização das ações rituais no processo de iniciação cristã. Esta, normalmente tem sido entendida como processo anterior à celebração dos sacramentos do batismo, crisma e eucaristia e sendo de responsabilidade exclusiva da pastoral catequética. No entanto, toda a Igreja deve esforçar para manter-se no processo de introdução no mistério de Jesus e, ao mesmo tempo, ser uma comunidade mistagógica. A formação do discípulo missionário é permanente. Este trabalho abordará a proposta da educação ritual tendo como ponto de partida as reflexões acerca da iniciação cristã realizada nos primeiros séculos da Igreja e como a partir do Concílio Vaticano II, tem-se refletido sobre a catequese inspirada pelo catecumenato antigo. Os resultados nos apontam para a adoção da pedagogia mistagógica nas pastorais litúrgica e catequética. Conclui-se que estas pastorais devem se integrar e interagir para uma fecunda e eficaz formação do discípulo missionário e que os ritos possuem uma característica performativa no processo mistagógico.

Palavras-chave: catequese – mistagogia – mistério – ritos – catecumenato

INTRODUÇÃO

A proposta de Andrea Grillo em sua obra “Ritos que educam” de que os ritos litúrgicos devem ser celebrados de forma que sejam educativos, permitindo aos membros da assembleia entrar no mistério de Deus e assumir uma vida ética, chamou a atenção e despertou o interesse pessoal em refletir o processo de iniciação cristã a partir desta perspectiva, ou seja, da ação educativa do rito. Cada vez mais vem sendo despertada na consciência eclesial, a partir da atualização pastoral do Concílio Vaticano II, a necessidade de renovar a metodologia catequética, a fim de que esta dimensão da atividade evangelizadora realmente forme a pessoa para uma adesão sincera e autêntica a Jesus Cristo.

A *Sacrosanctum Concilium* (n. 64-65) ao estabelecer a restauração do catecumenato, impulsionou o aprofundamento da reflexão sobre a catequese de inspiração catecumenal, que em alguns contextos eclesiais, é identificada como catequese de iniciação cristã. À medida que há o esforço para implantá-la, desafios novos vão surgindo nos contextos religioso cristão e social. Com isso as reflexões teológicas vão avançando em busca de respostas e de aprimoramento para o desenvolvimento desse estilo de catequese dos primeiros quatro séculos, que foi reassumido pela Igreja a partir do CV II. Desde então, constata-se nas reflexões teológicas, que há uma espécie de simbiose entre catequese e liturgia sacramental no processo de iniciação à fé. Pode-se dizer que é impossível, incoerente, ou até mesmo uma mutilação, pensar catequese e liturgia como dimensões pastorais independentes. Nota-se um avanço na

¹ Mestranda em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Bolsista FAPEMIG. soaresedianasouza@gmail.com

compreensão da mistagogia como a pedagogia por excelência da atividade catequética, e neste caminho é inconcebível a separação entre liturgia e catequese. A ação formativa de ambas é conduzir a pessoa para dentro do mistério de Jesus Cristo. Esta ação não se aplica apenas aos batizados, ainda não iniciados verdadeiramente, ou aos catecúmenos. Estende-se a todos os fiéis batizados perpassando por toda a vida até a morte. A cada participação litúrgica, os fiéis devem ser educados para viver a vida em Cristo, religiosa e eticamente.

Através da pesquisa bibliográfica, este trabalho deseja aprofundar a reflexão sobre a dimensão formativa dos ritos litúrgicos na perspectiva da catequese mistagógica. Entre vários autores pesquisados, apenas alguns são citados, tais como: Dionisio Borobio (2009), Ione Buyst (2011), Ignacio Oñatibia (2018), entre outros. Estes autores tratam dos temas liturgia e catequese vinculados ao processo de iniciação cristã. Esta pesquisa foi surpreendida pela publicação, no dia 29 de junho de 2022, da Carta Apostólica de Francisco, *Desiderio Desideravi*: sobre a formação litúrgica do povo de Deus. Esta traz uma grande contribuição a este trabalho, pois ela coloca claramente a função educativa da ação litúrgica.

1 A DIMENSÃO FORMATIVA DO RITO LITÚRGICO

Para entender melhor a concepção de ação ritual como educativa, é importante recordar o conceito de iniciação cristã e descrever brevemente a sua história. Ficará evidente que essa concepção fundamenta-se nos vários modelos de iniciação à fé, sobretudo dos primeiros séculos da comunidade cristã.

Os escritos neotestamentários não falam de iniciação cristã, mas oferecem dados significativos sobre a entrada na comunidade cristã. Este processo de incorporação ao mistério de Cristo é expresso por alguns elementos essenciais: a pregação do evangelho, a acolhida na fé e a conversão, a catequese, a verificação das condições do candidato, o batismo, o dom do Espírito Santo. Para os batizados havia um sistema educativo: o ensinamento dos apóstolos, a vida em comunhão, a assiduidade na fração do pão e na celebração do dom da salvação divina e a perseverança na oração e no louvor a Deus. Na época da patrística foi institucionalizado o catecumenato, pois a iniciação à fé e à vida cristã constituíram-se no interesse da Igreja em estabelecer um caminho para ajudar a pessoa tornar-se cristã. Ele baseava-se nas seguintes etapas: a) missionária – constituída do anúncio de Jesus Cristo, da prova do candidato e da admissão ao catecumenato; b) tempo do catecumenato – durava três anos aproximadamente e era constituído de formação e de prova; c) preparação imediata aos sacramentos da iniciação – acontecia dentro do tempo da quaresma com os ritos, exorcismos e escrutínios culminando com a celebração do batismo, da crisma e da eucaristia na vigília pascal; d) catequese mistagógica – realizada na semana da páscoa(oitava pascal) para explicar os simbolismos dos ritos, as figuras bíblicas dos sacramentos e exortar a viver em Cristo. A partir do século V a iniciação cristã viveu momentos de desorientação e obscuridade devido a cisão entre liturgia e catequese e às transformações ocorridas na sociedade e na Igreja nos séculos V e VI. A partir do CV II, a iniciação cristã recebeu um novo impulso, especialmente através da *Sacrosanctum Concilium* (64 e 71) que estabeleceu o catecumenato de adultos, do decreto *Ad*

Gentes(13-14) que apresenta a proposta do catecumenato, do Código de Direito Canônico (788, 2 e 815,1) que normatiza o processo de catecumenato, do Ritual para Iniciação Cristã dos Adultos (RICA) que orienta o processo catecumenal e o Diretório Geral para a Catequese (1997) que coloca a iniciação cristã como centro da catequese (GUILARTE, 2004, p.603-605).

A iniciação cristã não cultiva uma fé como que sobreposta à ou separada da realidade pessoal, familiar, profissional, social. Leva a compreendê-la e assumi-la a partir de novos parâmetros: o seguimento de Jesus Cristo em função da chegada do Reino de Deus (BUYST, 2011, p. 117).

Guilarte (2004, p. 605) nos oferece uma definição clara e precisa sobre a iniciação cristã, entendida como:

A incorporação do candidato, mediante os três sacramentos de iniciação, no mistério de Cristo, morto e ressuscitado, e na comunidade da Igreja, sacramento de salvação; de tal modo que o iniciado, profundamente transformado e introduzido na nova condição de vida, morre ao pecado e começa nova existência para a sua plena realização. Esta inserção ou transformação radical, realizada dentro do âmbito de fé da comunidade eclesial, em que há de se integrar a resposta de fé do candidato, exige, por isso mesmo, um processo gradual ou itinerário catequético que o ajude amadurecer na fé.

Atualmente se compreende que a responsabilidade sobre a iniciação cristã é de toda a Igreja, e não apenas da catequese ou dos catequistas. Por isso é fundamental o entrosamento e a corresponsabilidade entre todos os agentes pastorais: ministros ordenados, leigos e religiosos. Toda a comunidade deve tomar consciência desta missão e procurar traçar seu próprio caminho permanente de introdução no mistério de Cristo. Assim, ela será a mediadora da ação iniciática que é dom gratuito do próprio Deus, que chama para viver na intimidade com ele e com os irmãos. Para isso é necessário o conhecimento intelectual sobre o processo mistagógico, mas em primeiro lugar é necessária a experiência pessoal e comunitária com Ele que se autocomunica e doa-se a si mesmo à humanidade, e que hoje continua o seu diálogo com o ser humano, especialmente, através das celebrações litúrgicas com seus símbolos e ritos. Papa Francisco enfatiza a dimensão concreta nos símbolos litúrgicas na vida de quem celebra e a força que eles têm de conduzir o celebrante à dimensão da contemplação.

O estupor é parte essencial da ação litúrgica porque é a atitude de quem sabe que está diante da peculiaridade dos gestos simbólicos; é a admiração de quem experimenta a força do símbolo, que não consiste em uma referência a um conceito abstrato; mas, sim, em conter e expressar, concretamente, aquilo que significa (DD, n. 26).

Papa Francisco aponta também o desafio que precisa ser superado. Sua provocação parte de uma interrogação. Pode-se deduzir que ele não impõe o que e como fazer, mas espera que com criatividade cada comunidade se esforce em recuperar a valorização da dimensão simbólica litúrgica que possui caráter educativo.

A questão fundamental é, portanto, esta: como recuperar a capacidade de viver a ação litúrgica em sua plenitude? A reforma do Concílio tem esse objetivo. O desafio é muito exigente, pois o homem moderno - não em todas as culturas ou da mesma forma - perdeu a capacidade de se confrontar com a ação simbólica, que é uma característica essencial do ato litúrgico (DD, n. 27).

O DAp afirma que a vida sacramental é de fundamental importância no processo de formação do discípulo missionário; através dela se amadurece constantemente na vida cristã aprofundando-se no mistério da pessoa, do exemplo e da doutrina de Jesus. Pois, ela favorece o fortalecimento da conversão inicial e a perseverança dos discípulos missionários em meio aos desafios do mundo (n. 278). Podemos inferir que de modo sutil, o DAp aponta para a formação através dos ritos litúrgicos. Isso fica mais evidente ainda no n. 142, que constata que os cristãos procuram identificar-se com o Senhor, através das celebrações litúrgicas.

Na América Latina e no Caribe, inumeráveis cristãos procuram buscar a semelhança do Senhor ao encontrá-lo na escuta orante da Palavra, no receber seu perdão no Sacramento da Reconciliação, e sua vida na celebração da Eucaristia e dos demais sacramentos, na entrega solidária aos irmãos necessitados e na vida de muitas comunidades que reconhecem com alegria o Senhor em meio a eles.

Diante destes apontamentos do DAp e do Papa Francisco, cabe às comunidades eclesiais se questionarem: nossas celebrações litúrgicas possuem caráter formativo, ou são predominantemente caracterizadas pelo ritualismo e por uma fé mágica nos sacramentos? Pensando a iniciação cristã não apenas na dimensão doutrinal, mas incluindo a dimensão litúrgica ritual, percebe-se a necessidade de reorientar a pedagogia catequética configurando-a à mistagogia. Buyst (2011, p. 7), cita em seu livro “O Segredo dos Ritos” o poema “Missa das 10” de Adélia Prado, trazendo à tona a insensibilidade à realidade invisível manifestada nos ritos litúrgicos, e também se apoiando na “arte de celebrar” defendida pelo Papa Francisco na DD (n. 48-60), pode-se dizer que na “Missa das 10” falta a arte celebrativa para que todos entrem no mistério pascal de Cristo.

Frei Jácomo prega e ninguém entende. Mas fala com piedade, para ele mesmo e tem mania de orar pelos paroquianos. As mulheres que depois vão aos clubes, os moços ricos de costumes piedosos, os homens que prevaricam um pouco em seus negócios gostam todos de assistir a missa de frei Jácomo, povoada de exemplos, de vida de santos, da certeza marota de que ao final de tudo uma confissão “*in extremis*”

garantirá o paraíso. Ninguém vê o Cordeiro degolado na mesa, o sangue sobre as toalhas, seu lancinante grito, ninguém. Nem frei Jácomo.

Buyst apresenta algumas notas litúrgicas a partir desse poema, dentre as quais destaca-se a seguinte:

O mistério não é percebido. O rito é realizado sem referência à história da salvação, como se fosse algo opaco, sem perspectiva, sem horizonte, sem profundidade: o rito pelo rito. Ou, o rito pelo sermão, que é a única coisa que se destaca, embora sem relação nenhuma com o mistério celebrado, como deveria ser. É o rito como ticket de entrada para o paraíso, garantia de salvação para depois da morte. (BUYST, 2011, p. 175)

Para adentrar ainda mais na reflexão sobre a formação pelo rito, é preciso distinguir entre ritual, ritualismo e ritualidade. Buyst (2011, p. 51) propõe de forma clara as seguintes definições:

Ritual é conjunto de ritos. Geralmente descritos nos livros chamados de “rituais”. Por ritualidade entendemos o caráter ritual (da liturgia) enquanto ação humana que envolve todas as dimensões do ser humano que realiza o rito: corporeidade, afetividade, inteligência, espiritualidade. Supõe um trabalho expressivo, comunicativo, simbólico, capaz de levar a experiência ritual, espiritual. Assim, ritualidade se contrapõe a ritualismo que é rito reduzido a formalismo, a exterioridade, sem dimensão simbólica, sem suficiente atenção ao sentido que expressa e sem envolvimento afetivo.

Borobio (2009, p. 26) compartilha da mesma definição de Buyst sobre a ritualidade e enfatiza que “celebrar é comunicar e comunicar-se com a totalidade corpóreo-espiritual que é o próprio homem. Pode-se dizer que um dos fatores mais danosos a impedir que a liturgia seja verdadeira festa é a alergia ou o medo da expressão corporal, o descrédito a que às vezes se submete à ritualidade”. Ele acentua a necessidade da pessoa está por inteira na liturgia com todo o ser que é meio de comunicação, que faz parte do jogo ritual.

A ação litúrgica é uma integração e interação entre ritos, símbolos e gestos. Borobio (2009, p. 26-27) ao descrevê-los procura evidenciar a articulação e a inter-relação entre eles.

Gestos: um ato que implica ação e movimento corpóreo em relação à uma coisa, à uma pessoa ou à um grupo, com o objetivo de indicar ou expressar algo. O gesto não é, sem mais, o rito.

Rito: em princípio, um ato realizado segundo uma ordem, repetitivo, e de algum modo automático, suscetível de uma diversidade de interpretações, que costuma pressupor diversos versos ou ações. O rito é

uma ação que se executa com exatidão e certa solenidade.

Símbolo: é uma realidade distinta do homem e do objeto simbolizado, que nos remete a tal objeto, ao mesmo tempo em que o torna eficazmente presente para nós pela intencionalidade que o inunda. O símbolo inclui gestos e ritos, formando um sistema simbólico.

Novamente é importante citar o Papa Francisco (DD, n. 22): “A contínua redescoberta da beleza da Liturgia não é a busca por um esteticismo ritual que se satisfaz somente no cuidado com a formalidade exterior de um rito ou se apega a uma observância escrupulosa de rubricas”. Na DD (n. 53), ele exorta para a devida atenção à arte celebrativa para que ação ritual concretize sua finalidade formativa.

Cada gesto e cada palavra contêm uma ação precisa que é sempre nova, porque encontra um instante sempre novo de própria vida [...]. Que arte somos chamados a aprender anunciando a Palavra, ouvindo-a, fazendo dela inspiração da nossa oração, fazendo dela vida? Tudo isso merece o máximo cuidado, não apenas formal, externo, mas vital, interior, porque cada gesto e cada palavra da celebração, expressos com “arte”, formam a personalidade cristã do indivíduo e da comunidade.

Para Alberick (2004, p. 320), o símbolo é a linguagem do mistério, é o veículo da comunicação religiosa. Por isso a liturgia é um instrumento da comunicação catequética, ou seja, da mistagogia, linguagem adotada neste artigo.

Só por meio de símbolos ou gestos simbólicos se consegue exprimir e comunicar a profundidade e a riqueza das experiências que envolvem toda a pessoa, alma e corpo, consciência e subconsciência. O símbolo é, na verdade, “a linguagem do mistério”, devido à sua carga evocadora e reveladora. É o veículo ideal, indispensável, para a expressão e a comunicação da experiência religiosa. E nesse sentido a liturgia se torna um instrumento privilegiado de comunicação catequética.

A consciência da formação do discípulo missionário na própria celebração litúrgica lança luzes sobre a iniciação cristã. Mais uma vez, tem-se claro que a responsabilidade da iniciação cristã não é só da catequese, e que acima de tudo, a formação do discípulo missionário não é tarefa exclusiva da catequese. Bebendo das fontes da Igreja primitiva, fica evidente que a ação ritual tem por excelência a função educativa.

A linguagem ritual e simbólica da celebração encontra-se no coração da liturgia e da piedade cristã. Nesse sentido as celebrações cristãs, especialmente as litúrgicas, encerram em alto grau as potencialidades pedagógicas e pastorais... Com efeito elas são expressão privilegiada de valores e acontecimentos decisivos para a vida (história

da salvação, o mistério pascal de Cristo); constituem uma afirmação da identidade cristã e da presença eclesial; têm uma clara dimensão escatológica, enquanto anúncio e antecipação do futuro prometido por Deus; e compreendem também uma dimensão de compromisso e um apelo ético (ALBERICK, 2004, p. 322).

Portanto, a participação nas ações rituais tem caráter educativo, ou seja, progressivamente vai formando o discípulo missionário pela incorporação e introdução no mistério de Jesus. A catequese à serviço desta educação ritual irá possibilitar a iniciação cristã ao longo do processo e não simplesmente formar a pessoa para ser cristã. Pois, “a ação ritual é ‘performativa’: ela ‘perfaz’, realiza, faz acontecer algo nas pessoas que dela participam” (BUYST, 2011, p. 48). Por fim, “a vida sacramental empobrece-se e depressa se torna ritualismo vazio, se não estiver fundado num conhecimento sério do que significam os Sacramentos. E a catequese intelectualiza-se, se não for haurir vida na prática sacramental” (CT, n. 23).

2 A BUSCA POR UMA CATEQUESE INICIÁTICA MISTAGÓGICA

Hoje, a tarefa que se impõe sobre a atividade catequética é a de formar verdadeiros fiéis cristãos, ou na linguagem assumida pelo DAp, discípulos missionários. Toda a comunidade cristã deve ser mistagoga e mistagógica. Jesus é o mistagogo por excelência. Ele convidou a todos para o seu seguimento; aqueles que aceitaram o convite foram introduzidos por ele no mistério do Reino de Deus, e após sua páscoa, enviados para a missão (n. 276).

A pedagogia mistagógica alcançará a meta de ser um processo performativo do atual discípulo missionário. Ela será muito mais que uma catequese doutrinal que prepara para ser um cristão ao final do processo. Mas permitirá que a pessoa vai se tornando cristã ao longo do processo, sobretudo, através dos ritos litúrgicos-sacramentais. Aquilo que ela aprender intelectualmente deverá ser aprendido através dos ritos. Ela será introduzida no mistério pascal de Jesus através deles. Ou melhor, a aprendizagem intelectual do conteúdo e a aprendizagem ritual são simultâneas. Esta é a meta que se busca alcançar através da iniciação cristã na atualidade.

Não basta “*dar catequese*”, conteúdos bíblico-catequéticos, ensinamentos morais, alguma explicação sobre a celebração, sobre os sacramentos. Será preciso voltar a uma pedagogia mistagógica, num processo catecumenal que inclui também liturgias catecumenais, acompanhando os vários passos da iniciação. De fato, uma das características do processo catecumenal é sua dimensão celebrativo-litúrgico da fé. É o próprio mistério celebrado que nos inicia e “*forma*” (BUYST, 2011, 46).

Mas afinal, o que é mistagogia? Buyst (2011, p. 115) apresenta a seguinte conceituação: “Mistagogia é composta de duas partes: *mist* + *agogia*. *Mist* está relacionado com *mysterium*, “mistério”; *agogia* vem de *ago*, que tem a ver com “conduzir”, “guiar”. Podemos traduzir: guiar,

conduzir para dentro do mistério”. Então a catequese mistagógica é aquela que conduz para o mistério de Jesus.

Quando se fala em formação mistagógica, compreende-se um processo permanente de catequese que não se detém apenas num tempo determinado, mas indeterminado no cotidiano das celebrações litúrgicas. Pois elas possuem a possibilidade de introduzir o catequizando/catecúmeno e o iniciado no mistério da morte e ressurreição de Jesus, como já mencionado acima. Por isso os ritos litúrgicos são educativos e introduzem no mistério. “A mistagogia como um processo metodológico, significa educar na fé através dos sinais da liturgia, sobretudo o significado dos sacramentos que são os grandes mistérios da fé, que contêm e realizam em nós a salvação” (LIMA, 2016, p. 261). Papa Francisco aponta para esta dimensão mistagógica da liturgia e sua relação com a linguagem simbólica do corpo.

A liturgia não nos deixa sozinhos na busca de um presumido conhecimento individual do mistério de Deus, mas nos leva pela mão, juntos, como uma assembleia, para nos conduzir ao mistério que a Palavra e os sinais sacramentais nos revelam. Faz isso e coerência com agir de Deus, seguindo o caminho da Encarnação, pela linguagem simbólica do corpo, que se estende às coisas, ao espaço e ao tempo. (DD, n. 19)

Se os ritos sacramentais são mistagógicos eles são também catequéticos. Assim sendo, a catequese a serviço da iniciação cristã deve permanecer vinculada à liturgia. A “mistagogia ou catequese mistagógica está muito unida a tudo aquilo que é litúrgico, celebrativo, orante, contemplativo, e daí alargamos seu sentido também para toda a exposição da fé cristã através dos sinais, dos símbolos, das artes, sobretudo da pintura e da música” (LIMA, 2016, p. 261-262). Mais uma vez destaca-se a inseparabilidade entre catequese e liturgia.

Mistagogia é conduzir para dentro do mistério, então qual é o sentido mais profundo de mistério? Nos primeiros séculos da Igreja, no período do catecumenato, compreendia-se o mistério de uma forma bem específica, voltada para a realidade da iniciação cristã considerando o contexto social em que estava inserida a comunidade. Pode-se dizer que era uma compreensão prudente para que somente os que estavam no caminho da conversão e da iniciação pudesse ter acesso à formação doutrinal e ritual.

A palavra “mistério” vem da palavra grega *muein*, “fechar a boca”, calar-se; é um segredo acessível somente às pessoas que estão sendo iniciadas, abrindo-lhes o caminho que as leva do mundo visível (da vida, dos símbolos, das ações rituais...) a seu significado escondido. Não se deve falar sobre isso com os não iniciados; na presença deles, boca fechada! (BUYST, 2011, p. 115-116)

No contexto da fé cristã está relacionado com o mistério pascal ou com o mistério de Jesus. Os teólogos optam por usar um termo ou outro, mas todos apontam para o mesmo sentido. Buyst (2011, p. 24-25) afirma que

O “mistério pascal” diz respeito à vida, morte e ressurreição de Jesus, e sua gloriosa vinda, sua páscoa-passagem, na qual foram revelados o rosto e o coração de Deus que acompanhou seu povo ao longo de toda a história, de forma discreta, em segredo; “mistério” que foi dado a conhecer plenamente na pessoa de Jesus. Assim, o mistério pascal de certa forma, inclui toda a história da salvação passada, desde a criação, e ainda a história por vir até que, na expressão de São Paulo, Deus seja tudo em todos (cf. 1Cor 15, 28).

Toda a liturgia cristã é ação ritual simbólica que nos comunica a vida de Jesus e não apenas uma encenação do que ele fez. Papa Francisco chama a atenção para esta realidade e apresenta mais um aspecto para compreensão da dimensão mistagógica dos sacramentos. “Desde o início, a Igreja captou, iluminada pelo Espírito Santo, aquilo que era visível em Jesus, aquilo que se via com os olhos e se tocava com as mãos, suas palavras e seus gestos, a concretude do Verbo encarnado — tudo dEle passou para a celebração dos sacramentos (DD, n. 9). Mais uma vez, citando Buyst (2011, p. 120-121), que afirma que é pelo simbolismo litúrgico que temos acesso ao mistério de Jesus, ou seja, os ritos são mistagógicos.

De fato, o “mistério” é uma realidade tão rica, complexa, abrangente e profunda que é impossível expressá-la ou aplicá-la racionalmente. O mistério não é irracional, mas ultrapassa nossa razão. Por isso, só temos acesso a ele por um caminho feito de experiência e sabedoria, que valoriza o conhecimento simbólico. É por isso que, para expressar e intensificar nossa participação no mistério pascal, e seguindo o mandamento de Jesus (“Façam isto...”), nós celebramos na liturgia, que se vale da linguagem “total” de símbolos, mitos e ritos, os únicos capazes de atingir nosso ser por inteiro.

Nessa linha de reflexão sobre a catequese mistagógica, Oñatibia (2007, p. 136) apresenta uma importante contribuição em relação aos rituais da iniciação cristã que incorporam a Cristo.

As unções e signações são etapas de uma gradual tomada de posse da parte de Cristo. O rito da adesão ao Cristo antes do batismo sintetiza muito bem o sentido da vida nova que o sacramento irá inaugurar. O rito batismal é de modo primordial, simbólico e realmente participação na morte-ressurreição de Cristo. A unção crismal virá a consolidar esta primeira configuração a Cristo. A eucaristia, memorial da páscoa do Senhor, selará definitivamente a incorporação a Cristo.

Na compreensão de Borobio, as razões pelas quais a celebração tem valor educativo e é um lugar privilegiado para a educação da fé são estas:

Porque nela encontramos a fé em ato de expressão, de confissão, de realização, de alimentação e de comunhão; porque nela manifestam-se e, ao mesmo tempo, comunicam-se as diversas dimensões da missão: palavra, culto, caridade, unidade; porque a fé é ao mesmo tempo anunciada na assembleia que a acolhe, profissão de fé do povo da nova aliança, ato comunitário de testemunho. Sobretudo essa especificidade enraíza-se no fato de que essa educação se realiza mediante um conjunto de elementos que integra palavra de Deus e palavras humanas (homilia, orações, preces), sinais e símbolos, gestos e ações, movimentos e posturas corporais, cerimônias e cantos, localização dos celebrantes, cores, sons e até aromas. Tudo isso uma força educativa e no seu conjunto proclama uma mensagem e presença que com sua pedagogia própria se dirige a todo homem, como indivíduo e comunidade, como espírito encarnado, como coração e mente (BOROBIO, 2009, p. 87).

Portanto, a catequese mistagógica está contida nas ações rituais e na instrução aos que se encontram no processo de iniciação cristã e aos que já foram iniciados. Todos os fiéis estão no caminho do discipulado missionário. Deve-se reafirmar neste percurso formativo, que a participação litúrgica, é uma dimensão preponderante da catequese de inspiração catecumenal. É urgente que o olhar pastoral da Igreja continue se aguçando em busca da formação de seus membros através das ações rituais, para que todas as comunidades se tornem verdadeiramente mistagógicas, onde cada fiel seja introduzindo com eficácia no mistério pascal de Jesus. Neste sentido, a pastoral catequética na perspectiva da mistagogia contribuirá para uma melhor compreensão das celebrações rituais e para uma verdadeira adesão à Jesus Cristo.

CONCLUSÃO

A catequese está a serviço da iniciação cristã. Ser iniciado é ser introduzido no mistério de Jesus e ser incorporado a ele e à comunidade eclesial. A liturgia possui a dimensão catequética, e a pastoral catequética deve estar articulada com a liturgia. No processo de iniciação à fé, há uma urgência em adotar a pedagogia mistagógica. Esta consiste na valorização dos ritos litúrgicos, que são simbólicos, como instância formativa do discípulo de Jesus, aquele e aquela que são chamados a viver uma vida de intimidade com ele e serem enviados em missão. A experiência do divino é possível através dos ritos e simbolismos, por isso neste trabalho foi adotado o termo performativo para conceituar como se constitui a introdução ao mistério de Cristo. A partir da experiência vivencial nas celebrações rituais, a pessoa vai tornando-se cristã. Isto é muito além da manutenção de uma catequese instrutiva. A instrução só é significativa se estiver integrada com a experiência simbólica. Somente com a catequese mistagógica, a meta da iniciação cristã será concretizada em nossas comunidades eclesiais.

SIGLAS:

CT - Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae*

DD - Carta Apostólica *Desiderio Desideravi*

DAP – Documento de Aparecida

CV – Concílio Vaticano II

REFERÊNCIAS

ALBERICH, Emílio. Catequese Evangelizadora. Manual de Catequética Fundamental. Brasília, Editora Dom Bosco, 2004. Edição digital 2013.

BOROBIO, Dionisio. Celebrar para viver: *liturgia e sacramentos da Igreja*. São Paulo: Loyola, 2009.

BUYST, Ione. O segredo dos ritos: *ritualidade e sacramentalidade da liturgia cristã*. São Paulo: Paulinas, 2011.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. Documento de Aparecida. 5ª edição 2008. Edições CNBB, Paulus, Paulinas.

GRILLO, Andrea. Ritos que educam: *os sete sacramentos*. Brasília, DF: CNBB, 2017.

GUILARTE, Manuel del Campo. A Iniciação Cristã. In: PEDROSA, V. Ma.; NAVARRO, Ma.; LÁZARO, R.; SASTRE, J. Orgs. DICIONÁRIO DE CATEQUÉTICA. São Paulo, Paulus, 2004. p. 602-614.

FRANCISCO. Carta Apostólica *Desiderio Desideravi*: sobre a formação litúrgica do povo de Deus. São Paulo: Paulinas, 2022.

LIMA, Luiz Alves. A Catequese do Vaticano aos nossos dias: *a caminho de uma catequese a serviço da Iniciação à Vida Cristã*. São Paulo: Paulus, 2016.

OÑATIBIA, Ignacio. Batismo e confirmação: *sacramentos de iniciação*. São Paulo: Paulinas, 2018.

O rito de batismo de adultos e de crianças no Catecismo de José de Anchieta

Felipe de Assunção Soriano ¹

Resumo: A introdução do Rito de Batismo nas aldeias indígenas do Brasil nasce da síntese medieval feita a partir da tese agostiniana do “pecado original”. A reelaboração plástica dessa experiência produzirá, posteriormente, diversas representações à oposição entre o bem e o mal, atribuindo, à Igreja, papel mediador. A tradição atribui a José de Anchieta dois Catecismos escritos em Tupi. Nessas duas versões encontramos instruções para o Batismo de Adultos e Crianças. Os textos se dividem tanto em ritualística como em catequética, estabelecendo um crescente a partir da aplicação das normas do Concílio de Trento. Nossa atenção recai na figura do Ministro do Batismo (Abaré), alegorizado nas aldeias a partir dos oradores tupis (Nheengatu) e dos xamãs (Caráibas). No Rito de Batismo essas duas figuras, que possui funções distintas, oferece-nos uma linguagem performativa, definindo atores, a estética e a mistagogia. Comparado com o esquema atual, os sinais sacramentais são apresentados como ponto de partida, isto é, incide na *ars celebrandi* seu caráter iniciático como caminho à luz do Evangelho (Vida Boa).

Palavras-chaves: Inculturação, catequese, presidência, ritualística e mistagogia.

1 ANCHIETA: FORMAÇÃO E MAESTRIA PARA FALAR E FAZER CATECISMO.

José de Anchieta² chegará ao Brasil em 13 de julho de 1553, com o P. Luiz da Grã. Encontrará em São Salvador-BA o Ir. Vicente Rodrigues que, vindo na primeira leva de jesuítas em 1549, atuava como catequista junto às escolas de ler e escrever (NÓBREGA, 1988, p. 72). Quem introduzirá o jovem José de Anchieta na língua do Brasil será o Ir. Vicente. O Ir. Vicente Rodrigues se servia dos instrumentos que tinha a mão, i. é, as imperfeitas traduções das orações, enunciados, cânticos e explicações feito pelo P. João de Azpilcueta Navarro com a ajuda do intérprete Francisco Bruza Espinosa (NAVARRO, 1988, p. 75).

José de Anchieta certamente esteve nas primeiras aldeias de Monte Calvário, junto aos muros da futura cidade de Salvador e na aldeia de São Tomé, que ficava a cinco léguas da vila. Era práxis que os alunos do Ir. Vicente Rodrigues (seus discípulos) se distribuíssem nessas aldeias com orações e cânticos na língua do Brasil (NÓBREGA, 1988, p. 129). Destinado para São Vicente, no naufrágio que sofreu em abrolhos na altura do Rio das Caravelas, José de Anchieta teve seu batismo na língua do Brasil (intérprete), pois os indígenas da região os reconheceram em seu falar com amizade (VASCONCELOS, 1943, p. 26-27).

1 Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, Mestre em Teologia pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP e Curador do Memorial Jesuíta e do Instituto Anchietano de Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. felipeassj@yahoo.com.br

2 Nasceu nas Ilhas Canária (Tenerife), San Cristóvão de La Laguna, 19 de março de 1534. Com 14 anos vai para Coimbra, onde conhecerá a Companhia de Jesus (1548-1550). Chegará ao Brasil em 13 de junho de 1553 e dedicará 44 anos de sua vida ao povo brasileiro: catequista, educador, médico e dramaturgo. Morará, na aldeia de Reritiba (Espírito Santo), em 09 de junho em 1597 (CARDOSO, 2014, p. 51-274).

Sendo resgatados, José de Anchieta e os outros vão a Porto Seguro-BA. É certo que nesse encontro com o P. Navarro ele tenha aproveitado suas notas linguísticas, embora não tivesse captado a arte da nova língua [Gramática] (NÓBREGA, 1988, p. 93). Não podemos esquecer que P. Navarro não sabia escrever na língua do gentio, coisa que tocará a José de Anchieta alcançar a partir da gramática latina. Contudo, será em Piratininga que José de Anchieta manifestará sua preocupação com o tema do Batismo. Conforme ele mesmo registra, numa aldeia aos arredores de Piratininga, foi atender uma indígena moribunda por ser o único que se entendia bem com a língua do gentio (ANCHIETA, 1988, p. 155).

Como estava em situação extrema, após de longa exposição sobre os conteúdos da fé, José de Anchieta batizou a enferma em caráter de emergência (1558). Muito da sorte dos missionários nesses inícios era conseguir chegar a tempo para que os nativos recebessem alguma instrução e o Batismo (ANCHIETA, 1984, p. 110). Essa experiência inesquecível deixará suas marcas na alma desse jovem missionário, fazendo o rito do Batismo *in extremis* sua primeira preocupação na elaboração do seu Catecismo.

Como havia determinado o P. Nóbrega, reuniu-se o maior grupo de jesuítas do Brasil em São Vicente. Sobre a liderança do P. Leonardo Nunes, tutor de José de Anchieta, construiu-se um Colégio e Seminário. Do trabalho do P. Nunes angariaram-se magníficas vocações para a Companhia de Jesus. Deste grupo destaca-se o Ir. Pero Correia que, mais tarde, recebeu preciosa consideração do seu professor de latim o Ir. José de Anchieta (1554). É certo que tenha aproveitado a prática que tinha o Ir. Pero Correia com a língua na construção de seu Catecismo.

Com um grande grupo de “línguas”³ em São Vicente, decidem enfrentar os problemas gerais da primeira versão usada na Bahia, colocando as condições para a criação da Arte [gramática] e do Catecismo. Neste trabalho os “línguas” foram fundamentais, ajudando o P. Leonardo Nunes e o P. Manuel da Nóbrega a conseguir um instrumento que chamaram de “Doutrina”⁴ (VASCONCELOS, 1867, p.70). Segundo P. Nóbrega, entre os “línguas do Brasil”, José de Anchieta era um dos mais eloquentes na explicação e nos sermões dirigidos aos indígenas, chamando-o de “senhor da fala” (VASCONCELOS, 1865, p. 77).

Nas Cartas do Brasil, José de Anchieta aparece quase sempre como intérprete do P. Manuel da Nóbrega nas excursões missionárias. P. Nóbrega tinha feito seus estudos em Salamanca e obteve cátedra em Évora antes de tornar-se jesuíta. Outro eminente doutor foi o P. Luiz da Grã, que veio ao Brasil com José de Anchieta, separando-se dele por dois anos (tempo em que estive em São Vicente). O P. Luiz da Grã reencontrará José de Anchieta em São Vicente, como professor de moral dos jesuítas que se preparavam para o sacerdócio (1555).

3 Expressão usada na correspondência da Companhia para designar os missionários que eram dotados como intérpretes ou tradutores na língua geral. Pela debilidade dos padres, não se pregava e nem se ouvia confissões sem intérprete.

4 Texto do Catecismo feito com a ajuda de intérprete e revisado em São Vicente (1553).

Segundo o que lemos na Vida do P. Manuel da Nóbrega (1517-1570), escrita por José de Anchieta, conforme determinação do P. Luiz da Grã: “quem não tinha as ordens sagradas não pode pregar”. Sobre esse ponto, P. Nóbrega era de opinião contrária, mas acatou a decisão do amigo formador dos estudantes. Para Nóbrega os irmãos detinham todas as condições teológicas e morais para se dedicar à pregação. Contudo, para substituir o P. Nóbrega que ficara enfermo na quaresma, vai o Ir. José de Anchieta administrar a Palavra no sermão da Paixão do Senhor. Segundo o P. Nóbrega, o ofício foi tão bem feito que “vós haveis de dar conta a Deus, porque não quisestes pregar até agora” (ANCHIETA, 1989, p. 137). De fato, não havia dúvida de que José de Anchieta detinha suficiente doutrina, conseguindo entender, pregar e ensinar. Quem nos dá testemunho mais confiável é seu professor o P. Quirício Caxa:

“Chegou a entendê-la e a falá-la com toda a perfeição, e compor nela e transladar as coisas necessárias para a doutrina e catequese (...)”. Os dois verbos usados para designar a ação de José de Anchieta dizem muito, pois por “compor” e “transladar” se deve entender que ele é tanto o autor como o tradutor nessa língua (CAXA; RODRIGUES, 1988, p. 18).

Esse esforço coletivo da Companhia de canonizar as expressões em tupi usadas para a doutrina (São Vicente) ofereceu os instrumentos necessários para a obra do Catecismo anchietano. Contudo, para a exposição de dogmas⁵, optaram pelo formato de diálogo elaborado por José de Anchieta. O mesmo afirma seu segundo biógrafo P. Pero Rodrigues, pois sua semelhança com o texto de Caxa apenas confirma seu testemunho. Será Pero Rodrigues quem divulgará o nome do Apóstolo do Brasil aos quatro ventos, visto que sua biografia foi a primeira a ser traduzida para o latim e se tornar muito conhecida na Europa (1597). Simão de Vasconcelos (1943), historiador da Companhia de Jesus e seu terceiro biógrafo, confirmará o mesmo testemunho atribuindo a *Arte* [Gramática] e a *Doutrina Cristã* [Catecismo] (VASCONCELOS, 1943, p. 33-34).

Conforme o comentário de Armando Cardoso (1988), um dos maiores pesquisadores da obra anchietana, deve-se considerar que, além da *Gramática* e do *Vocabulário*, as principais obras de José de Anchieta em tupi são a *Doutrina da fé*, com tradução, *Diálogo da fé* – a par com a *Instrução in extremis* – e *Instrução de catecúmenos* como composições próprias, confirmando os testemunhos mais antigos de Quirício Caxa e Pero Rodrigues (CARDOSO, 1988, p. 29).

2 RITUAL DO BATISMO EM PORTUGAL E NO CATECISMO DE ANCHIETA.

A sensibilidade pastoral de José de Anchieta, a partir das orientações do Concílio de Trento, nos ofereceu um Catecismo adaptado à prática dos missionários com formulário de perguntas e respostas (ANCHIETA, 1984, p. 111). Para compreender a novidade da adaptação feita pelos missionários é necessário considerar o rito de batismo infantil aplicado na

5 Artigo sobre a Santíssima Trindade, a devoção aos Santos, os Sacramentos e etc.

península ibérica, sua evolução, a prática das diversas dioceses lusitanas e sua recepção na América portuguesa na proposta jesuítica até o final do Séc. XVI. Mesmo não sendo um manual sacramental, o Catecismo de Anchieta pode ser estudado desde sua ritualística, quando nos oferece os elementos fundamentais para compreender sua aplicação. Para a nossa análise, vamos nos apoiar na obra de Francisca Pires de Almeida (2014): “O ritual do batismo em Portugal na baixa Idade Média e nos inícios do Século XVI” e na obra de Tayná Cuba (2020): O Batismo: sua origem na idade média e seus usos e significados (1804-1806).

A partir do Séc. XVI, com a criação das Dioceses de Braga (1517) e Coimbra (1518) constata-se um progressivo distanciamento do esquema medieval do Ritual de Batismo (Rito de adultos). Esse êxito será acompanhado por formas diferenciadas de Rito aplicado de reino a reino ou de região para região. A canonização dos elementos fundamentais do Rito do Batismo (a partir do batismo de adultos) será feita no Pontificado de Paulo V – Consignados no Ritual Romano de 1614. A adoção do novo Ritual Romano em Portugal põe fim a influência do Missal Espanhol, i. é, colaborando na construção da identidade litúrgica do novo estado nacional português.

O Ritual do Batismo de Papa Paulo V foi assumido em Portugal, mas não de forma obrigatória. Nesse primeiro momento, concebe-se o Batismo de Crianças a partir do modelo tradicional do Batismo de Adultos (Com vários exorcismos). Com o movimento de reconquista, i. é, expulsão dos muçulmanos (718 - 1492), as várias dioceses lusitanas aparecem como sinal do novo Portugal. Mesmo conservando o esquema geral adotado desde o Séc. XII, os manuais de Braga (1517), Coimbra (1518) e Évora (1528) constituíram novidade significativa ao Rito do Batismo.

Segundo Almeida (2014), há grande semelhança entre os rituais de Braga (1517) e Coimbra (1518), concebendo o Rito em três etapas: fora da Igreja, no adro e diante da pia batismal. Ainda fora da Igreja, faz-se o sinal da cruz na fronte da criança, sopra-lhe a face para afastar o demônio e promove-se o sinal da cruz estendido em várias partes do corpo. Depois, administra-se o sal e, por fim, um exorcismo (imposição de mãos sobre a criança). Já dentro da Igreja, examina-se os padrinhos e canta-se a ladainha e o *Kyrie* enquanto se caminha à pia batismal e novo exorcismo.

O manual de Braga (1517) e Coimbra (1518) ainda possuía outros ritos como a abertura dos sentidos (Sinal da cruz sobre o sentido do olfato e audição). O ministro assinalava com saliva o nariz e os ouvidos para expulso o diabo (cf. Mc 7, 34). Esse mesmo gesto será usado em uma das versões do catecismo anchietano. Diante da pia, faz-se mais um exorcismo à pia batismal, derramando óleo na água, soprando nela em forma de cruz e colocando nela o círio pascal. Depois do banho batismal, assinala-se a criança com o óleo da crisma, revestindo-a com a veste branca.

O manual de Évora (1525) segue o mesmo estilo no tocante a abertura dos sentidos, mas amplia a quantidade de sinas sobre os cinco sentidos, inclusive quando se benze a água do batismo. Conforme os rituais de Braga (1517) e Coimbra (1518) deve-se deitar o óleo do

batismo e da crisma na água antes de colocar o Círio Pascal. Os estudos de Almeida (2014) confirmam que esses manuais criados em Portugal na primeira metade do Séc. XVI seguiam uma tradição medieval mais antiga que se expressa no *Missal de Mateus* (Séc. XII). Contudo, alterações maiores só aconteceram, com tendência de simplificação, como veremos na criação dos batistérios no manual de Évora (1560).

O novo manual do Batistério Romão editado por Germão Galharde (1560) é marcado pelo desejo de simplificação do ritual - tendência reformista: diminui-se o número de insuflação, limitando o sinal da cruz para o peito e a testa da criança. Abre-se a possibilidade de omitir a ladainha, reduzindo os exorcismos da pia batismal (revolvimentos da água, círio, etc.) a um mero derramamento de óleo na água. A rigor, esses novos rituais da segunda metade do Séc. XVI são influenciados pelas novidades dos instrumentos produzidos nas terras de missão.

Chama atenção a fusão que o Catecismo Tupi opera do papel do orador tupi (Ñheengatu) e do Xamã (*Caraíba*) na figura do Sacerdote (*Abaré*)⁶. O caráter performativo das ações litúrgicas exige a articulação dessas duas figuras na pessoa do ministro ordinário do Batismo, o *Abaré missa raangára* (Sacerdote de missa). Essa articulação interfere na compreensão da *ars celebrandi*, pois o sacramento do batismo será apresentado na letra anchietana pelo nome de primeiro remédio (Ñemongaraíba). Portanto, o papel dos xamãs, sua relação com a cura e o ofício de pregar e ensinar dos oradores tupis estão assim articulados (ANCHIETA, 1984, p. 110).

Das mãos de José de Anchieta a tradição conservou duas redações do Catecismo Tupi. Conforme nossa leitura, esses textos estão marcados pela urgência missionária manifesta na experiência de Piratininga, i. é, o Catecismo de Anchieta inicia sua exposição com instruções para assistir o Batismo *in extremis* (1556). Conforme a urgência da terra, o texto do Catecismo anchietano não é pensado para os fiéis, mas, sim, para os missionários, que não detinha o manejo da língua do Brasil (VIOTTI, 1980, p. 80). A “Doutrina Cristã” possibilitou aos missionários meios para falar aos indígenas, simplificando as alegorias e adaptações, mesmo sem auxílio de intérprete.

Sua segunda versão, segundo nossa leitura, é contemporânea ao Concílio de Trento (1545 e 1563), pois traz outro tipo de formulação e disposição dos conteúdos da fé começando com as Orações do Cristão, o Creio, os Mandamentos da Lei de Deus e da Igreja, os Sacramentos, as Obras de misericórdia, a fórmula para a Confissão e os pecados mortais, potências da alma, as virtudes cardeais e as bem-aventuranças (Recorte mais elaborado).

Constata-se um esforço maior quando se tenta expor o mistério da Santíssima Trindade, a Vida de Jesus e o Nascimento da Igreja, o Sinal da Cruz, a Devoção aos Santos e os Sacramentos. Todavia, mesmo considerando a índole de sua produção, os manuscritos que temos não permitem sua fácil datação. Como era praxe, naquilo que toca novidade, esses

6 Os indígenas reconhecem como autoridade a seus principais (Pajés); as matriarcas, no tocante aos costumes (Velhas); os guerreiros, os xamãs (*Caraíba*) e os oradores (Ñheengatu).

textos foram submetidos a várias correções mediante consulta a doutores da Universidade de Évora (1559).

3 ANÁLISE DA INSTRUÇÃO CATEQUÉTICA E DAS NOTAS SOBRE O BATISMO

Conforme Armando Cardoso (1992), existem hoje três manuscritos catequéticos sobre o nome *doutrina autógrafos* atribuídos a José de Anchieta. O primeiro, com um título em italiano *Catechismo in Brasiliano / Venerável Anchieta*, no Arquivo da Postulação Geral da Companhia de Jesus (APGSI, nº 32 a. 1730). Certamente cópia fiel do original tupi perdida, que foi peça de veneração no Noviciado Jesuíta de Évora (Universidade). Essa cópia foi enviada a Roma (com tradução lateral em português e com autenticação eclesiástica) feita por P. Jacinto de Carvalho (p. 19).

O segundo documento está no *Arquivo Romano da Societatis Iesu* (ARSI Opp. NN. 23). Documento autógrafo em português e com 13 folhas, sobre o nome de *Doutrina do Venerável Padre Joseph de Anchieta, escrita de sua mesma letra*. O terceiro e quarto documentos são uma mesma obra, sendo o terceiro uma cópia do texto primitivo, sem título, guardado no ARSI (Opp. NN. 22). O quarto documento se encontra no Arquivo da Postulação (APGSI, nº 24 a. 1730) sendo enviado para Roma para exame dos escritos no processo de beatificação (CARDOSO, 1992, p. 19).

As várias cópias ou manuscritos autógrafos sempre receberam o reconhecimento público de sua autoria, conservando-se duas versões mais gerais que iremos analisar: o *Diálogo da Fé* (1988) e o *Doutrina Cristã* (1992). Contudo, mesmo não sendo manual ou ritual para o Batismo, sua arte se dá em catequética e ritualística sendo passível a aproximação que pretendemos fazer. Chama atenção que o artigo sobre o Batismo feito por José de Anchieta inclui considerações quando dado a uma criança ou a um adulto. Todavia, o que pretendemos tratar nessa análise diz respeito àquilo que revela a forma peculiar do rito, i. é, sua influência medieval, adaptação ou simplificação para a pastoral.

DOUTRINA CRISTÃ (1992, p. 200-2004).	DIÁLOGO DA FÉ (1988, p.130-134).
1. <i>Anuncie o primeiro [remédio]? Batismo (Santificação).</i> (...) 4. <i>Esses são nomes de quem? São nomes da Santíssima Trindade.</i> (...) 29. <i>Com que o expulsa [diabo]? Com bafo de sua boca.</i> 30. <i>Para que lhe põe o sinal da Cruz na testa? Para dizer: “Olha que confesses o que crês”; para dizer: “que te lembres de viver como cristão”.</i> 31. <i>Para que persigna sobre o peito da gente? Para dizer: “Que não tema confessar o que crê de Jesus Cristo”.</i> 32. <i>Para que lhe põe as mãos em cima da cabeça falando? Para dizer: “Que não volte o diabo”.</i> 33. <i>Por que lhe mete sal bento na boca? Como o sal daqui não deixa apodrecer a carne, assim este: Deus não deixa apodrecer a gente, tirando-lhe todos os pecados.</i> 34. <i>Para que mais? Para dizer: “Seja bem saborosa a lei de Deus para ele”.</i> 35. <i>Por que põe sua saliva nas narinas da gente? Para dizer: “Seja-lhe bem cheirosa a lei de Deus”.</i> 36. <i>Para que lhe põe [saliva] nos ouvidos? Para dizer: “Que ele ouça bem a palavra de Deus para nela crer”.</i> (...) 38. <i>Que faz o padre à gente depois de batizar? Põe uma veste branca sobre a gente.</i> 39. <i>Dizendo o quê? Dizendo: “Tua alma já está uma veste muito bela agora”.</i> 40. <i>Qual é a veste da alma da gente? Três virtudes ótimas: fé em Deus, esperança em Deus, amor mútuo (Caridade).</i> 41. <i>Põe a veste branca na gente, dizendo o quê? Dizendo: “é muito bela, toda branca tua alma agora” como de criança sem pecado”; acrescentando: “não a tornes a manchar!”</i> 42. <i>Põe nas mãos da gente uma vela com chama de fogo, dizendo o quê? Dizendo: “Não se apague a fé nova de teu Deus de tua alma”.</i> 43. <i>Que mais dizendo? Dizendo: “Tu não estás na grande noite agora”: “brilhem tuas boas obras, para que os homens louvem a Deus”.</i>	1. <i>Como se chama o primeiro remédio? Batismo (Santificação).</i> (...) 10. <i>Como diz quem batismo? Diz: “Eu te batizo em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo”.</i> 15. <i>Quem é que batiza [Como representante de Nosso Senhor Jesus Cristo]? O sacerdote de missa.</i> 16. <i>Não pode batizar outro que não seja sacerdote? Pode, havendo falta.</i> 17. <i>Quando há isso de ser? Quando a criança estiver para morrer e se tema que morra, antes que haja sacerdote que a batize.</i> 18. <i>Que faz o sacerdote antes de batizar? Bafeja-lhe no rosto.</i> 19. <i>Para quê? Para lançar fora o diabo que mora nele [o não batizado].</i> 20. <i>Que mais faz? Faz-lhe a cruz na testa e nos peitos.</i> 21. <i>Para quê? Para que não tenha vergonha de confessar a Nosso Senhor Jesus Cristo, em quem crê.</i> 22. <i>Por que razão lhe põe sal na boca? Para que a Palavra de Deus lhe seja gostosa e deseje a lei de Deus.</i> 23. <i>Para que mais? Para que os pecados não tornem a corromper mais a alma...</i> 24. <i>Para que lhe põe óleo no nariz? Para que a lei de Deus lhe seja cheirosa e a deseje...</i> 25. <i>Para que lhe põe óleo nas orelhas? Para que ouça com atenção a Palavra de Deus.</i> 26. <i>Que faz o sacerdote depois de batizar? Põe-lhe um pano branco.</i> 27. <i>E que diz? A tua alma está alva, como este pano está lavado; não tornes a perder esta alvura.</i> 28. <i>E que lhe põe nas mãos? Uma vela acesa.</i> 29. <i>Por quê? Para que conserve em sua alma a fé acesa, sem se apagar.</i> 30. <i>E que mais lhe diz? “Tens saído das trevas; olha bem para o caminho do céu, não te percas”.</i> 31. <i>Que mais lhe diz? “Lembra-te que és batizado; vive daqui em diante conforme a lei de Deus”.</i> 32. <i>Não assiste também o padrinho com o sacerdote? Assiste.</i> 33. <i>E que faz o padrinho? Pega na criança e põe-lhe a mão na cabeça, depois de batizado.</i> 34. <i>Pode o padrinho casar com a afilhada? Não pode, porque fica seu parente.</i> 35. <i>Tem alguma obrigação o padrinho para com o afilhado? Tem obrigação de lhe ensinar a doutrina [e corrigi-lo].</i> 36. <i>Há de honrar o afilhado seu padrinho como seu pai? Há de honrar [como pai].</i>

O quadro analítico nos oferece algumas considerações importantes. A princípio, o texto *Diálogo da fé* (1988) traz maior refino no âmbito antropológico, pedagógico e teológico. Numa leitura preliminar também aparece à influência dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola e outras questões pastorais, sociais e história que incidem na redação. Além

dos problemas de datação, interessa-nos a novidade que tais instrumentos oferecem para a compreensão e simplificação no contexto da missão.

O texto da *Doutrina Cristã* (1992) desenvolve concomitantemente orientação para o Batismo de adultos e crianças. Diferente daquilo que temos no texto *Diálogo da fé* (1988), que considera unicamente o batismo de crianças ao pressupor uma comunidade de fé madura quando demanda o ofício de padrinhos (Social). Outro elemento é a simplicidade das formulações, mas sem deixar à tradição sensorial (cinco sentidos) presente nos Ritos de Braga (1517) e Coimbra (1518). Todavia, no manual de Coimbra (1518) os sentidos entram como exorcismo antes do banho batismal. O que temos no Catecismo de Anchieta é sua aplicação de forma estendida e simplificada antes e depois do banho ritual (sentidos superiores e inferiores).

Considerando o ambiente cultural dos indígenas do Brasil, assinalar o nariz e o ouvido reforça a lógica performativa na articulação Ñheengatu (Orador) e *Caraíba* (Xamã) na figura do *Abaré* (Sacerdote). No âmbito antropológico é importante dizer que o papel que exerce o tabaco (fumo) no contexto tupi, na administração da cura (ao soprar nas narinas dos enfermos) e no poder espiritual dos xamãs encontra lugar na ritualística do Batismo (FAUSTO, 2005, p. 404). Não podemos esquecer que ao apresentar o primeiro sacramento como Ñemongaraiba (remédio) atribui-se papel significativo à figura do ministro do Batismo.

Outro elemento importante está no alto nível de elaboração das respostas na versão *Diálogo da Fé* (1988). Os estudos do P. Luiz Cabral confirmam a beleza da oratória desenvolvida por José de Anchieta. Não negando sua clareza prática e sua ação pedagógica ao optar por fórmulas breves, com apelo a repetição sequenciada, muitas vezes, usando uma só palavra. Chama atenção que só desenvolve a redação quando prevê uma lista de afeição sensorial ou usando mais de uma pergunta para o mesmo tema (CARDOSO, 1988, p. 42).

Sobre o tema dos sentidos queremos ainda destacar seu caráter epistemológico. Como a matéria para o Batismo toca o tema de “pecado” (tradição agostiniana), constata-se o recurso metodológico aos Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola (EE). Conforme prevê Inácio de Loyola, sua formulação propõe rezar com as três potências da alma: memória, inteligência e vontade (EE 45). Seus artigos apelam à memória, quando propõe não esquecer - “lembra-te”; a inteligência, quando explica os gestos do rito - “para que...”; e a vontade, quando propõe o persistir na graça recebida - “não torne a perder-se”, reforçando seu caráter mistagógico e pedagógico.

O roteiro sensorial adotado também está referido à escala dos sentidos presente nos Exercícios Espirituais (EE 121-125). Segundo François Marty (2006), depois dos mistérios da Encarnação (EE 101-109), reza-se aplicando sentido em direção descendente, pois parte dos sentidos superiores [visão e audição] para os sentidos inferiores [olfato, paladar e tato] (p. 142). No Catecismo de Anchieta seu itinerário toma direção contrária, partindo sentidos

inferiores ou corporais [tato⁷, paladar⁸ e olfato⁹] aos sentidos superiores ou intelectivos [audição¹⁰ e visão¹¹] em dinâmica ascendente. Nesse itinerário não só aparece a força simbólica do Sacramento (remédio), mas sua dimensão santificante enquanto caminho de iluminação (Hb 6,4).

De fato, sua arquitetura não só responde a elementos epistemológicos, mas garante um acesso invejável a dimensão antropológica, quando compreende o sinal sacramental como experiência (mistagógico). Outro elemento importante é a própria simplificação operada em comparação ao manual de Braga (1517) e Coimbra (1518)¹²: deslocamento de parte da procissão sensorial para depois do banho (como o uso do sal e outros). Essa opção valoriza imensamente a *ars celebrandi* quando parte da *lex orandi* a *lex credendi*, fazendo dos gestos pré e pós batismais signo figurativo de uma nova realidade da Vida Boa – Evangelho (LEITE, 1938, p. 33).

Na redação da *Doutrina Cristã*, segundo os manuais de Braga (1517) e Coimbra (1518) usa-se saliva para abrir os sentidos (exorcismo). Na redação do *Diálogo da fé* (1988) passa-se a usar óleo do batismo e da Crisma em vez de saliva. Esse fato nos oferece outro elemento que corrobora a tentativa da datação do manuscrito. Conforme o memorial da Congregação Provincial, escrito por José de Anchieta e enviada ao P. Geral Cláudio Acquaviva (Bahia, 1583), pede-se que o Geral intervenha para que o Bispo possa usar o bálsamo do Brasil para santos óleos (ANCHIETA, 1984, p. 334). Esse fato confirma o abandono do uso de saliva e corrobora na ideia de uma possível datação do manuscrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Simão de Vasconcelos (1943) ainda registra o sucesso do Catecismo do Brasil, método que o Bispo de Cabo Verde pediu por escrito ao Pe. Inácio de Azevedo para fazer uma versão para os negros de sua diocese. Quirício Caxa (1988), enviando o texto do Catecismo do Brasil a Roma no processo de beatificação do Apóstolo do Brasil, compara-o, em sua recomendação, ao catecismo feito pelos jesuítas do Japão, dizendo: “Pode haver mais fausto e pompa nas outras obras catequéticas feitas pela Companhia de Jesus, mas no Brasil havia mais conhecimento de Deus, mais pureza de alma e fervor por meio deste catecismo” (LEITE, 1938, p. 34).

O Catecismo de Anchieta articula a catequética e a ritualística num só instrumento, marcado pelas novidades dos manuais de Coimbra (1518), quando estende a procissão dos sentidos para antes e depois do banho batismal. Mesma tendência constata-se na

7 Bafejo no rosto (ANCHIETA, 1988, p. 132, v. 18).

8 Imposição do sal (ANCHIETA, 1988, p. 132, v. 22).

9 Imposição do óleo nas narinas (ANCHIETA, 1988, p. 132, v. 24).

10 Imposição do óleo nos ouvidos (ANCHIETA, 1988, p. 132, v. 25).

11 Imposição da veste e vela (ANCHIETA, 1988, p. 133, vv. 26-30).

12 O manual de Coimbra não rejeita a abertura dos sentidos, mas apenas altera a ordem usada no manual de Braga (1517), impondo a administração da saliva após o exorcismo da fonte batismal e antes das renúncias (Cf. *Manual de Coimbra*, fl. 6v.; *Manual de Braga*, fl. 4v).

comparação com o Manuel de Évora (1528), i. é, quando busca simplificar os gestos e evitar repetições. Sabemos que o Catecismo de Anchieta foi enviado para exame na Universidade da Companhia de Jesus em Évora (1556). Sabemos que o texto se tornou peça de devoção ao Venerável P. Anchieta no Noviciado de Évora, enviado posteriormente para Roma no processo de beatificação.

As opções teológicas, antropológicas e epistemológicas fazem do Catecismo de Anchieta um conjunto bem harmonioso e de fácil aplicação. Ao apresentar o Sacramento como remédio, articula-se com clareza sua dimensão antropológica e teológica. Ao insistir na procissão dos sentidos como lugar da experiência, faz eco a figura de São Boaventura que vê nas faculdades sensoriais humanas potência para a elevação do humano superando o limite da tese agostiniana (RAHNER, 1993, p. 263-299). A referência aos Exercícios Espirituais com as potências da alma e a aplicação dos sentidos só confirmam seu percurso metodológico partindo da *lex orandi* a *lex credendi*.

Chama atenção à simplicidade das imposições tanto da vela, do óleo e da veste branca. Os verbos usados reforçam a lógica memorial do sacramento, pois passamos pela água confessando nossa fé no Cristo morto e ressuscitado: para que “se lembre de viver como cristão”¹³... para que “não tema confessar”¹⁴. O mesmo acontece na procissão sensorial reforçando o caráter progressivo do programa catequético jesuíta, isto é, para que “lhe seja gostosa e a deseje”¹⁵... “para que ouça com atenção a Palavra de Deus”¹⁶.

As considerações que tercemos entre os manuais de Braga (1517), Coimbra (1518), Évora (1528) e sua revisão (1560) aponta um distanciamento do modelo mais próximo ao Rito do Batismo de Adultos. O que é certo afirmar é que José de Anchieta durante toda a sua vida se dedicou a revisar esses textos do Batismo num contínuo ensino-aprendizagem (Pergunta e resposta). Outro elemento importante é a inclusão do papel de padrinho e a imposição dos santos óleos na versão do *Diálogo da fé* (depois de 1583). São raras as ocasiões que a colônia influencia a vida da metrópole. A revisão e simplificação com a criação dos batistérios em Évora (1560) leva em conta o modelo jesuíta aplicado no Brasil.

BIOGRAFIA:

ALMEIDA, Francisca Pires. O ritual do batismo em Portugal na Baixa Idade Média e no início do Século XVI. N. 16/ 2014.

ANCHIETA, José de. *Textos históricos (Obras Completas, 9º volume)*. Pesquisa, introdução e notas: P. Hélio Abranches Viotti. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. Cartas, correspondências ativas e passivas (Obras Completas, 6º volume). Pesquisa e notas: P. Hélio Abranches Viotti. São Paulo: Loyola, 1984, p. 334.

13 ANCHIETA, 1992, p. 203, v.30.

14 ANCHIETA, 1992, p. 203, v. 31.

15 ANCHIETA, 1988, p. 132, v.22.

16 ANCHIETA, 1988, p. 132, v. 25.

_____. Diálogo da fé – Texto Tupi e Português. (Obras Completas, 10º volume). Introdução, tradutor e notas: P. Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1988.

_____. Doutrina Cristã - Tomo 1: Catecismo Brasílico. (Obras Completas, 10º volume). Introdução, tradutor e notas: P. Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1992.

CAXA, Quirício & RODRIGUES, Pero. *Primeiros biógrafos de José de Anchieta (Obras Completas, 13º volume)*. São Paulo: Loyola, 1988.

CUBA, Tayná Silva. O Batismo: suas origens na Idade Média e seus usos e significados para os escravos na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, em São Luís, Maranhão (1804-1806). *Revista Discente Ofícios de Clio*, Pelotas, vol. 5, nº 9 | julho - dezembro de 2020 | ISSN 2527-0524.

CHUPUNGCO, Anscar. *Inculturação litúrgica: sacramento, religiosidade e catequese*. (Coleção Celebrar e viver a fé) São Paulo: Paulinas, 2008.

FAUSTO, Carlos. *Se deus fosse jaguar: canibalismo e cristianismo entre os guaranis (Séc. XIV-XX)*. *Revista MANA*, 11(2): 385-418 (2005).

LEITE, Serafim. *Monumenta Brasiliae IV (1563-1568)*. Roma: *Momenta Historiae Societatis Iesu*, 1960: http://www.fondazioneintorcetta.info/pdf/biblioteca-virtuale/documento754/Mon_Bras_IV.pdf

LOYOLA, Inácio de. *Exercícios Espirituais*. (2ª Edição). Apresentação, tradução e notas: Centro de Espiritualidade Inaciana de Itaici. São Paulo: Loyola, 2000.

MARTY, François. *Sentir e Saborear – Os sentidos nos “Exercícios Espirituais” de Santo Inácio de Loyola*. São Paulo: Loyola, 2006.

NAVARRO, Azpilcueta. *Cartas avulsas Azpilcueta Navarro e outros (Cartas Jesuíticas, nº 2)*. Belo Horizonte: Itaiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

RAHNER, Karl. La doctrine des “sens spirituels” au Moyen-Age en particulier chez saint Bonaventure. *Revue d’ascétique et de mystique*, 14 (1933), p. 263-299.

TABORDA, Francisco. *Nas fontes da vida cristã: uma teologia do batismo-crisma*. São Paulo: Loyola, 2001.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônicas da Companhia de Jesus do Estado do Brasil (Volume 1)*. Lisboa: Em casa do editor A. J. Fernandes Lopes, 1865, p. 70.

_____. *Vida do venerável Padre José de Anchieta (2 volumes)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

VIOTTI, Hélio A. *Anchieta: o apóstolo do Brasil*. (2ª Edição) São Paulo: Loyola, 1980.

O projeto iconográfico na Iniciação Cristã: uma urgência?

Ms. Pe. Diego Willian dos Santos¹

Resumo: Observa-se a tomada de consciência, acerca da importância da Iniciação à Vida Cristã, na Igreja da América Latina, sobretudo, após a ênfase dada sobre esse assunto, na Conferência de Aparecida, em 2007, e o Documento 107, Iniciação à Vida Cristã: itinerário para formar discípulos missionários, da CNBB, publicado em 2017. Entretanto, essa Iniciação, requer um espaço celebrativo, que contemple a celebração dos sacramentos e, ao mesmo tempo, a dimensão da mistagogia, como um caminho fecundo para o discipulado. Sendo assim, o presente artigo versará sobre a urgência de se pensar um projeto iconográfico, que auxilie nesse caminho mistagógico de Iniciação à Vida Cristã e inserção na vida da comunidade eclesial. Para tal, a argumentação aqui apresentada, será baseada na pesquisa metodológica, tomando o referencial teórico existente. Buscará fundamentar a necessidade e importância, de se redescobrir o espaço celebrativo como lugar da manifestação do Transcendente, e não um espaço meramente decorativo. Urge, portanto, revisitar o caminho mistagógico, vivenciado pela igreja primitiva, para dela haurir inspiração para compor um espaço litúrgico adequado e coerente com as celebrações que nele se desenvolvem.

Palavras-chave: 1. Projeto iconográfico. 2. Mistagogia. 3. Espaço celebrativo. 4. Sacramentos.

INTRODUÇÃO

Constata-se a importância do tema acerca da Iniciação à Vida Cristã, para a Igreja como um todo e de modo particular na Igreja no Brasil. A Conferência de Aparecida, em 2007, no seu Documento de Conclusão, verificou a urgência em formar discípulos missionários de Jesus Cristo. Na esteira do pontificado do Papa Francisco, não se pode descuidar também da dimensão missionário desse seguimento, pois o discípulo é chamado constantemente a sair para as periferias do mundo para anunciar o seu Senhor. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), atenta aos sinais dos tempos, em sua Assembleia Geral de 2017, aprovou um Documento intitulado: Iniciação à Vida Cristã: itinerário para formar discípulos missionários, Documento de número 107 da CNBB. Ao falarmos em Iniciação à Vida Cristã, tocamos também nos sacramentos dessa mesma Iniciação, que por sua vez exigem um lugar para a sua celebração. O presente artigo abordará a temática da Iniciação à Vida Cristã, dentro do espaço celebrativo, tendo como base o projeto iconográfico de todo o edifício. Partindo de um referencial teórico, abordar-se-á os lugares de celebração que os sacramentos exigem. A importância do projeto iconográfico na Iniciação, os espaços celebrativos e o edifício cristão como um caminho mistagógico. Por fim, a conclusão, visa chamar a atenção para a urgência, de se elaborar um projeto iconográfico, como parte integrante do processo de Iniciação à Vida Cristã.

¹ Mestre em Teologia pela PUC-SP. Membro pesquisador do grupo de pesquisa: Religião, história e arte, do Laboratório de Comportamento, Política e Mídia (LABÔ), da PUC-SP. E-mail: dwspuc@gmail.com

1 SACRAMENTOS E SEUS LUGARES DE CELEBRAÇÃO

Cristo Jesus ao instituir os apóstolos, e enviá-los após a sua ressurreição, deu uma ordem de que os mesmos pregassem o Evangelho a toda criatura, batizando-os em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo (cf. Mt 28,19). Paulatinamente os sacramentos foram se desenvolvendo, ao mesmo tempo, em que se seus ritos e celebrações foram sendo sistematizados. Dessa maneira, a compreensão eclesial foi de que haveria a necessidade de um lugar específico para a celebração de cada sacramento

Assim o espaço celebrativo foi aos poucos se desenvolvendo, a partir daquilo que a comunidade precisava para organizar a sua celebração. Da *domus ecclesia*, em que já havia espaços bem delimitados para as funções realizadas, passando para o estilo basilical, tendo como referência alguns espaços públicos, os lugares para os ritos se estabeleceram de forma ordenada. Nas palavras de Pastro: “o lugar da celebração reflete bem a Nova Jerusalém. São espaços onde o Paraíso foi aberto, recuperado pelo próprio Cristo, o Novo Adão [...] todo espaço sagrado é a nova Jerusalém que desceu do céu. É o lugar da revelação onde a comunidade convocada o celebra” (PASTRO, 2006, p. 26).

Partindo do pensamento de Pastro, o espaço não é um mero lugar de reunião de pessoas. Não serve apenas para abrigar do sol, da chuva, ou do frio. Outrossim, constitui uma fonte reveladora do Mistério de Deus, que se faz presente no meio da sua assembleia reunida. Ali o Mistério se revela, se dá a conhecer e convida a entrar na dinâmica de uma vida de comunhão.

Dessa forma o lugar da celebração do Batismo é diferente do lugar da celebração da Eucaristia, ou mesmo da Reconciliação. O ambiente da sacristia, difere do átrio, assim como o lugar da Proclamação da Palavra, não é o mesmo de onde se dirige admoestações à assembleia. O espaço celebrativo manifesta uma Presença, que comunica uma nova vida. Partindo dessa concepção do espaço que comunica uma Presença, é que pensar um projeto iconográfico que possibilite esse encontro, se faz necessário e imprescindível.

2 O PROJETO ICONOGRÁFICO

O edifício deve conduzir ao Mistério, favorecer a acolhida da Presença que vem ao encontro do fiel. Nesse aspecto o projeto iconográfico é fundamental, para que a construção não se torne uma obra comum, que não conduz ao mistério, ou que repete esquemas ideológicos contrários à reforma litúrgica proposta pelo Vaticano II. Vale ressaltar, que a ausência do projeto referido, pode resultar em igrejas que contêm diversos estilos, na sua maioria distintos, que geram verdadeiras aberrações litúrgicas e teológicas.

De acordo com Pastro, o edifício sagrado, deve revelar Cristo em nós:

É a ‘visualização’ daquilo que se celebra; é a ‘visualização’ do invisível presente entre nós, isto é, ‘onde dois ou três estão reunidos em meu nome, aí estou no meio deles’ (Mt 18,20). Portanto, das paredes às

pinturas, das alfaías às vestes, do material do piso ao do altar (e am-bão, sédia, e batistério), das imagens à nossa postura (corpo-imagem), tudo compreende o programa iconográfico. Se o que celebramos é Cristo, tudo deve revelar o Cristo em nós (PASTRO, 2008, p. 75).

Partindo do excerto acima, se percebe que no espaço celebrativo, o que está posto tem uma função de conduzir para o mistério, não sendo apenas uma mera decoração ou um enfeite. Entretanto, o espaço de celebração também não pode ficar à mercê do gosto pessoal de uma pessoa, ou de um grupo, todavia deve sempre se pautar pelos documentos da Igreja, que após o Concílio Vaticano II, buscaram refletir, de maneira mais ampla, a importância do espaço e como concebê-lo.

Ao pensar a Iniciação à Vida Cristã, deve se ter em mente, que não apenas a catequese e posteriormente os sacramentos, são necessários para que ela aconteça. Todavia o processo de Iniciação exige uma mudança de mentalidade da paróquia como um todo, portanto, toda a comunidade precisa ser agente da Iniciação. Dos encontros de formação, à secretaria paroquial, passando pelas salas de catequese e demais dependências da paróquia, chegando ao edifício igreja, tudo deve estar a serviço dessa Iniciação.

Dessa maneira o espaço celebrativo onde se desenvolverá a acolhida, os ritos que antecedem a recepção dos sacramentos, e os lugares da celebração propriamente dita, devem favorecer a manifestação da Presença de Deus. Veremos agora alguns desses ritos e seus respectivos lugares.

3 A INICIAÇÃO À VIDA CRISTÃ: O RITO NO ESPAÇO CELEBRATIVO

3.1 ÁTRIO

A Iniciação à Vida Cristã, mais do que apenas administrar sacramentos, quer celebrá-los. Contudo, a Iniciação visa também a inserção da pessoa à família de Deus, ao corpo dos batizados, que agora fazem parte do Corpo de Cristo. Sendo assim a acolhida da pessoa na Igreja, constitui um momento de suma importância. Essa acolhida se dá num espaço que se denomina átrio ou adro.

De acordo com o Ritual de Iniciação Cristã de Adultos: “Os candidatos com seus introdutores e os fiéis podem reunir-se quer fora do limiar da igreja, quer no átrio ou na entrada” (RICA, n. 73). Esse gesto sinaliza que a pessoa ainda não faz parte da Igreja, mas que ao procurá-la, será agora acolhida por ela. Dentro do processo de desenvolvimento antropológico, a acolhida faz com que a pessoa se sinta parte, daquele grupo, comunidade, ou família. Por isso a acolhida expressa para a pessoa que ela é bem-vinda naquele lugar.

Sendo assim, deve haver na igreja um lugar que manifeste essa acolhida: o átrio, que nas palavras de Pastro:

É o espaço para os “*goim*”, para os não cristãos, para os “pagãos” rezarem a seu modo – é o espaço do outro e, por isso, deve ser belo, pois trata-se também de uma zona de transição, de “passagem entre dois mundos”. É o espaço da purificação. Aí é a porta no espaço d’Aquele que nos santifica e nos envia ao espaço “do mundo” (PASTRO, 2014, p. 32).

Recebido na comunidade e marcado com o sinal da cruz, a pessoa será convidada a tomar parte na assembleia celebrante, e embora ainda não tenha recebido os sacramentos, já assumirá seu lugar, junto dos demais fiéis.

3.2 INGRESSO NA IGREJA

Após o rito de acolhida, o RICA sugere: “Se o rito de acolhida tiver sido feito à porta da igreja ou outro local, quem preside, com um gesto, convida os catecúmenos a entrar com os introdutores na igreja: Entrem na igreja, para participar conosco na mesa da Palavra de Deus” (RICA, n. 90). Aqui se realiza uma pequena procissão, onde a pessoa, acompanhada do ministro ordenado, da sua família, catequistas e membros da comunidade, adentram o edifício, como igreja peregrina ao encontro do seu Senhor.

A pessoa não apenas é acolhida, mas é acompanhada. Nas palavras do Documento 107: “mais do que entrar na Igreja, o crente é acolhido por ela” (CNBB, 2017, n. 105). Percebe que esse caminho de fé, não será trilhado sozinho, mas acompanhado pela presença e oração dos demais irmãos. Sendo agora convidada a tomar parte no lugar dos fiéis, perceberá de modo mais enfático que possui um lugar, que é seu, nessa assembleia.

3.3 LUGAR DOS FIÉIS

O fiel possui um lugar específico dentro do edifício, um espaço que externa que ele é sujeito da celebração e não mero expectador. O lugar que ele ocupa, manifesta a expressão de todos os membros. Nas palavras de Moraes:

Essa porção da assembleia litúrgica é a mais rica em diversidade e a que melhor representa a universalidade da Igreja, se pensarmos em celebrações dominicais nas igrejas das paróquias. Ali estão representados o passado, o presente e o futuro: os que estão por nascer, as crianças, os adolescentes, os jovens, os adultos, os idosos e, na memória, os falecidos, nossos antepassados na fé. Ali estão representados várias condições sócio-econômicas; ali podem estar até mesmo os que estão impedidos de participar plenamente da eucaristia (portanto da Igreja) por interdições canônicas ... Em meio ao grupo dos fiéis estão os que padecem todo tipo de enfermidade. Várias culturas e nacionalidades ... Os fiéis são uma amostragem do mundo inteiro (MORAES, 2009, p. 83).

Todos têm o seu lugar, e esse deve manifestar de modo pleno a diversidade e ministerialidade do Corpo de Cristo. Nele se escuta a Palavra de Deus, e se celebra o Deus vivo. Não deve ser confundido com um auditório, uma sala de espera, ou simplesmente um ambiente para acomodar as pessoas.

3.4 MESA DA PALAVRA

Do seu lugar, o fiel escuta a Palavra proclamada num monumento pascal: o ambão. Moraes enfatiza: “O significado de ‘ambão’ deriva do verbo grego *anabainein*: subir. Presente na liturgia desde o século IV, sua estrutura foi sempre a de um lugar elevado para melhor projetar a voz na proclamação dos textos sagrado” (MORAES, 2009, p. 130).

Desse monumento pascal se proclama a Ressurreição, a Páscoa do Senhor, a vitória da vida sobre a morte, do bem sobre o mal. O fiel assim, é alimentado nessa mesa que lhe mostra o quanto ele é amado por Deus. Nesse espaço, o primeiro anúncio (querigmático) é aprofundado e amadurecido.

3.5 EM TORNO DA PALAVRA

A Igreja não vive sem a Palavra, ao contrário, por ela deve se deixar educar. Desse modo, é em torno dessa mesma Palavra, que ela realizará os outros ritos que enriquecem o processo de Iniciação à Vida Cristã. Os escrutínios, a entrega da Palavra, as unções, a purificação e a iluminação, a entrega do símbolo apostólico, bem como a entrega da oração do Senhor e a eleição, acontecerão ao redor da mesa da Palavra, pois todos esses ritos possuem ligação estreita com essa mesma Palavra.

Ao longo da Sagrada Escritura se percebe como Deus escolheu o seu povo e fez uma aliança com ele (cf. Ex 19-20). A libertação operada pelo Senhor que constitui para si um povo (cf. Ex 14), lhe entrega a sua lei (cf. Ex 20), e o acompanha na caminhada rumo a terra prometida. Deus unge seus reis e profetas, lhes dando do seu Espírito. Ao falar por meio de seu Filho (cf. Hb 1,2), ensina o povo a chamá-lo de *abbá* Pai (cf. Rm 8,15).

A partir da experiência da ressurreição e derramamento do Espírito, a fé vivida, será sistematizada tendo como fundamento os apóstolos. Todo esse itinerário, conduzirá o fiel à fonte batismal que o fará filho de Deus. É por essa razão que o ambão é um monumento pascal, não uma mera estante, um púlpito, ou um lugar sem valor. Mas deve ser um memorial permanente da Palavra de Deus que na Igreja ecoa.

3.6 FONTE BATISMAL

O fiel acolhido na Igreja, marcado com o sinal da cruz, tendo assumido seu lugar na assembleia dos fiéis, sendo formado pela Palavra, eleito, ungido, iluminado e purificado, chegará com alegria à fonte batismal. Segundo Moraes:

“A construção de batistérios se mostrou uma necessidade elementar para os cristãos, uma vez que no ritual do batismo estava o ponto inicial de pertença à Igreja. Tomou-se como tipo a ‘casa de banho’ dos romanos, sendo então necessariamente uma grande sala com uma piscina ao centro” (MORAES, 2009, p. 151).

O batismo é por sua natureza e por sua etimologia, um banho. Segundo Moraes: “Temos segurança da existência de batistérios a partir do início do século III, quando a celebração do batismo acontecia somente na noite de Páscoa ou na Vigília de Pentecostes” (MORAES, 2009, p. 151).

Assim é importante ressaltar que paulatinamente a fonte batismal, foi dando lugar a pia batismal, até chegarmos a bacia e a jarra, muitas vezes de plástico. A água em abundância cedeu lugar para um pouco de água derramada na cabeça da pessoa, que não remete a verdadeiramente um banho que limpa da imundície, e faz ressurgir a vida nova. Urge resgatar a fonte batismal como sinal eloquente, dessa limpeza e adoção, que Deus realiza mediante o banho batismal.

3.7 CRISMA

O batizado é também crismado, ungido pelo Senhor. De acordo como RICA essa unção pode acontecer junto à própria fonte batismal, ou no presbitério (cf. RICA, n. 227). Seu caráter está associado ao sacramento do Batismo: “A Crisma complementa a configuração do batizado a Cristo e encaminha-o para a participação na Eucaristia” (CNBB, 2017, n. 130). A Crisma marca o fiel com o selo do Espírito Santo e o direciona para o banquete da Eucaristia.

3.8 MESA DA EUCARISTIA

Da mesa da Palavra o fiel passa para a mesa da Eucaristia. Dessa maneira, outro monumento pascal imprescindível para a Iniciação Cristã, será o altar, que a reforma litúrgica realizada pelo Concílio Vaticano II, colocou como centro do espaço celebrativo. Tendo em vista que o modelo para o espaço celebrativo é a Eucaristia, Pastro afirma:

O altar é Cristo, centro de todo edifício [...] O altar é o lugar do mistério pascal. O próprio Senhor entrega-se em banquete pascal para a liberdade e vida da comunidade eclesial. É o altar que dá razão ao espaço celebrativo cristão e sacraliza tudo e todos que o envolvem (PASTRO, 2014, p. 68).

Nessa mesa o batizado é alimentado pelo próprio Senhor que se entrega no seu Corpo e no seu Sangue. Tendo sido formado pela Palavra e convidado à uma vida de comunhão, o batizado tomando parte no banquete da Eucaristia, descobrirá que a sua vida é uma vida de comunhão, com Deus e com os irmãos. Aqui se atinge a plenitude da Iniciação à Vida Cristã, pois a Eucaristia completa esse itinerário formativo e sacramental.

3.9 AXIALIDADE ESCATOLÓGICA

A axialidade escatológica, será percebida pelo fiel, que passando pelas águas do batismo, entrando para a vida da Igreja, ocupa o seu lugar como fiel, que escuta a Palavra, e se aproxima do altar, onde é alimentado na mesa da Eucaristia. Mas a sua meta é a Jerusalém Celeste, onde Cristo está! De acordo com Tommaso: “a cada celebração litúrgica, acontece esse encontro do Cristo com seu povo, o céu desce para a terra. Esse é um fator fundamental na compreensão do sentido iconográfico, que deve ser preparado para receber a Presença” (Tommaso, 2017, p. 191). Assim a axialidade escatológica será percebida na fonte batismal, posta próxima a entrada do edifício, e o Cristo Pantocrator presente na outra extremidade, na abside.

É preciso que o projeto iconográfico contemple na abside um ícone do Pantocrator, da cena da Transfiguração (cf. Mc 9,2-8), ou alguma outra passagem que revele a Jerusalém Celeste (cf. Ap 21), a fim de que o fiel não se esqueça há que é chamado. Recordando perene-mente a meta de sua vida, buscará orientar toda a sua existência nessa terra, de modo a participar da vida eterna. Por essa razão é que o edifício cristão constitui um caminho mistagógico no itinerário da Iniciação Cristã e um prolongamento/ aprofundamento da fé recebida no batismo.

4 EDIFÍCIO CRISTÃO: UM CAMINHO MISTAGÓGICO

Ao projetar o edifício-igreja, não se deve concebê-lo, como um mero espaço onde as pessoas irão se reunir. É preciso estar atento, pois, a finalidade do edifício é propiciar um encontro com uma Presença. Sendo assim, nas palavras de Pastro: “A arte sacra é mistagógica. A arte litúrgica em sua constituição é a própria teologia e liturgia em formas, cores, sons ... E nos conduz para dentro do Mistério, muito além de uma mera questão estética e um discurso racional” (PASTRO, 2013, p. 22).

O projeto iconográfico, e mais precisamente a arte sacra no espaço celebrativo, prepara o fiel para acolher a Presença, ao mesmo tempo, que o conduz ao Mistério. Ainda de acordo com Pastro:

O lugar celebrativo dos cristãos é um espaço mistagógico, onde aprendemos continuamente a ser cristãos (educação da fé) – é a Palavra, oração objetiva que filtra a nossa mente e nosso coração e limpa o nosso subjetivismo psicológico. Porém, acima de tudo, é o lugar do memorial Pascal (PASTRO, 2008, p. 65).

Assim, é de fundamental importância entender que o edifício cristão como um todo deve manifestar a grandeza de Deus, ao mesmo tempo, em que será um grande evangelizador, mesmo que no momento em que a pessoa o adentre, nele não esteja sendo celebrado nenhum sacramento. O próprio edifício será um ícone dessa Presença de Deus. Moraes, tratando dos momentos pascais, enfatiza:

O sentido mais profundo do ambão, fonte batismal e altar é serem ícones, imagens que encerram e revelam a vocação cristã. Enquanto construções relativamente independentes entre si no espaço, convém aproximá-los do tipo monumento. Ambão, fonte batismal e altar são concretamente monumentos da Pascoa do Senhor. *Monumentum* procede do verbo latino *monére*: advertir, fazer recordar, instruir. É justamente o que esses três elementos devem realizar dentro da assembleia litúrgica na sua função e estrutura: uma anamnese do Cristo e da vida do cristão (MORAES, 2009, p. 127).

Eles são monumentos pascais porque recordam ao cristão aquilo que ele é, e o que é chamado a ser. Não são objetos, ou móveis, que param em si mesmo, não obstante, são sinais do mistério pascal, que se manifesta, em cada detalhe da construção. Como monumentos pascais, são também elementos mistagógicos, que propiciam um aprofundamento daquilo que nesses lugares foi celebrado. De acordo com a Conferência dos Bispos do Brasil:

O processo continua por uma ação pastoral mistagógica, muito importante para os nossos dias. A mistagogia é uma progressiva introdução no mistério pascal de Cristo, vivido na experiência comunitária. Papel importante, nesse processo de imersão, desempenham as celebrações litúrgicas e o aprofundamento dos sacramentos da Iniciação à Vida Cristã (Doc 107, n. 60).

A conversão pastoral da paróquia como um todo, fomentará a pastoral mistagógica, que continuará conduzindo o fiel para um amadurecimento da sua fé, bem como o formará como discípulo missionário de Jesus Cristo. A linguagem simbólica e ritual, constituirá um celeiro fértil, para que tal amadurecimento possa acontecer, fazendo o fiel em questão entrar nessa dinâmica da vida relacional com Deus.

CONCLUSÃO

Tendo percorrido o itinerário de Iniciação à Vida Cristã o fiel, agora membro da Igreja, recolherá na própria Igreja o aprofundamento para a sua vivência batismal, considerando que, a Iniciação é um processo de amadurecimento, ao longo de toda a existência. Dessa maneira, o edifício igreja, mistagógicamente organizado, será de auxílio para os neófitos e toda a comunidade, que ao se reunirem num ambiente iconograficamente estruturado, conseguirão nele, acolher a Presença do Invisível.

É preciso superar, nas palavras de Andrea Grillo, o mínimo necessário, para se dar o máximo gratuito (cf. GRILLO, 2017, p. 66), no que concerne a celebração dos sacramentos, lembrando que Deus é sempre abundante e generoso. Urge também, superar a mentalidade anterior ao Concílio Vaticano II, que não visa uma verdadeira Iniciação à Vida Cristã, mas acentua o clericalismo e o devocionismo.

Nesse sentido, é urgente que a comunidade eclesial, ao recuperar a Iniciação à Vida Cristã, tenha consciência de que o espaço celebrativo, realizado mediante um projeto iconográfico, favorece o encontro e acolhida da Presença de Deus, ao mesmo tempo, em que contribui para um amadurecimento da Iniciação ao longo de toda a existência. O projeto iconográfico nesse sentido, não é um detalhe, um adorno, ou um enfeite, mas sim uma urgência.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2006.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Iniciação à vida Cristã*: itinerário para formar discípulos missionários. Documento da CNBB 107. Brasília: Edições CNBB, 2017.

GRILLO, Andrea. *Ritos que educam*: os sete sacramentos. Coleção Vida e Liturgia da Igreja. Brasília: Edições CNBB, 2017.

MORAES, Francisco Figueiredo de. *O espaço do culto à imagem da Igreja*. São Paulo: Loyola, 2009.

PASTRO, Cláudio. *Guia do espaço sagrado*. Ed 5. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. *Imagens do Invisível*: na arte sacra de Cláudio Pastro. São Paulo: Loyola, 2013.

_____. *O Deus da beleza*: a educação através da beleza. São Paulo: Paulinas, 2008.

_____. *Teologia do espaço*. São Paulo: Grafa editora, 2006.

RITUAL DE INICIAÇÃO CRISTÃ DE ADULTOS. Ed 7. São Paulo: Paulus, 2011.

TOMMASO, Wilma Stegall de. *O Cristo Pantocrator*: da origem às igrejas no Brasil, na obra de Cláudio Pastro. São Paulo: Paulus, 2017.

A dimensão antropológica da música e o canto na iniciação cristã

*Luciene dos Santos*¹

Resumo: O presente artigo pretende evidenciar a importância da dimensão antropológica da música e o canto na iniciação cristã, uma vez que são elementos indispensáveis para o processo catecumenal. Assim sendo, a música religiosa estabelece uma harmonia espiritual e integradora, pois, há na sua essência uma mensagem de fé: salvífica e libertadora. Portanto, cantamos em conformidade com o projeto de amor de Deus. Em seguida, irei discorrer sobre o papel da música e o canto na reconstrução da identidade, pois atua integrando socialmente os membros da comunidade de fé, em vista das necessidades antropológicas do ser humano que vão sendo atendidas durante as etapas da iniciação cristã. Por conseguinte, destacarei que uma das funções da música é a de ser humanizadora, pois o canto dá aos sentimentos e às emoções humanas toda a sua verdadeira expressão, podendo impactar e transformar as nossas ações expressadas através dos nossos sentidos, visto que o corpo externa aquilo que é sentido e provocado internamente em sintonia com o ritmo da música.

Palavra-chave: Dimensão Antropológica. Música. Canto. Iniciação Cristã.

INTRODUÇÃO

A música com os seus mais variados estilos, sempre se fez presente na história e, sobretudo, nas fases do desenvolvimento humano. Sendo assim, de acordo com Kolling, “há vários tipos de música – canto, dependendo da finalidade para a qual foi feita: música para dançar, marchar, relaxar, curar, brincar, ninar, trabalhar, produzir mais, música para rezar e entrar em contato com Deus.” (KOLLING, 2011, p. 156). Por isso, percebemos que a música e o canto contribuem para o processo de integração social na Iniciação Cristã.

Assim sendo, a música é um elemento essencial para a manifestação da fé nas mais diversas culturas, fazendo-se presente nas tradições religiosas, o que a torna parte integrante na construção humana, social, histórica e, sobretudo, religiosa de uma sociedade. Portanto, a música é uma das mais encantadoras demonstrações dos sentimentos humanos.

1 UMA PERCEPÇÃO ANTROPOLÓGICA DA MÚSICA E O CANTO

A música como um meio de sociabilidade, desempenha um papel de suma importância nas relações humanas, pois ela, proporciona a interação das vozes e corações, levando os ouvintes a perceberem a sua beleza. Por essa razão, Kolling nos diz que “a música é feita de som, melodia e ritmo; o canto lhe acrescenta as palavras, o texto, a mensagem, a poesia.” (KOLLING, 2011, p. 156).

Por isso, Pinto ressalta que

¹ Mestranda em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio (e-mail: luci.ene.cris15@gmail.com.br).

A inserção da música nas várias atividades sociais e os significados múltiplos que decorrem desta interação constituem importante plano de análise na antropologia da música. A relação entre som, imagem e movimento é enfocada de forma primordial neste tipo de pesquisa. Aqui música não é entendida apenas a partir de seus elementos estéticos, mas, em primeiro lugar, como uma forma de comunicação que possui, semelhante a qualquer tipo de linguagem, seus próprios códigos. Música é manifestação de crenças, de identidades, é universal quanto à sua existência e importância em qualquer que seja a sociedade. Ao mesmo tempo é singular e de difícil tradução, quando apresentada fora de seu contexto ou de seu meio cultural. (PINTO, 2001. p. 223).

Não obstante, percebemos nas mais diversas tradições religiosas que a “música funciona como agente social de integração, aproximando os indivíduos que a compartilham.” (SILVA, 2017, p. 15). Em vista disso, a música e o canto tornam-se um meio efetivo de comunicação entre as pessoas de um determinado grupo ou instituição social.

Assim sendo, a música e o canto na iniciação cristã são de suma importância, uma vez que são recursos indispensáveis para o processo catecumenal. Portanto, a música religiosa estabelece uma harmonia espiritual e integradora, visto que há na sua essência uma mensagem de fé: salvífica e libertadora. Em vista disso, Bento XVI afirma: “se ademais pensamos naquilo que a pedagogia representava para os antigos – um encaminhar-se ao essencial, e mesmo em processo de salvação e libertação -, não desprezaremos esse aspecto da música” (BENTO XVI, 2017, p. 34), uma vez que o canto funciona como um meio de comunicação que nos orienta através daquilo que está sendo cantado, pois quando cantamos, estamos do mesmo modo, comunicando a vida, nos sociabilizando e transmitindo uma “boa nova”.

Portanto, “a musicalidade tem o poder de nos levar à transcendência, de retornar às saudosas e subterrâneas memórias” (SILVA, 2017, p. 17), que vão aflorando diante de cada nota, de cada melodia e, se atualizando em nossas mentes e corações. Logo, as nossas experiências vivenciadas na iniciação cristã também são marcadas pelas canções religiosas que nos remetem a celebração dos sacramentos e a toda vida litúrgica, visto que a música e o canto contribuem para o nosso crescimento espiritual.

1.1 A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA E O CANTO NA VIDA HUMANA

A vida humana é renovada em Jesus Cristo, ou seja, segundo Rubio, “uma nova humanidade é inaugurada, incorporando-se ao Cristo e aceitando ser transformada por Ele,” (RUBIO, 2001, p. 205). Deste modo, quanto mais voltados e abertos para Deus, tanto mais nos assemelhamos a Ele, e introduzimos em nossas vidas, elementos que nos humanizam, nos integram e, sobretudo, que nos provocam através daquilo que ouvimos e cantamos.

Não obstante, na atualidade, há uma crescente perda de identidade, contudo a música também tem o papel de reconstruí-la, pois atua integrando socialmente os membros da comunidade de fé, em vista das necessidades antropológicas do ser humano que vão sendo atendidas durante as etapas da iniciação cristã. Diante disso, O Papa Bento XVI ainda resalta que “a música de Igreja, conforme essa visão das coisas, significa antes de tudo que o ‘povo de Deus’ expresse sua identidade no canto” (BENTO XVI, 2017, p. 78). Assim, ao nos identificarmos com uma música temos a nossa vida “tocada” por ela. Por isso, a vida depende, então, do relacionamento da imagem humana com o original divino e com a tarefa que isso implica. Certamente a música nos proporciona a oportunidade de refletirmos diante daquilo que somos.

No entanto, sabemos que a vida está sempre em movimento e, quando nos deixamos conduzir em direção ao Criador, entramos em harmonia com toda a criação, com tudo aquilo que está diante de nós e, então, a música e o canto, nos dirige através de movimentos harmônicos a trilhar a estrada do conhecimento de Deus por meio de todo o processo da iniciação a vida cristã.

1.2 A LINGUAGEM CORPORAL DA MÚSICA E O CANTO

Por meio da linguagem corporal podemos expressar aquilo que sentimos e, sobretudo, refletirmos sobre o que cantamos. Pois, “é a presença atuante do espírito que torna transparente, até certo ponto, o corpo humano. Acontece sobretudo com o olhar, com a expressividade facial, com os gestos e palavras do ser humano” (RUBIO, 2001, p. 345), levando-o ao autoconhecimento, transportando-o para o seu interior, fazendo-o mergulhar efetivamente naquilo que é essencial para testemunhar a fé por meio das expressões corporais. À vista disso, Santo Agostinho diz:

se você toca com o seu dedo uma parte sensível do seu corpo em dado ritmo, essa ação é sentida pelo tato a cada vez que for realizada, de modo que esse movimento ritmado não pode ser estranho àquele que o sente; não pergunto, pois, onde está o sentido do toque – é claro que está no tato –, mas o ritmo, mesmo na ausência do tocar. (AGOSTINHO, 2019, p. 192)

Há uma sensibilidade que transcende os nossos sentidos diante de uma música sacra, fazendo com que o nosso corpo responda aos estímulos provocados pelo som e pelas melodias. Eles são captados por nossa audição causando mudanças no nosso comportamento de acordo com o impacto provocado pelo canto. A sacralidade da obra permite que os seus ouvintes manifestem aquilo que estão experienciando por meio de sua corporeidade. Sendo assim, vários estudos comprovaram que cantar reduz a tensão, trazendo benefícios para o corpo e para a alma. Borobio relata que

o melhor modo de potenciar o falar naquilo que tem de vibração corporal e respiratório, de alento e de ritmo é torná-lo canto, cantar, can-

ção, cantarolar. (Assim ele passa de fato a em-canto, em-cantamento). Leva-se até as últimas possibilidades o que é emissão de uma voz, a vibração de cordas vocais, dos lábios, da língua, a pulsação de um órgão cardíaco. De qualquer maneira, a voz modulada na linguagem falada, na alocução, com seus matizes e suas tonalidades, já é dotada de musicalidade. (BOROBIO, 2002, p. 197).

Ao ser embalado, conduzido ou tocado por uma melodia, é acionada a nossa capacidade de escuta, de atenção, de comoção, fazendo com que haja algumas manifestações provocadas pelos sons, uma vez que, a música e o canto têm o “poder” de transformar, acalmar, restaurar e aliviar as nossas dores, sofrimentos e sentimentos, pois a música está em consonância com aquilo que ouvimos e apreendemos na iniciação cristã.

De acordo com Ridley,

postula-se a existência de um mecanismo psicológico inato ou natural de modo que certos estímulos musicais produzem automaticamente uma resposta emocional no ouvinte. Por exemplo, padrões de tensão e alívio musicais, quando percebidos pelo ouvinte esclarecido, acionam emoções. Esta associação torna a ligação entre música e emoção filosoficamente inerte. (RIDLEY, 2008, p. 107).

A emoção é sentida em resposta à melodia, pois o canto acaba sendo associado a uma outra experiência vivenciada pelo ouvinte. Todavia, nas nossas celebrações litúrgicas, sempre houve uma preocupação com o uso de determinadas músicas, principalmente em missas de sétimo dia, aonde os ouvintes chegam fragilizados. Dessa maneira, não sejam atingidos emocionalmente de forma negativa, uma vez que, a música tem a capacidade de nos atingir e, até de influenciar.

Fonseca revela que

Santo Atanásio (séc. IV) nos faz um alerta sobre o poder terapêutico dos salmos: ‘Sentis necessidade de penitência e de perdão? Estais oprimidos pela desventura ou pela tentação? Alguém de vós está triste, aflito ou de bem com a vida, alegre por ter conseguido vencer o inimigo, quer louvar, dar graças e glória a Deus Recorrei aos salmos: neles encontrareis matéria mais que suficiente para sua necessidade e podereis oferecer a Deus, como se fossem seus, todos os sentimentos’. Embora percebamos que, necessariamente, não esteja falando dos 150 salmos, o apóstolo Paulo nos recomenda a fazer uso dos salmos em todas as circunstâncias da vida. (FONSECA, 2005, p. 75).

Os relatos bíblicos nos ensinam que a música é curativa, que alivia as dores do corpo e, sobretudo, da alma. Nghiem esclarece que, “já se reconhecia que a música produzia sobre o espírito efeitos misteriosos, uma emoção profunda e mesmo uma ação benéfica, para não

dizer terapêutica. Ela fazia perceber a noção do sagrado” (NGHIEM, 2018, p. 57). Por esse motivo, o som, causa motivação para um determinado movimento corporal, sendo que a sensação de bem-estar realizada no corpo é de suma importância, já que “a música é, portanto, a ciência das belas modulações ou dos movimentos bem ordenados” (AGOSTINHO, 2019, p. 8). Em razão disso, “ela libera o caminho obstruído que conduz ao coração, ao centro do nosso ser, ali onde ele entra em contato com o ser do Criador e do Redentor. Ao conseguir fazer isso, a música torna-se o caminho que conduz a Jesus, o caminho pelo qual Deus provou sua salvação” (BENTO XVI, 2017, p. 72).

Ao ser embalado, conduzido ou tocado por uma melodia, é acionada a nossa capacidade de escuta, de atenção, de comoção, fazendo com que haja algumas manifestações provocadas pelos sons, uma vez que, a música tem o “poder” de transformar, acalmar, restaurar e aliviar os nossos pensamentos, as nossas dores, sofrimentos e sentimentos. Portanto, “a voz habita nosso corpo, que vibra inteiro quando ela soa, porque é o corpo todo, como nosso instrumento musical, que canta, e não apenas a voz” (KOLLING, 2011, p. 43).

1.3 AQUILO QUE EU CREIO, ESTÁ NAQUILO QUE EU CANTO

A fé nasce no mais recôndito do nosso ser e procede do nosso interior, isto é, do coração. Em razão disso, percebemos que as músicas cantadas durante os encontros catequéticos ou, nas celebrações eucarísticas, estão em consonância com aquilo que acreditamos, já que, a música e o canto são elementos utilizados para testemunhar o que cremos.

Kolling destaca que

na liturgia celebramos aquilo em que cremos, o que supõe uma catequese celebrativa e uma liturgia catequética, levando em conta sua dimensão orante, dialogal, festiva, que nos faz cantar as maravilhosas obras de Deus em nosso favor, sobretudo em Jesus Cristo e em seu Mistério Pascal, que renovamos e atualizamos em cada celebração eucarística. (KOLLING, 2011, P. 135)

Desta maneira a fé é motivada por algo que nos tocou sensivelmente. Por isso, Santo Ambrósio assegura que “a fé é portanto, o trâmite entre os sinais e Cristo. Com fé se percebe o “sinal” (Cristo fez o sinal, os milagres, e creram nele), se toca a realidade concreta da salvação realizada em Cristo.” (AMBRÓSIO, 2019, p.18). Consequentemente, ela proporciona uma vivência em comunhão com os ensinamentos Jesus, já que a revelação se dá mediante a fé.

A beleza do canto nos impulsiona ao louvor que desperta os nossos sentidos efetivamente, pois mandamos toda a nossa energia em exaltação ao Senhor. A música sublima toda a oração externando os nossos sentimentos e as nossas emoções. Portanto, “a integração dos sentidos no espírito lhes concede uma nova profundidade, que lhes permite alcançar a infinitude da aventura espiritual.” (BENTO XVI, 2017, p. 90).

Na verdade, a fé é um pressuposto para sermos cristãos, uma vez que crer é o abandono de si mesmo para confiar no Senhor. Quando cantamos as nossas vozes encontram-se em uníssono, nos elevamos com a música em direção a Deus. A música faz parte da nossa vida, visto que ela está inserida em todas as situações vivenciadas pelos seres humanos. Logo, ao cantarmos as maravilhas do Senhor, cantamos com a alma em resposta a tudo aquilo que foi realizado em nosso ser.

Os documentos da Igreja nos orientam acerca daquilo que convém e o que não convém a um cristão no que concerne à música. Por isso devemos cantar de acordo com a vontade de Deus e a luz do Evangelho, visto que o canto foi criado para rende graças ao Senhor. Por conseguinte, a música faz-se essencial em nossas vidas.

O livro dos salmos santifica a música para o louvor ao Senhor: “Louvai-o com toque de trombeta, louvai-o com cítara e harpa; louvai-o com dança e tambor, louvai-o com cordas e flauta; louvai-o com címbalos sonoros, louvai-o com címbalos retumbantes! Todo ser que respira louve a Iahweh!” (Sal 150,3-6). O salmista ao expressar os seus sentimentos nos ensina o verdadeiro louvor que serve como modelo para o nosso cantar. Então, ele nos mostra que a nossa vida deve ser um eterno louvor, isto é, no final tudo será glorificado.

Os instrumentos dão equilíbrio e harmonia ao canto trazendo a suavidade do espírito durante a oração. Assim sendo, a espiritualidade é essencial para demonstrarmos aquilo que cremos através da música. Por conseguinte, precisamos discernir se aquilo que cantamos está de acordo com a nossa fé, pois o nosso cantar deve traduzir o que cremos, visto que o canto deve produzir em nós uma mudança interior. Oxalá que o nosso canto possa ser testemunho daquilo que vivemos e cremos em comunhão com a Igreja. “Por isso, A liturgia abre-se para o canto, que Paulo chama de “salmo”, definindo-o assim de forma musical e teológica.” (BENTO XVI, 2000, p. 66).

2 O PAPEL DA MÚSICA E O CANTO NA INICIAÇÃO CRISTÃ

Uma das funções da música é a de ser humanizadora, pois o canto dá aos sentimentos e às emoções humanas toda a sua verdadeira expressão, podendo impactar e transformar as nossas ações expressadas através dos nossos sentidos, visto que o corpo externa aquilo que é sentido e provocado internamente em sintonia com o ritmo da música. À vista disso, cantar juntos manifesta e estimula a unidade das vozes, pensamentos e corações.

Borobio considera que

em todas as culturas, o falar e o cantar sempre estiveram muito próximos, distinguindo-se mais em termos quantitativos do que qualitativos. A meditação, a prece do coração, sempre teve seu apoio natural na palavra articulada, na fórmula dita, proferida. Nunca se orou na interioridade pura. O ‘pensar’ em forma de reflexão, de ideias, sem nenhum acompanhamento corporal exterior, é um produto típico do

racionalismo moderno. E, em termos mais amplos, erigidos em método dominante, é um fato involutivo, pois ignora a realidade encarnatória, unitária, do homem. (BOROBIO, 2002, p. 196-197).

As primeiras comunidades cristãs mantiveram alguns elementos culturais dos seus antepassados, por isso, tinham no canto uma das formas de oração, de contemplação, de dialogar com Deus, de estar na presença do Senhor. Os salmos eram concebidos como um elemento essencial para a vida dos cristãos, em vista disso, eles continuaram fazendo parte da vida nova do povo judeu, ou seja, uma vida nova em Cristo.

Assim sendo, Pagola explica que

os cristãos das primeiras comunidades sentiam-se, antes de tudo, seguidores de Jesus. Para eles, crer em Jesus Cristo é enveredar por seu “caminho”, seguindo seus passos. Um antigo escrito cristão, conhecido como carta aos Hebreus, diz que é um “caminho novo e vivo”. Não é o caminho transitado no passado pelo povo de Israel, mas um caminho “inaugurado para nós por Jesus” (Hb 10,20). (PAGOLA, 2012, p. 9).

Sabemos que a fonte da iniciação crista está na Palavra de Deus. Por essa razão, a Palavra de Deus nos orienta por meio dos seus ensinamentos que perpassam o tempo, sendo um fio condutor para a humanidade, visto que o homem necessita e deseja estar na presença de Deus. O saltério foi atribuído ao Rei Davi, subtende-se este paralelismo: Davi é o rei que deu morada a Deus em Israel, sobre a montanha santa; ele é o novo fundador do culto e o é precisamente pelo fato de ter dado ao povo santo a maneira de cantar dignamente a Deus (BENTO, 2017, p. 65).

A música deve ser um estímulo para uma participação frutuosa na iniciação cristã, estimulando uma integração harmoniosa entre os catequizandos, levando-os a uma integração com a comunidade. Kolling salienta que

Como a criança tem especial predileção pelo canto, este deve ser fomentado e bem usado. Importante e esclarecedor é o número 31: ‘Para facilitar a participação das crianças no canto do Glória, Creio, Santo e Cordeiro de Deus, é lícito adotar as composições musicais apropriadas com versões populares aceitas pela autoridade competente, ainda que literalmente não estejam de acordo com o texto litúrgico’. Tenha-se, porém, o cuidado para que o canto não distraia, mas as ajude a rezar e vivenciar cada momento celebrativo. (KOLLING, 2011, pp. 135-136).

Os relatos bíblicos nos indicam acerca da musicalidade dos cristãos, mediante os testemunhos daqueles que foram testemunhas ocular ou, discípulos daqueles que comprovaram os milagres e prodígios realizados na vida daqueles que creram e abraçaram o cristianismo.

Dado isso, o louvor tornou-se constante em sintonia com aquilo que era experienciado por eles. Em função disso, “o canto é um dos meios mais eficazes e pedagógicos para a formação cristã e litúrgica, pessoal e da assembleia” (KOLLING, 2011, P. 106).

Os cânticos inspirados pelos cristãos eram repletos de alegria e, buscavam transmitir tudo aquilo que estavam vivenciando no cotidiano das comunidades. Desta forma, suas reuniões se transformavam em momentos festivos, isto é, num ensejo de ação de graças que por meio da fé comunitária davam testemunho do amor, sendo conduzidos e inspirados pelo Espírito de Deus. Percebe-se a força e presença atuante da catequese dos apóstolos, formando os novos discípulos e discípulas do Senhor.

Através da explanação de Von Allmen, há uma certeza de que

a Igreja sempre usou hinos e cânticos em seu culto. A importância que podem e devem ter é evidenciada de modo claro pelo número de referências a eles que encontramos no Novo Testamento. Ademais, essas referências têm um teor muito semelhante ao das citações que o Novo Testamento faz do Antigo, o que demonstra que essa forma de oração era considerada proveniente não tanto do coração humano, mas da inspiração do Espírito Santo. Assim, não é de surpreender encontrarmos no Novo Testamento referências a *Odoi Pneumatikai* (Cl 3,16). (VON ALLMEN, 1968, p. 195).

Ao fazermos a nossa opção fundamental por Jesus, acolhemos a fé plenos de esperança nos abrindo à graça, pois a fé implica em uma adesão a Deus que pode levar-nos a uma aceitação do Seu projeto amor, uma mudança de vida ou até a uma ruptura com o passado sem o Senhor. Em vista disso, “o patrimônio sagrado da fé (*“depositum fidei”*), contido na Sagrada Tradição e na Sagrada Escritura, foi confiado pelos apóstolos à totalidade da Igreja” (CATECISMO, 2000, p. 84). Desta forma, a fé é um dom, uma graça que recebemos e devemos praticá-la. Por isso, São Paulo diz a Timoteo: “guarda o depósito, evita o palavreado vão e ímpio, e as contradições de uma falsa ciência, pois alguns, professando-a, se desviaram da fé” (1Tm 1,20-21).

Por conseguinte, a iniciação cristã contribui de forma efetiva para a construção de um mundo mais humano. O espaço litúrgico é um lugar de acolhimento que congrega o povo de Deus para juntos tornarem-se um sinal de fé, incorporando-se no mistério salvífico de Cristo, testemunhando o que está sendo celebrado já que, comemorar juntos, nos conduz ao mesmo propósito: cantar a fidelidade do encontro com Deus na liturgia da Igreja.

Por isso, a música e o canto como elementos da iniciação cristã, devem auxiliar nos encontros de preparação para a celebração dos sacramentos e da vida da litúrgica da Igreja, pois o documento de Aparecida chama a nossa atenção para a eficácia da evangelização quando nos diz: “ou educamos na fé, colocando as pessoas realmente em contato com Jesus Cristo e convidando-as para seu seguimento, ou não cumprimos nossa missão evangelizadora”

(Dap, 287). Sabemos que a responsabilidade pela iniciação cristã é da catequese, porém, esse é um processo que deve ser assumido por toda a Igreja.

2.1 A MÚSICA E O CANTO NA LITURGIA

O Papa Bento XVI nos diz que “a liturgia é o verdadeiro lugar de nascimento da arte, a partir do qual esta recebeu sua necessidade antropológica e sua legitimação religiosa” (BENTO XVI, 2017, p. 90). No entanto, as celebrações litúrgicas refletem a beleza do ato litúrgico. Por isso, segundo Beckhauser “o canto dá o colorido típico de cada tempo e de cada festa” (BECKHAUSER, 1984, p. 268), tornando o ambiente acolhedor, alegre e cheio de esplendor. Entretanto, a festa não existe sem liturgia, sem esse poder de celebrar que foi dado à humanidade e que a transcende harmonizando o ambiente da celebração.

Borobio atesta que

não existe festa sem canto nem celebração sem música. Na liturgia cristã, esse dado fundamental de fenomenologia antropológica é ainda mais verdadeiro e evidente. Porque a celebração litúrgica se move no âmbito do inefável, do mistério, bem como da comunidade por antonomásia, a saber, a comunidade eclesial. E a linguagem mais própria desses âmbitos é a do canto. (BOROBIO, p. 195).

A música aguça a nossa sensibilidade diante do som que escutamos. Os primeiros cristãos celebravam em diversos momentos e ocasiões. Participar de uma festa implica celebrar com alegria e louvor em meio as melodias. Ao festejar com o Jesus que se faz presente no meio de nós e, a saber, é o motivo e o centro da festa, pois comunicamos e cantamos a vida que provém dele. Assim sendo, toda a criação canta ao seu criador, pois a vida é um dom de Deus.

A liturgia e a música foram irmãs desde as suas origens. A música também tem a capacidade de unir na diversidade, tornando-se companheira de todos os momentos. Não obstante, pessoas de credos diferentes dão as mãos escutando um louvor, pois o canto integra aqueles que também pensam diferente. Borobio ainda diz que

o canto une efetivamente na diversidade e na variedade. Numa sociedade tão complexa como a nossa, tão permeada de pluralismo e de tensões, é muitas vezes o único modo de comunicação. O permitir e o fazer que voz pessoal se funda com a dos outros são uma forma de ajudar a pessoa a abdicar de si mesma e a abrir-se aos outros. Surge então a “unanimidade”, no sentido de que, mediante a “una voce” (Rm 15,6), chega-se ao “cor unum et anima una” de At 4,32. O grupo obtém coesão e a comunidade se consolida. Para os padres, esse valor, essa eficácia de fazer comunidade foi um dos motivos principais de recomendarem o canto. (BOROBIO, p. 195)

Os cantos, além de unirem as vozes, transformam as nossas ações, pois homens e mulheres são embalados pela mesma melodia que conduzida de forma harmoniosa tem o poder de unir todos os povos. Por isso, o canto litúrgico nasce de uma comunidade de fé que atua de forma concreta. O texto do Concílio Vaticano II atesta que a liturgia é o cume para o qual tende toda a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte de que promana sua força. Os trabalhos apostólicos visam a que todos, como filhos de Deus, pela fé e pelo batismo, se reúnam para louvar a Deus na Igreja, participar do sacrifício e da ceia do Senhor. (SC 10)

Di Sante nos diz que a

primeira e fundamental importância do momento litúrgico, tomado como lugar simbólico e imediato do encontro com Deus, o lugar onde não se fala de Deus mas se fala a Deus, no qual não se pensa em Deus, mas se pensa diante de Deus, onde Deus não é objeto de reflexão, mas sujeito que nos dirige a palavra. É este espaço, feito de ações, de palavras, de músicas, de movimentos, de atenção, de narrações, de silêncios, de mitos e ritos, o espaço histórico privilegiado, no qual Israel fez a experiência do encontro com Deus e aprendeu a compreender-se e a compreendê-lo com as diversas categorias da escolha, da aliança, da vocação, da reconciliação etc... (DI SANTE, 1989, p. 15)

O espaço litúrgico é um lugar de acolhimento que congrega o povo de Deus para juntos tornarem-se um sinal de fé, incorporando-se no mistério salvífico de Cristo. Testemunhando o que está sendo celebrado já que, comemorar juntos, nos conduz ao mesmo propósito: cantar a fidelidade do encontro com Deus na liturgia da Igreja.

O canto que é entendido como um ato teologal na Igreja, torna-se um fruto da sabedoria, sendo irradiado pela humanidade que celebra de forma encantadora. Desse modo, canta-se uma música de acordo com cada momento da celebração, em respeito a uniformidade da liturgia que revela diferentes estilos de cantar a mesma música.

Allmen destaca que

à semelhança das orações litúrgicas propriamente ditas, podemos distinguir diferentes tipos de hinos: cânticos de aclamação e de confissão (por exemplo, o “amém”, os “aleluias”, o Kyrie, o Sanctus, o Agnus Dei, o Gloria, etc.), os que Thurian denomina “cânticos de meditação”, que servem de elo de ligação entre a leitura e a oração (os Salmos, os cânticos bíblicos e os que exploram o mesmo meio de espiritualidade e constituem a maior parte dos saltérios protestantes), os cânticos que marcam o desenrolar do ato litúrgico (introitos, cânticos de ofertório, responsórios, etc.) (VON ALLMEN, p. 196)

Por isso que Jesus Cristo, assumindo a natureza humana, trouxe para este exílio terrestre aquele hino que é cantado por todo o sempre nas habitações celestes. Ele associa a Si toda

a comunidade dos homens e, une-a consigo na celebração deste divino cântico de louvor. Por esse motivo, não cessamos de cantar em comunhão, unidos a Cristo, o canto de acordo com a Palavra de Deus.

O SC afirma que

a escritura desempenha papel primordial na celebração litúrgica. Fornece as leituras e é explicada na homilia. Cantam-se os salmos, cuja inspiração e sentimento se prolongam nos hinos e orações litúrgicas, conferindo significação às mais diferentes ações. Quando se procura, pois, reformar a liturgia, fazê-la evoluir e adaptá-la, é preciso cuidar para que se conserve, suave e vivo, o gosto pela Sagrada Escritura, que caracteriza a tradição dos ritos, tanto orientais como ocidentais . (SC 83)

A Palavra de Deus é proclamada e cantada nas nossas celebrações, ela é fonte de vida e sinal de esperança para o cristão. Por isso, os ritos estão em conformidade com a Sagrada Escritura, tornando momento fecundo e repleto de luz. Dessa forma, demonstra-se a importância da ritualidade através de palavras e gestos, em especial na iniciação cristã, conduzindo-nos a comunhão.

Segundo Weber,

Cristo, tendo cumprido sua obra redentora, enviou-nos o Espírito prometido. Desde o dia de Pentecostes, o cântico novo continua a vibrar nas cordas da harpa dedilhada pelo Espírito Santo na liturgia da Igreja, como um harmonioso e incessante diálogo entre o Esposo e a Esposa. Este cântico é ainda a imagem e o anúncio do louvor celeste, do cântico novo que o Apocalipse deixa entrever (Ap 5,9). Aquele, sim, será o cântico novo por excelência, liberto dos limites materiais. (WEBER, 1985, p. 733).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, gostaria de ressaltar o valor da dimensão antropológica da música e o canto como fomentadores do encontro e abertura para Cristo, visto que são superadas as questões culturais, as nossas diferenças sociais, pois cantamos juntos, unidos em oração. Os cânticos inspirados pelos primeiros cristãos eram repletos de alegria e, buscavam transmitir tudo aquilo que estavam vivenciando no cotidiano das comunidades. Desta forma, suas reuniões se transformavam em momentos festivos, isto é, num ensejo de ação de graças que por meio da fé comunitária davam testemunho do amor, sendo conduzidos e inspirados pelo Espírito de Deus. Por isso, a música e o canto estão presente durante todo o caminho da iniciação cristã, contribuindo com a experiência de seguir Jesus na comunidade e, sobretudo, vivenciar

a mistagogia, se aprofundando no mistério de Jesus na sua Igreja, cantando um cântico novo, de uma vida nova em Cristo.

REFERÊNCIAS

- BALLARINI, T.; REALI, V., A Poética Hebraica e os Salmos. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- BECKAUSER, A., Celebrar a Vida Cristã, Formação Litúrgica para Agentes de Pastoral, Equipes de Liturgia e Grupos de Reflexão, Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- BENTO XVI, P., O Espírito da Música. Libreria Editrice Vaticana, 2017.
- BOROBIO, D. (org.), A Celebração na Igreja, Liturgia e Sacramentologia Fundamental, Vol. I São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- BUYST, I.; FONSECA, J., Música ritual e mistagogia, São Paulo: Paulus, 2008.
- COMPÊNDIO DO VATICANO II, Constituições Decretos Declarações, Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- DI SANTE, C., Israel em Oração, As origens da liturgia cristã. São Paulo: Paulinas, 1989.
- FONSECA, J., Cantando a Missa e o ofício divino. São Paulo: Paulus, 2005.
- RIDLEY, A., A filosofia da Música, Temas e variações. São Paulo: Loyola, 2008.
- RUBIO, A. G., Unidade na Pluralidade, o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs, São Paulo: Paulus, 2006.
- DE LA PENA, J. L., Criação, graça, salvação, São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- SCHELKLE, K. H. RUIZ, A Mãe do Salvador, São Paulo: Paulinas, 1972.
- VON ALLMEN, J. J., O Culto Cristão, Teologia e Prática, São Paulo: Aste, 1968.
- WEBER, J., A música como expressão da espiritualidade, Petrópolis: Editora vozes, 1985, p. 733.
- KOLLING, M. T., Sustentai com Arte a Louvação: a música a serviço da liturgia. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2011. p. 156
- PINTO, T. O., Revista de Antropologia, SÃO PAULO, USP, 2001, V. 44 nº 1 p.224

A igreja-edifício, “sinal e símbolo das realidades celestes”: convite à formação integral do ser humano

Raquel Tonini Rosenberg Schneider¹

Resumo: A relação nupcial entre o Cordeiro e seu povo é manifestada pela igreja de pedra, sinal e símbolo do que anuncia pela arquitetura-arte através de linguagem simbólica, com suas formas e cores reveladas através da luz. A mistagogia do edifício eclesial, assim, apresenta um alegre convite à assembleia litúrgica: um encontro com o Crucificado-Ressuscitado. Sua estrutura evidencia, pela organização e distribuição dos dois espaços fundamentais da igreja-edifício, o modelo cósmico apresentado (cf. Hb 8,1-7) e que se desenvolveu nos primórdios do cristianismo pela Tradição. Os princípios e critérios, portanto, que norteiam o desenvolvimento da intervenção no espaço de culto cristão são sempre possibilidade concreta de adequação litúrgica e ação pastoral, um processo experiencial-formativo. Do Concílio Vaticano II aos dias atuais, sobretudo com os Estudos CNBB 106 e 113 e a Carta Apostólica *Desiderio Desideravi*, urge a necessidade de formação. Como? Um grande desafio. O espaço marca a experiência de uma pessoa e, por conseguinte, o espaço de culto é capaz de transformar a experiência de fé. Conclui-se, assim, com uma proposta de formação, em vista de que aquele encontro seja deveras transformador e que este espaço cumpra sua função para uma efetiva participação ativa, consciente e frutuosa da assembleia celebrante.

Palavras-chave: Igreja-edifício. Linguagem Simbólica. Mistagogia. Adequação Litúrgica. Projeto Arquitetônico Litúrgico-Iconográfico.

INTRODUÇÃO

A igreja-edifício é símbolo do anúncio alegre e festivo da Igreja e, portanto, imagem da Igreja-Corpo de Cristo que se encontra com seu Senhor. Este encontro se dá de modo singular na Liturgia. A natureza e dignidade da Igreja manifestam, assim, a relação nupcial entre o Cordeiro e seu povo e norteiam os princípios e critérios próprios requeridos para as intervenções em seus espaços, tendo em vista que a arquitetura-arte do edifício eclesial tem a função de realizar *per se* esta sua identidade, função e missão. O critério basilar é a liturgia celebrada pela Igreja, que molda a igreja-edifício, o que requer uma linguagem específica e, portanto, simbólica. Deste modo, as construções de novas igrejas ou modificações em espaços existentes, devem estar em conformidade aos princípios oriundos da Sagrada Escritura, Liturgia e Tradição, a fim de que estes sejam devidamente organizados.

O espaço, de maneira geral, contribui no modo como um determinado grupo realiza suas atividades. Na igreja-edifício, esta relação é singular, pela sua própria identidade. Trata-se de um espaço que, à serviço da liturgia, forma a comunidade que nele se reúne e celebra sua

¹ Arquiteta Especialista em Espaço Celebrativo-Litúrgico e Arte Sacra (ITESC-FAJE), aluna do Pontifício Instituto Litúrgico de Roma, no Master *Arte per il Culto* e mestranda em teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Instituição de origem: Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Instituição financiadora da pesquisa desenvolvida: a aluna recebe apoio financeiro da CAPES. E-mail: raqueltoninischneider@gmail.com.

fé. Seu caráter educativo exige o atendimento aos princípios que lhe são próprios e o desenvolvimento de meios para que este processo de formação aconteça. A consciência de se tratar de um edifício que é símbolo das realidades que anuncia, cuja organização e distribuição dos seus espaços encontram sentido na mistagogia que o define, postula um processo formativo simbólico-litúrgico.

A proposta desenvolvida envolve, portanto, um caminho de formação, em vista das intervenções, mas que não pode jamais estar limitado a elas, ao contrário, pois a Igreja, como Mãe é, por si mesma, anunciadora e formadora, em vista de que seus filhos e filhas sejam conduzidos ao encontro com Deus e com seus irmãos e irmãs, na casa comum da sua vida terrena e a caminho daquela definitiva na eternidade. A formação litúrgica se apresenta, assim, necessária e urgente, de responsabilidade de todos e para todos. Seu conteúdo, especificamente aqui, envolve matérias relacionadas à simbologia e à mistagogia da igreja-edifício, podendo contemplar ainda argumentos de arquitetura e arte cristã, em vista do crescimento integral do homem-mulher.

1 A IGREJA-EDIFÍCIO: SUA NATUREZA E DIGNIDADE REQUEREM CRITÉRIOS ESPECÍFICOS PARA AS INTERVENÇÕES NO SEU ESPAÇO

A igreja-edifício, pela sua própria natureza, é simbólica, é um microcosmo, é mistagógica. Sua identidade, claramente expressa desde os primórdios da Igreja até os dias atuais, está fundada na Sagrada Escritura, Liturgia e Tradição da Igreja, atualizada pelo Magistério. “Sinal e símbolo das realidades celestes” (RDI, II, n. 3), este edifício de pedra é, ainda, imagem da assembleia reunida. Assim, “faz vislumbrar o mistério da Igreja, que Cristo santificou com seu sangue, para apresentá-la a si mesmo qual - Esposa gloriosa, Virgem deslumbrante pela integridade da fé, - Mãe fecunda pela virtude do espírito” (RDI, II, n. 62). Manifesta, portanto, a relação nupcial entre o Cordeiro e seu Povo e, por conseguinte, este caráter celebrativo traz em si mesmo a dinâmica da festa, do banquete, da alegria. Implantada no *presente já* da história - esta imagem da Igreja viva: Povo de Deus, Corpo de Cristo, Templo do Espírito Santo (LG, n. 9-17) -, constitui-se como o espaço privilegiado no qual a assembleia celebrante faz memória ritual dos eventos salvífico e caminha na direção do *ainda não* do seu futuro escatológico - imagem da Jerusalém Celeste (Ap 21, 1-3). À vista disto, este edifício, a partir da sua volumetria, exprime um alegre convite ao homem-mulher para adentrar neste espaço e fazer a experiência do encontro da Igreja viva - o Corpo de Cristo - com sua Cabeça, o Crucificado-Ressuscitado. A igreja de pedra, deste modo, “é um ícone, uma imagem viva. Moldada pela liturgia, é, por si mesma, mistagógica” (CNBB, 2013, Apresentação), dado que,

A liturgia não nos deixa sozinhos na busca de um suposto conhecimento individual do mistério de Deus. Pelo contrário, leva-nos pela mão, juntos, como uma assembleia, para nos levar ao fundo do mistério que a palavra e os sinais sacramentais nos revelam. E faz isso, coerente com toda ação de Deus, seguindo o caminho da encarnação, ou seja, por meio da linguagem simbólica do corpo, que se estende às coisas no espaço e no tempo (DD, n. 19).

As premissas supracitadas estabelecem uma rápida fundamentação a respeito da natureza e dignidade da igreja-edifício, evidenciando que esta construção não pode se revelar senão mediante uma linguagem própria, capaz de expressar sua identidade, isto é, a linguagem simbólica, pela sua própria natureza enquanto sinal e símbolo do que anuncia. A mistagogia que traz em si mesma, deste modo, introduz e conduz o observador-fiel, como assembleia litúrgica, àquele feliz encontro que se realiza entre a Cabeça da Igreja e seu Corpo, na Liturgia celebrada – lugar onde o céu desce à terra e a terra toca o céu, em um duplo movimento vertical de descida e ascensão. Por conseguinte, este único espaço - a igreja-edifício -, está estruturado em dois espaços fundamentais, conforme o modelo apresentado para a construção da Tenda (Hb 8,1-7) e desenvolvido pela Tradição, sobretudo nos primeiros séculos do cristianismo, imagem da “Cidade santa, Jerusalém, que descia do céu, junto de Deus, *com a glória de Deus*” (Ap 21,10-11).

Os princípios e critérios, portanto, para as novas construções, bem como as adequações litúrgicas daqueles existentes, não podem ser apenas os técnicos. Destes, entretanto, não se pode prescindir. Neles estão implicadas várias questões de extrema necessidade, como a elaboração de um criterioso programa de necessidades, as condições do terreno, a legislação vigente, a diversidade cultural e, assim, a realidade socioeconômica da comunidade e, por conseguinte, o partido construtivo a ser adotado, as técnicas construtivas e a especificação de materiais, entre outros. Considerando a amplitude das exigências, é inequívoco que não se tratam de critérios subjetivos, baseados em gostos ou ideias individuais ou na mera praticidade.

O critério, por excelência, é a Liturgia que a assembleia celebrante realiza e, por isto, é simbólico e se desenvolve a partir da mistagogia da igreja-edifício. A CNBB ensina com maestria este princípio à Igreja do Brasil quando, em atenção à necessária animação da sua vida litúrgica, escreve que “A igreja-edifício deve ser funcional e significativa, favorecendo, através de configuração e distribuição dos dois espaços fundamentais, tanto a execução da ação litúrgica quanto a participação ativa dos fiéis (CNBB, 1989, n. 142). Critério este, fundado na liturgia cósmica e em conformidade com a própria estrutura do Rito Eucarístico. Nele, estão presentes e são definidores deste espaço, o espaço da Palavra - lugar do ambão, no qual a palavra é proclamada em atenta escuta por parte da assembleia, em vista da resposta de adesão ao projeto proposto -, e o espaço da Eucaristia - lugar do altar, onde a assembleia litúrgica se reúne ao seu redor e é nutrida com o Corpo e Sangue do Senhor, em vista da sua santificação e do seu apostolado como discípula-missionária. Um movimento horizontal, próprio da assembleia que caminha na escuta e um vertical, da assembleia que, unida àquela do céu, proclama a uma só voz que o Senhor é Deus do Universo, Santo, Santo, Santo.

Liturgia da Palavra e Liturgia Eucarística, portanto, dois tempos de uma única liturgia, que se realiza na terra, unida à liturgia celeste. Dois espaços de um único espaço, onde ambão e altar não estão juntos, porque cada um destes monumentos pertence ao seu espaço próprio. O ambão, ao espaço próprio do caminho da vida e o altar, àquele próprio do céu. Assim, moldado pela Liturgia e organizado por ela, “a disposição geral do edifício deve manifestar de algum

modo a imagem do povo reunido e permitir uma ordem inteligente, bem como a possibilidade de se exercerem com decoro os diversos ministérios”. (RDI, II, n. 3). O Papa Bento XVI, ao ensinar sobre os Pais da Igreja, dedica uma audiência sobre Germano de Constantinopla (séc. VIII). Este santo em sua pequena obra, caracteriza a Igreja ao escrever que,

A Igreja é templo de Deus, espaço sagrado, casa de oração, convocação de povo, corpo de Cristo... É o céu na terra, onde Deus transcendente habita como em sua casa e nela passeia, mas é também marca realizada (*antitypos*) da crucificação, do túmulo e da ressurreição... A Igreja é a casa de Deus na qual se celebra o sacrifício místico vivificante, e ao mesmo tempo parte mais íntima do santuário e gruta santa [...] (BENTO XVI, 2009).

2 O ASPECTO FORMATIVO DO ESPAÇO LITÚRGICO SE MANIFESTA NA ARQUITETURA-ARTE: UMA RESPONSABILIDADE PASTORAL

A afirmação de Boyer quando escreve que “A maneira como construímos as nossas igrejas constituirá a manifestação, por excelência, da qualidade da nossa vida eclesial, da nossa vida de comunhão no corpo de Cristo” (BOYER, 1998, p. 12), revela a responsabilidade pastoral desta ação, seja em relação à construção de espaços novos, seja em qualquer tipo de intervenção naqueles existentes, sobre guarda e proteção dos órgãos civis ou não. Se, de modo geral, não há dúvida a respeito da influência que o espaço exerce sobre o desenvolvimento da vida, particularmente no que tange às igrejas, a consciência de fé de uma comunidade é profundamente marcada pelo seu espaço eclesial e, ainda mais, de forma imperceptível. Assim sendo, este espaço pode contribuir como instrumento tanto para educar quanto para, de certa forma, deseducar aqueles que nele realizam suas atividades e, de modo singular, a ação litúrgica. Pode conduzir, então, a uma experiência vivificadora ou ser motivo de dispersão, contribuindo, portanto, com a concentração, o silêncio e a participação da assembleia ou sendo responsável pela sua distração.

O caráter formativo do edifício eclesial demanda, por conseguinte, a observância daqueles princípios e critérios que tanto manifestam a natureza e dignidade desta construção quanto, por esta mesma razão, regem o desenvolvimento dos projetos arquitetônicos-artísticos, independente do grau e da etapa da intervenção. Esse aspecto se manifesta, portanto, na arquitetura-arte das igrejas e evidencia ainda, que não se aplicam modismos ou maquiagens com elementos decorativos ao espaço litúrgico, ao contrário, trata-se daquela tradição expressa pela via simbólica, segundo a mistagogia do espaço eclesial e inserida na cultura. Neste momento, algumas considerações se fazem necessárias. Antes de tudo, a fidelidade aos princípios basilares de identidade do edifício eclesial, pois moldado pela liturgia, é mistagógico e se estrutura em dois espaços fundamentais, a partir da linguagem simbólica. Além disto, é imprescindível que seja construído um processo dialogal entre todas as partes envolvidas, desde a equipe técnica, sob a coordenação do arquiteto autor do projeto, à equipe administrativa, com o pároco e conselhos paroquiais, envolvendo equipe de obra e orçamento e toda a

comunidade, em vista da intervenção e do processo formativo a que esta impele. A igreja-edifício, cumpre deste modo, sua identidade-função de ser adequada às celebrações litúrgicas, visando mais à nobre beleza do que ao brilho e ao luxo (SC, n. 124), proporcionando ainda, outros espaços que atendam às necessidades específicas e de legislação.

A fim de que a igreja-edifício manifeste sua natureza e identidade e, deste modo, seu aspecto formativo faz-se necessário que qualquer intervenção aconteça tão somente a partir da elaboração do projeto arquitetônico-iconográfico, desenvolvido por profissional devidamente habilitado para tal. Este projeto deve ser submetido tanto à comissão de arte sacra da diocese, em vista da sua aprovação diocesana, quanto aos órgãos competentes, em vista da aprovação civil. Não há dúvida de que todo este processo só é possível a partir da compreensão de que se trata de um processo de caráter multidisciplinar, implicando ainda um modo próprio de participação de cada instância envolvida, na clara exigência da participação de todos. Tem início - quando se trata de uma nova construção -, na escolha do terreno, e finaliza - no que tange à obra e em uma situação ideal -, no momento em que a comunidade celebra a dedicação da igreja. Vale ressaltar aqui, a importância de se dedicar tempo ao estudo e preparação deste rito, a fim de que toda a assembleia participe deste momento.

É fundamental ainda, independentemente do tipo de intervenção - desde que aqueles princípios e critérios tenham sido cumpridos -, um planejamento criterioso de manutenção e conservação da edificação, como garantia de que as intervenções futuras sejam menores e de custo muito mais reduzido. Fato indiscutível é que o compromisso com o processo formativo simbólico-litúrgico não se encerra com a obra e que envolve todas as dimensões da vida eclesial. Ele deve acontecer desde a fase preliminar dos projetos, pode ser realizado durante todo o período de execução da obra e, ainda em processo permanente, depois da conclusão da intervenção, envolvendo toda a assembleia - das diversas faixas etárias, equipes, ministérios e de todo o povo de Deus -, contribuindo assim na experiência e na compreensão, por parte da assembleia, do caráter mistagógico do edifício eclesial.

O processo formativo simbólico-litúrgico, desenvolvido a partir da arquitetura-arte da igreja é, de fato, uma ação pastoral, que envolve todas as dimensões da vida eclesial, capaz ainda de conduzir a assembleia dos fiéis, a partir da linguagem simbólica e da catequese mistagógica, à educação para a beleza. O belo, para além de opiniões pessoais, é um caminho para o encontro com o Belo, Sumo Bem e Suma Verdade, Jesus Cristo. O papa sublinha, ainda, neste sentido, a importância “que toda a catequese preste uma especial atenção à “via da beleza (*via pulchritudinis*)” (EG, n. 167), pois, continua ele, “anunciar Cristo significa mostrar que crer n’Ele e segui-Lo não é algo apenas verdadeiro e justo, mas também belo, capaz de cumular a vida dum novo esplendor e duma alegria profunda, mesmo no meio das provações” (EG, n. 167). A partir dos critérios objetivos do belo, torna-se fundamental “recuperar a estima da beleza para poder chegar ao coração do homem e fazer resplandecer nele a verdade e a bondade do Ressuscitado” (EG, n. 167).

3 UMA PROPOSTA EM DESENVOLVIMENTO

A “séria e vital formação litúrgica” (DD, n. 14) à qual o Papa Francisco se refere como necessária, visa à formação integral do ser humano que “deve voltar a ser capaz de símbolos” (DD, n. 44). Esta é, por si mesma, mistagógica e requer a perenidade do processo catequético, tendo em vista que “a Vida Cristã é um novo projeto de vida. Para nós, ‘o projeto’” (CNBB, 2017, n. 5). Um projeto cuja realização dura toda a vida. Neste sentido, a recuperação do RICA, no Brasil, tem sido de fundamental importância. E, por conseguinte, o cuidado com a qualidade dos espaços de catequese - que, para além de salas pequenas e mal organizadas, tornam-se fundamentais no desenvolvimento do processo catequético mistagógico -, também tem crescido significativamente. É um processo de educação plena.

O desejo de crescer é intrínseco ao ser humano e crescer exige deixar-se educar, iniciar um percurso com a ajuda de mestres. Educar, como disse Papa Francisco, “é uma realidade dinâmica, é um movimento que ilumina as pessoas. Trata-se de um tipo peculiar de movimento, com características que o tornam um dinamismo de crescimento, orientado para o pleno desenvolvimento da pessoa na sua dimensão individual e social” (FRANCISCO, 2022). Sob esta perspectiva, pode-se afirmar ainda que a formação litúrgico-simbólica é necessária em todas as etapas da vida e níveis formativos e está diretamente associada a alguns elementos fundamentais, como: a necessidade de estar inserida no projeto iniciático da vida cristã; ser conduzida de modo mistagógico e, portanto, celebrativo-catequético; utilizar sempre que possível o espaço litúrgico adequado à liturgia - lugar da mistagogia -, tendo espaços próprios organizados a fim atender a toda a dinâmica da vida da comunidade; trazer presente o desenvolvimento da arquitetura-arte cristã na história, refletindo sobre a eclesiologia presente em cada estilo ao longo da história, com o objetivo de formar e levar à compreensão de que simples cópias do passado não refletem a Igreja no tempo em que esta se encontra; por fim, educar o gosto. Assim, o processo formativo litúrgico catequético, além de outros conteúdos de suma importância, pode contemplar uma introdução à linguagem simbólica e à mistagogia da igreja-edifício.

Momentos formativos são intrínsecos à dinâmica da vida eclesial e, assim, configuram-se como ação pastoral. O período de estudo e preparação que antecede a Dedicção da Igreja é momento singular de formação litúrgica, o mesmo para as celebrações anuais de aniversário da dedicação do templo, podendo ser contemplado com conteúdo que diga respeito à natureza e dignidade da igreja-edifício, seus aspectos simbólicos e sua mistagogia. As Semanas de Liturgia, independente da época do ano, não podem prescindir de um tempo em sua programação para tratar do espaço litúrgico da comunidade. Além disto, pode-se desenvolver um projeto de visita guiada à igreja-edifício, que contemple aspectos arquitetônicos, litúrgicos e iconográficos do templo, que seja em forma de áudio guia, ou ainda que se prepare um pequeno material impresso sobre a igreja, entre tantas outras possibilidades, contribuindo para a formação de uma pastoral turística, onde for possível. É possível ainda, desenvolver ações educativas para toda a comunidade local, sobretudo no caso de patrimônio material

sob proteção, em favor do desenvolvimento do senso de pertença, da memória local e/ou nacional e do anúncio da Boa Nova, em vista de uma sociedade mais fraterna.

O processo formativo de todo o povo de Deus, dos profissionais, em particular arquitetos e artistas, e do clero, segundo pede o Concílio Vaticano II (SC, n. 127-129) em linhas gerais, e a CNBB, de modo mais específico, sobretudo no Estudo 113, com orientações para os projetos de adequação litúrgica (CNBB, 2021, n. 108-117), entre outros, envolve a criação de cursos específicos e em categorias diversas. Sugere-se ainda, a inclusão de disciplinas relacionadas à linguagem simbólica, à mistagogia do edifício igreja, história da arquitetura cristã na grade curricular dos cursos de Filosofia e Teologia e que estas matérias, no que tange a formação no período de seminário, tenha início no propedêutico. O desafio é grande, entretanto, é possível identificar um crescimento de iniciativas neste sentido, tomadas em alguns locais do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A breve fundamentação a respeito da natureza e dignidade da igreja-edifício, demonstra que os critérios e princípios para elaboração de projetos arquitetônicos-iconográficos têm sua fonte na Liturgia e por ela são regidos. A Liturgia que a Igreja celebra, tendo seu centro e ápice na liturgia eucarística (SC, n. 10), modela a construção de pedra, imagem da assembleia celebrante, a Igreja viva. Desta forma, a linguagem particularmente adequada não pode ser outra senão a simbólica. Considerando, entretanto, a perda de contato com o símbolo, vivenciada pela humanidade sobretudo nos três últimos séculos, o homem-mulher, como um ser simbólico e necessitado de novamente ser capaz de símbolo (DD, n. 44), carece da formação simbólico-litúrgica que o inicie na simbologia.

O processo formativo, deste modo, visa o homem-mulher em sua inteireza e não pode deixar de cuidar deste aspecto simbólico, a fim de que reencontre em seu interior o anseio pela linguagem simbólica, que dá sentido e alegria à sua vida. A mistagogia da igreja-edifício tampouco pode ser apreendida pela assembleia sem que esta seja iniciada na simbologia tradicional cristã. O desafio é grande e a “primeira tarefa prática” (DD, n. 34) da formação litúrgica é, precisamente, pela transformação que ela é capaz de realizar no interior do homem-mulher, a de que aprendamos “novamente a nos colocar diante da relação religiosa como homens em sentido pleno” (DD, n. 34). A igreja-edifício tem função ímpar neste processo formativo, pois o espaço no qual o ser humano realiza suas diversas atividades é, muitas vezes, determinante em suas experiências. Deste modo, é preciso garantir que as intervenções sejam criteriosas, devidamente discutidas, aprovadas e planejadas, a partir da mistagogia do edifício eclesial. Este caminho contribui na qualidade da participação da pessoa enquanto membro da assembleia celebrante, a fim de que esta participação seja, sempre mais, participativa e gere frutos para o mundo.

A consciência da responsabilidade pastoral exigida pelas intervenções e consequentes resultados, em vista de que a igreja-edifício manifeste, de fato, a natureza da Igreja, cumprindo

ainda sua função formativa, reclama um programa de formação que alcance a todos, de diversas maneiras e em momentos variados. No que tange à vida eclesial, muitas oportunidades podem ser mais valorizadas. No que diz respeito à formação acadêmica, é fundamental a inclusão das matérias relacionadas à arquitetura sacra e, particularmente à linguagem simbólica e à mistagogia da igreja-edifício, no currículo dos cursos de Filosofia e Teologia. São ainda, muito pontuais, no Brasil, mas não se pode deixar de notar, as poucas experiências que contemplam esses conteúdos na formação geral da Igreja e que, assim, atendem àquele pedido que há sessenta anos o CV II fazia à Igreja em todo o mundo, em vista de uma formação que possibilite o crescimento humano em sua integridade.

ABREVIATURAS E SIGLAS

CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CV II	Concílio Vaticano II
DD	<i>Desiderio Desideravi</i>
EG	<i>Evangelii Gaudium</i>
LG	<i>Lumen Gentium</i>
SC	<i>Sacrosanctum Concilium</i>
RDI	Ritual de Dedicção da Igreja e do Altar
RICA	Ritual da Iniciação Cristã de Adultos

REFERÊNCIAS

BALTHASAR Hans Urs von. *Liturgia cosmica. L'immagine dell'universo in Massimo il Confessore*. Roma: A.V.E., 1976, p. 345-346.

BENTO XVI, Papa. *Patriarca Germano de Constantinopla*. Audiência Geral, 29 abr. 2009. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2009/documents/hf_ben-xvi_aud_20090429.html. Acesso em: 15 out. 2022.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2003.

BOYER, Louis. *Architetutture e Liturgia*. Paris: Les Éditions du CERF, 1967 e 1991; Comunità di Bose: Edizioni Qiqajon, 1994.

CHAMPEAUX, Gérard; STERCKX, Sébastien. *I simboli dell medioevo*. 5.ed. Milano: Jaca Book, 1997.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Lumen Gentium*. Constituição dogmática sobre a Igreja. 19.ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

CONCÍLIO VATICANO II. *Sacrosanctum Concilium: constituição sobre a Sagrada Liturgia*. São Paulo: Paulinas, 2002.

- CNBB, Documento 43. *Animação da Vida Litúrgica no Brasil*. Elementos de Pastoral Litúrgica. São Paulo: Paulinas, 1989.
- CNBB, Documento 107. *Iniciação à Vida Cristã: itinerário para formar discípulos-missionários*. 2.ed. Brasília: Edições CNBB, 2017.
- CNBB, Estudo 106. *Orientações para Projeto e Construção de Igrejas e disposição do Espaço Celebrativo*. Brasília: Edições CNBB, 2013.
- CNBB, Estudo 113. *Orientações para adequação litúrgica, restauração e conservação das igrejas*. Brasília: Edições CNBB, 2021.
- GATTI, Vincenzo. *Liturgia e Arte: Il Luoghi della Celebrazione*. Bologna: EDB, 2001.
- HANI, Jean. *O Simbolismo do Templo Cristão*. Lisboa: Edições 70, 1971. Coleção Esfinge.
- FRANCISCO, Papa. *Evangelii Gaudium. A alegria do Evangelho*. Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus: Loyola, 2013 (Documentos do Magistério).
- FRANCISCO, Papa. *Desiderio Desideravi*. Carta Apostólica sobre a Formação Litúrgica do Povo de Deus. São Paulo: Paulus, 2022.
- FRANCISCO, Papa. *Discurso aos participantes na plenária da Congregação para a Educação Católica (dos Institutos de Estudos)*. Roma, Sala Clementina, em 20 fev. 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2020/february/documents/papafrancesco_20200220_congregaz-educatz-cattolica.html. Acesso em: 10- out. 2021.
- GIRAUDO, Cesare. *Num só corpo. Tratado mistagógico sobre a eucaristia*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- LIMA, Marco Antônio Morais. *Igreja, Ícone da Trindade. Espaço Litúrgico, 'Imago Ecclesiae'*. Orientador: Francisco Taborda, 2012, 267 f. Tese (Doutorado em Teologia) - Departamento de Teologia, Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2012.
- MORAES, Francisco Figueiredo de. *O espaço de culto à imagem da Igreja*. São Paulo: Loyola, 2009.
- MUZJ, Maria Giovanna. *Edificio Ecclesiale e Mistagogia* (pro manuscripto). Roma: Pontificio Istituto Orientale (PIO), 1999a.
- MUZJ, Maria Giovanna. *"Il mio cuore e la mia carne esultano nel Dio Vivente". Riscoprire la Teologia Simbolica*. Roma: Pontificio Istituto Orientale (PIO), 2019b.
- MUZJ, Maria Giovanna. *Lo spazio vissuto. Il fondamento corporeo del simbolismo spaziale. Lo spazio è una dimensione interiore dell'essere umano*. Roma: Pontificio Istituto Oriental (PIO), 2019c.
- RITUAL DA DEDICAÇÃO DE IGREJA E DE ALTAR. São Paulo: Paulus, 2000.
- TABORDA, Francisco. *O memorial da Páscoa do Senhor*. Ensaios litúrgico-teológicos sobre a eucaristia. Cap. São Paulo: Loyola, 2009. (Theologica).
- TRECANNI, Enciclopedia on line. *Ciborio*. Disponível em: <https://www.treccani.it/enciclopedia/ciborio/>. Acesso em: 22 set. 2022
- VALENZIANO, Crispino. *Architetti di Chiese*. Bologna: EDB, 2005.

A Iniciação Cristã no Documento de Aparecida e os Ministérios envolvidos

Renato Quezini ¹

Resumo: O presente artigo, a partir de pesquisa bibliográfica, tem como objetivo refletir sobre o tema da Iniciação cristã a partir das reflexões propostas no Documento de Aparecida. Este processo de formação proposto por Aparecida se desenvolve a partir de alguns aspectos fundamentais (conversão, discipulado, comunhão eclesial, e a missão) que, em outras palavras, seria como que implantar os elementos centrais da formação dos catecúmenos de acordo com o Ritual da Iniciação Cristã de Adultos para a formação de todos os discípulos missionários de Jesus. Tal documento parte do encontro pessoal com Jesus Cristo vivo, pela ação do Espírito Santo, que se realiza na fé vivida e recebida da Igreja, tendo o Querigma como “fio condutor” do processo evangelizador. Abordaremos também nesse artigo todos os agentes envolvidos no processo iniciático (comunidades, introdutores, catequistas, bispos, presbíteros, diáconos e famílias). Todos precisam se envolver nesse processo em vista de propiciar uma formação integral e processual do discípulo: que responda ao tempo que se vive a partir de uma expressão de fé adulta e comprometida. A Igreja, portanto, precisa de catequese evangelizadora e de inspiração catecumenal, com o objetivo de formar: discípulos e missionários de Jesus Cristo, Caminho, Verdade e Vida, comprometidos com a vida e o dinamismo da Igreja e engajados generosamente na construção do Reino de Deus na história.

Palavras-chave: Iniciação Cristã. Aparecida. Discipulado. Ministérios. Evangelização.

INTRODUÇÃO

O tema da iniciação à vida cristã é central na vida da Igreja. Neste sentido, os padres conciliares num desejo de renovação da Igreja, no tocante a esse assunto, clamam por uma restauração do catecumenato antigo, tendo em vista a conexão e a unidade dos três sacramentos da iniciação cristã como um processo unitário, no qual o Batismo, a Confirmação e a Eucaristia pudessem conduzir o cristão a plena participação no Mistério Pascal de Cristo.

O presente texto tem como objetivo apresentar num primeiro momento a proposta que a Igreja tem através do Documento de Aparecida (DAp) para a formação de Discípulos-Missionários de Jesus Cristo. Veremos uma íntima conexão entre a proposta de Aparecida com o processo catecumenal inspirado no Ritual da Iniciação Cristã de Adultos (RICA). Na segunda parte do trabalho seguindo a linha proposta por Aparecida de renovação das estruturas da Igreja para melhor desempenhar seu papel na sociedade e no mundo, abordaremos os agentes pastorais que necessitam se envolver para que o processo catecumenal seja eficaz.

¹ Presbítero da Arquidiocese de Maringá. Mestrando em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), bolsista CAPES. Especialista em liturgia (UNISAL), espiritualidade cristã e orientação espiritual (FAJE) e counseling (FAV), bacharel em filosofia (IFAMA) e teologia (PUC-PR). rquezini@yahoo.com.br

1 A FORMAÇÃO DO DISCÍPULO MISSIONÁRIO SEGUNDO O DOCUMENTO DE APARECIDA

Referindo-se ao tema da iniciação cristã, a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, realizada entre os dias 13 e 31 de maio de 2007, no Santuário Nacional de Aparecida – Brasil, através do Documento de Aparecida, apresenta uma reflexão que reconhece a importância da iniciação cristã como um itinerário para a formação dos discípulos-missionários.

Esta nova etapa da renovação da catequese através da aplicação do Ritual da Iniciação Cristã de Adultos não depende apenas das pessoas e organizações, diretamente comprometidas com a catequese propriamente dita, mas de todos os membros da Igreja. É a igreja toda que deve ter como prioridade: “formar discípulos missionários de Jesus Cristo para que nele os povos e o planeta terra tenham vida em abundância” (DAp. n. 1). Prosseguindo, o mesmo documento nos diz que:

A iniciação cristã que inclui o querigma, é a maneira prática de colocar alguém em contato com Jesus Cristo e iniciá-lo no discipulado. Dá-nos, também oportunidade de fortalecer a unidade dos três sacramentos da iniciação, e aprofundar o rico sentido deles. A iniciação cristã, propriamente falando, refere-se à primeira iniciação nos mistérios da fé, seja na forma de catecumenato batismal para os não batizados, seja na forma de catecumenato pós-batismal para os batizados não suficientemente catequisados (DAp. n. 288).

Neste sentido, o processo de formação, segundo o Documento de Aparecida, parte do encontro pessoal com Jesus Cristo vivo, pela ação do Espírito Santo, que se realiza na fé vivida e recebida da Igreja (DAp n. 246), tendo o Querigma como “fio condutor” (DAp. n. 278a) do processo evangelizador que é o ponto de partida para: a conversão, o discipulado, a comunhão eclesial, e a missão. Ou seja, que culmine na maturidade cristã.

O caminho de formação do seguidor de Jesus lança suas raízes na natureza dinâmica da pessoa e no convite pessoal de Jesus Cristo, que chama os seus pelo nome e estes o seguem porque conhecem sua voz. O Senhor despertava as aspirações profundas de seus discípulos e os atraía a si maravilhados. O seguimento é fruto de uma fascinação que responde ao desejo de realização humana, ao desejo de vida plena (DAp. 277).

Este processo de formação proposto por Aparecida se desenvolve a partir de alguns aspectos fundamentais (conversão, discipulado, comunhão eclesial, e a missão) que, em outras palavras, seria como que implantar os elementos centrais da formação dos catecúmenos de acordo com o Ritual da Iniciação Cristã de Adultos (anunciar, aprofundar, iluminar, saborear)

são os verbos utilizados pelo (RICA n. 9) para a formação de todos os discípulos missionários de Jesus.

Sendo assim, a etapa do pré catecumenato destinado aos simpatizantes como o primeiro contato com o Senhor, torna-se essencial agora na formação do discípulo-missionário através do Querigma, que conduz a conversão do coração onde através do encontro pessoal com Jesus Cristo, a pessoa dá início à caminhada eclesial.

O catecumenato, tempo de maior preparação do catecúmeno, pode ser entendido na formação do discípulo-missionário, como processo formativo que abarque todos os ciclos da vida humana. Neste sentido a formação não pode ser ocasional ou reduzida a um mero cursinho de doutrina, é preciso que seja, orgânica, progressiva, vivencial e comprometedora.

Para esse passo são de fundamental importância a catequese permanente e a vida sacramental, que fortalecem a conversão inicial e permitem que os discípulos missionários possam perseverar na vida cristã e na missão em meio ao mundo que os desafia (DAp. n. 278c).

O tempo da iluminação é um tempo de purificação interior, onde o candidato tendo feito um caminho se prepara espiritualmente para a recepção dos sacramentos. Transpondo para a formação do discípulo-missionário seria como que o desfecho de um processo formativo querigmático e catequético conduzido pela experiência comunitária, pela leitura orante da Palavra de Deus, que resultará em conversão e seguimento a Jesus Cristo, inserção em uma comunidade eclesial, vivência dos sacramentos, e engajamento de transformação da sociedade.

Por fim a etapa mistagógica, seria como que um caminho que conduziria à inserção no mistério da fé, proporcionando assim, a educação dos gestos e dos símbolos empregados na liturgia, que levaria a valorização do significado do rito celebrado. Conforme o Documento:

A eucaristia é o lugar privilegiado do encontro do discípulo com Jesus Cristo. Com este sacramento, Jesus nos atrai para si e nos faz entrar em seu dinamismo em relação a Deus e ao próximo. Existe estreito vínculo entre as três dimensões da vocação cristã: crer, celebrar e viver o mistério de Jesus Cristo, de tal modo que a existência cristã adquira verdadeiramente forma eucarística (DAp. 251).

A Conferência de Aparecida, na linha dos documentos pós-conciliares, deixa-nos a mensagem de que a catequese precisa ser de inspiração catecumenal, possuindo algumas características iniciáticas tais como o “cultivo da amizade com Cristo na oração, o apreço pela celebração litúrgica, a experiência comunitária, o compromisso apostólico mediante um serviço aos demais” (DAp. n. 299).

Com raras exceções, os adultos, hoje necessitam sobretudo: do primeiro anúncio (que-rigma), de um primeiro passo para a conversão, de um encaminhamento ao discipulado de engajamento na Igreja e na construção do Reino.

A Igreja, portanto, precisa de catequese evangelizadora e de inspiração catecumenal, com o objetivo de formar: discípulos e missionários de Jesus Cristo, Caminho, Verdade e Vida, Mestre e Pontífice; membros comprometidos com a vida e o dinamismo da Igreja e engajados generosamente na construção do Reino de Deus na história. Por isso a insistência de propiciar “uma formação integral e processual do discípulo: que responda ao tempo que se vive a partir de uma expressão de fé adulta e comprometida” (CELAM, 2008, p. 21).

2 AGENTES COMPROMETIDOS COM O PROCESSO DE INICIAÇÃO À VIDA CRISTÃ

A conversão pastoral de que tanto fala Aparecida, passa por essa consciência iniciática. Conversão pastoral à iniciação à vida cristã significa repensar não somente o “como” da iniciação, mas o “quem”, e nesse sentido o “quem” da iniciação deve ser assumido como dimensão transversal da pastoralidade (REINERT, 2018, p. 128). Ao longo do nosso trabalho estamos amadurecendo a compreensão da iniciação à vida cristã a luz dos elementos propostos pelo Rito do catecumenato em etapas.

Em relação aos sacramentos da iniciação cristã, a recepção por parte das Conferências Episcopais foi muito boa, porém, nem todas as regiões desenvolveram o catecumenato com o mesmo dinamismo (PARANHOS, 2022, p. 175). O não desenvolvimento se deu pela falta de pessoas preparadas para essa missão. Queremos agora avançar nossa reflexão apontando alguns elementos que tornem mais acessíveis as orientações pastorais e as sugestões litúrgicas do RICA. Conforme Domingos Ormonde:

Com boa vontade, confiança e ‘jeitinho brasileiro’, qualquer comunidade pode adotar o modelo catecumenal. A própria comunidade é o principal ponto de partida para organizar um catecumenato. Não importa se grande ou pequena, rural ou urbana. O Espírito Santo realiza a iniciação através da comunidade, a ‘Mãe Igreja’, como é chamada (ORMONDE, 2001, p. 27).

2.1 O MINISTÉRIO DA COMUNIDADE

Tornar-se um cristão verdadeiramente comprometido exige da parte da pessoa muito mais que uma adesão pessoal, ela precisa, logo no início do seu caminhar, da ajuda da comunidade eclesial, formada por pessoas comprometidas, que dão testemunho de sua vivência cristã, anunciando com palavras e com a vida a mensagem de Cristo e difundindo a fé nas várias circunstâncias da vida cotidiana.

Neste sentido o Ritual da Iniciação Cristã de Adultos considera a comunidade como o primeiro ministério do catecumenato, pois o mesmo estará sempre unido organicamente a uma comunidade de fé, através de seus encontros fraternos, vida litúrgica de oração, vivência da fraternidade. “A comunidade é a referência concreta da Igreja de Jesus para os que fazem o caminho de fé” (ORMONDE, 2001, p. 27).

Relatos pastorais tem mostrado que o ingresso e a permanência numa comunidade eclesial foram determinados pela acolhida lá recebida. Por outro lado, não são poucas as desistências da igreja motivadas pela anemia nas relações fraternas (REINERT, 2018, p. 109).

O RICA propõe ainda uma participação ativa dos membros da comunidade na dinâmica do catecumenato através da participação nas celebrações, dos ritos, colaborando na avaliação individual da caminhada da pessoa, demonstrando na Quaresma a renovação do espírito de penitência, fé e caridade, renovando as promessas batismais na Vigília Pascal, enfim, cercando-os de carinho e afeição para que se sintam felizes e acolhidos na comunidade cristã (RICA n, 41).

Para que este ministério aconteça é preciso que a comunidade tome consciência de que “a iniciação cristã dos catecúmenos incumbe a toda comunidade dos fiéis” (*Ad Gentes* n. 14). A convivência comunitária influenciará o crescimento do catecúmeno e o estimulará na prática das boas obras. Neste sentido, o processo de iniciação é benéfico e educativo para a comunidade inteira.

Numa comunidade concreta, cada vez mais inserida no Mistério Pascal de Cristo, todas as pessoas envolvidas no processo, conduzidas pelo Espírito, se tornarão testemunhas do Evangelho por palavras e ações no ambiente da família, da escola e do trabalho, bem como em sua comunidade e na sociedade civil. A pessoa é levada a interpretar os sinais dos tempos e a atuar como profeta na libertação e transformação do mundo, segundo os desígnios de Deus. Assim sendo, a pessoa depois de iniciada plenamente é chamada a seguir uma vocação determinada dentro da comunidade.

2.2 O MINISTÉRIO DOS INTRODUTORES

Por mais que seja um ministério específico da iniciação cristã dos adultos, pouco se fala sobre o papel dos introdutores. É função dos mesmos, como membros da comunidade, acompanhar e conhecer os que pedem para serem iniciados. “O candidato que solicita por sua admissão entre os catecúmenos é acompanhado por um introdutor, homem ou mulher que o conhece, ajuda e é testemunha de seus costumes, fé e desejo” (RICA n. 42).

O introdutor prepara o candidato para acolher na liberdade o dom da fé, o anúncio da Boa Nova e assumir o encontro pessoal com o Senhor e as condições para a conversão e a fidelidade. Sem um introdutor dedicado e competente, não é possível começar o processo de iniciação à vida cristã de inspiração catecumenal. “É o introdutor que coloca as bases para o

segundo tempo, o Catecumenato propriamente dito, no qual atuam os catequistas” (ESTUDO 97 CNBB, n. 127).

No momento da celebração de entrada no catecumenato, cada simpatizante já possui um introdutor, que juntamente com os ministros ordenados, catequistas, avaliaram sobre as reais disposições do candidato (RICA n. 16). Nessa celebração quem preside pergunta aos introdutores e à comunidade se “estão dispostos a ajudá-los a encontrar e seguir o Cristo” (RICA n. 77).

Este ministério é muito importante e não se limita apenas aos momentos rituais. Trata-se verdadeiramente de um ministério de ajuda, semelhante ao dos padrinhos, ou do diretor espiritual. Com efeito, o próprio Ritual parece dar preferência que o introdutor venha a ser o padrinho (RICA n. 42). Conforme Domingos Ormonde:

Sugerimos à nossa realidade: dar a esse ministério as funções que o ritual atribui aos padrinhos. No acompanhamento de uma pessoa caberia ao introdutor então: ‘ensinar familiarmente como praticar o evangelho em sua vida particular e social, auxiliá-la nas dúvidas e inquietações, dar-lhe testemunho cristão’ e, depois da celebração dos sacramentos, ‘velar pelo progresso de sua vida batismal’ (ORMONDE, 2001, p. 28).

Diante da importância deste ministério, exige-se ou ao menos supõe-se que tais introdutores sejam: “pessoas de fé, já iniciadas, constantes na vida litúrgica da comunidade e na comunhão eucarística, orantes, atentas à palavra de Deus, amigas, solidárias com os mais pobres e simples no relacionamento pessoal” (ORMONDE, 2001, p. 28).

2.3 O MINISTÉRIO DOS CATEQUISTAS

Assim como o ministério dos introdutores, o dos catequistas é muito valioso para a comunidade cristã. O RICA diz que os catequistas são importantes para o progresso dos que fazem o caminho da fé, e colaboram para o desenvolvimento da comunidade (RICA n. 48). Neste sentido, a iniciação cristã deve ser acolhida como dom de Deus para a comunidade que ao gerar novos filhos e filhas para o Senhor, é chamada a renovar e aprofundar na fé a compreensão do mistério pascal. Diz o Ritual aos catequistas:

“Cuidem de que a catequese seja penetrada do espírito evangélico, em harmonia com os ritos e o calendário litúrgicos, adaptada aos catecúmenos e, na medida do possível, enriquecida pelas tradições locais” (RICA n. 48). Diz isso, para ficar muito claro que o catequista não é professor, mas alguém mais adiantado no caminho, e por isso, pode ajudar outros a também atingirem a maturidade cristã. A catequese também não deve ser vista como aula, mas como um encontro de amigos que desejam caminhar rumo a Deus.

Os catequistas ainda segundo o RICA têm uma atuação litúrgica significativa. Podem presidir as celebrações da Palavra próprias do catecumenato (RICA n. 106). Participam ativamente dos ritos da iniciação cristã, mesmo quando presididos pelos ministros ordenados (RICA n. 48). Intercedem pelos que fazem o caminho da fé com orações e bênçãos, de forma comunitária e pessoal (RICA n. 102 e 119). E com a designação do bispo podem fazer exorcismos (CERIMONIAL DOS BISPOS, 1988, p. 129-130), ou seja, as orações de fortalecimento no caminho do Senhor.

O catequista é um mediador que ajuda os catecúmenos a acolherem, com todo o seu ser, a gradual e progressiva revelação do Deus amor e de seu Projeto salvífico. Ele os encaminha para que cada um realize seu encontro pessoal com o Senhor, mediante Jesus Cristo, o filho de Deus ressuscitado, que nos leva, com o Espírito Santo, à comunhão com o Pai (ESTUDO 97 CNBB, n. 141).

Devido a importância de sua função ministerial os critérios utilizados para a escolha dos catequistas são os mesmos utilizados para os introdutores, com o acréscimo de que tenham facilidade de trabalhar em equipe compreendendo assim, a catequese como uma escola da vida cristã onde todos aprendem.

2.4 O MINISTÉRIO DO BISPO, DOS PRESBÍTEROS E DIÁCONOS

O Bispo como pastor da Igreja Particular é o primeiro dos ministros “a encarregar-se pela iniciação cristã dos adultos” (CERIMONIAL DOS BISPOS, 1988, p. 129). Segundo a *Catechesi Tradendae* “O Bispo é catequista por excelência e deve ter a catequese como a prioridade das prioridades” (*Catechesi Tradendae*, n. 63.). Lembra-nos também o Ritual da Iniciação Cristã de Adultos e o Cerimonial dos Bispos que na medida do possível, ele é quem deve presidir a celebração da eleição e administrar os sacramentos da iniciação cristã aos adultos na noite da Vigília Pascal (RICA n. 44 e CERIMONIAL DOS BISPOS, 1988, p. 129). Tudo isso por ser considerado o principal responsável pela aplicação e desenvolvimento do catecumenato em sua diocese.

É fundamental que o bispo não apenas aprove esta modalidade do processo catecumenal, mas efetivamente a assuma com zelo e incentive, reconhecendo que a catequese de adultos é uma dimensão essencial da Igreja principalmente nos dias atuais.

Os presbíteros, por sua vez, pelo sacramento da Ordem são os cooperados dos Bispos e recebem a missão de construir e edificar como ministros de Cristo cabeça todo seu corpo que é a Igreja (*Presbyterorum Ordinis* n. 12). Sendo assim, eles concretizam na comunidade a função de motivar os membros para o testemunho da fé e para o acolhimento dos que são despertados, os “simpatizantes”. Diz também o Ritual, que cabe a ele prestar assistência pastoral e pessoal aos que fazem o caminho da fé, “interessando-se sobretudo pelos que se mostram mais hesitantes e inquietos” (RICA n. 45).

É dever do ministro ordenado acompanhar ao longo do processo os introdutores e catequistas dando-lhes uma atenção especial e espiritual, para que juntos diante dos conflitos que possam surgir, ao longo do caminho possam se ajudar mutuamente e trabalhar em harmonia. Ainda se referindo aos ministros ordenados, diz o RICA que a multiplicação de diáconos permanentes permitiria uma presença efetiva deles na vida dos catecúmenos (RICA n. 47).

2.5 O PAPEL DA FAMÍLIA NA INICIAÇÃO CRISTÃ

Constata-se que a instituição familiar passa por um momento de crise, isso é o resultado de diversos fatores que influenciam a família, tais como, excesso de atividades profissionais que acabam provocando o distanciamento dos membros, a ausência dos pais que gera a desorientação dos filhos, os meios de comunicação que substituem o diálogo, a informática com seus riscos e potencialidades provoca uma ruptura com tradições valiosas gerando uma crise de valores nas pessoas em geral. Conforme os Bispos do Brasil:

A estrutura da estabilidade e da fidelidade da família está abalada, em decorrência da perda do sentido do amor, pela facilidade com que a lei favorece as separações e novas uniões, pela crise social e tantos outros fatores. Há novos padrões sociais para a sexualidade e a família, muito diferentes dos ensinados pela Igreja (Diretório Nacional de Catequese, n. 95).

Uma catequese de inspiração catecumenal, chamada a lidar com estas questões diante de um pluralismo religioso e cultural, precisa estabelecer as bases da convivência e fortalecer a consciência de uma vida comunitária. Para tal, é necessário um acompanhamento personalizado dos jovens que se preparam para o Matrimônio. E os que já constituíram famílias, poderiam contar com o auxílio de pastorais e movimentos para acompanhá-los diante de algumas das dificuldades apontadas acima.

Neste sentido, foi publicado recentemente em 15 de junho de 2022, a pedido do Papa Francisco que almeja um catecumenato matrimonial, o documento: Itinerários catecumenais para a vida matrimonial - Orientações pastorais para as Igrejas particulares. O Dicastério para os leigos, a família e a vida elaborou este documento que visa oferecer aos pastores, esposos e quantos trabalham na pastoral familiar, uma visão e metodologia renovadas da preparação para o sacramento do matrimônio e de toda a vida conjugal que inclua todas as etapas do caminho sacramental: os tempos de preparação para o matrimônio, da sua celebração e dos anos seguintes².

2 DICASTÉRIO PARA OS LEIGOS, A FAMÍLIA E A VIDA. Itinerários catecumenais para a vida matrimonial - Orientações pastorais para as Igrejas particulares. 2022. Disponível em: <https://www.osservatoreromano.va/pt/news/2022-06/por-025/itinerarios-catecumenais-para-a-vida-matrimonial.html> Acesso em: 14 de set. 2022

Muitas famílias tomam a iniciação cristã unicamente como preparação aos sacramentos, com pouca consciência de compromisso e coerência de vida, gerando assim, superficialidade na formação. Nos processos catequéticos para as famílias é necessário que seja destacada a “intima interação entre espaço familiar, ambiente social e comunidade cristã, ajudando a resgatar seu papel de ser a primeira educadora da fé em consonância com a comunidade eclesial” (LIMA, 2006, p. 48).

Neste sentido a família como patrimônio da humanidade, lugar e escola da comunhão, pequena Igreja doméstica é chamada a ser lugar de catequese através do testemunho de vida cristã para a formação dos discípulos missionários de Jesus Cristo. Tamanha é sua importância que deve ser considerada “um dos eixos transversais de toda a ação evangelizadora da Igreja” (DAP. n. 435).

CONCLUSÃO

De acordo como o que vimos no presente texto, a iniciação cristã revela-se como um tema importante, pois implica refletir sobre o ser cristão no mundo de hoje, por isso é válida e deve ser assumida como eixo da evangelização, que leva a uma redescoberta consciente e adulta da fé, da Boa Nova de Jesus Cristo e ao discernimento da presença atuante do Espírito no mundo, na Igreja e na própria vida da pessoa. Sem prejuízo da doutrina esta metodologia catecumenal deverá situar-se numa linha vivencial que conduza o catecúmeno ao compromisso de fé, que o faça experimentar, na comunidade, a vida no Espírito.

O contexto moderno em que estamos inseridos é pleno de realidades que são contrárias ao plano salvífico de Deus. Isto gera mudanças e acaba acarretando em muitas pessoas a insegurança, que por sua vez “leva ao sentimentalismo e ao fundamentalismo religioso” (LELO, 2004, p. 15). Nesse contexto eclesial brasileiro a tradição religiosa não é mais transmitida com tranquilidade e segurança pelas famílias, muito menos, pela sociedade. Por isso a fé deve ser comunicada por um trabalho consciente de iniciação e educação cristã.

A iniciação à vida cristã é um “desafio que devemos encarar com decisão, coragem e criatividade, pois é tarefa irrenunciável” (DAP. n. 287). É processo permanente, gradual, envolvendo toda a comunidade. Exige a conversão pessoal e estrutural. E é também oportunidade de um novo estilo evangelizador.

REFERÊNCIAS

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório Nacional de Catequese*. São Paulo: Paulinas, 2006. (Coleção documentos da CNBB 84).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Iniciação à vida Cristã*. Estudo 97 da CNBB. Brasília: CNBB, 2009.

CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E A DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. *Ritual da Iniciação Cristã de Adultos*. 4.ed. São Paulo: Paulus, 2007.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO (CELAM). *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília: CNBB, São Paulo: Paulinas, 2007.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. (CELAM). *A Caminho de um novo paradigma para a catequese. III Semana Latino-Americana de catequese*. Brasília: CNBB, 2008.

DICASTÉRIO PARA OS LEIGOS, A FAMÍLIA E A VIDA. *Itinerários catecumenais para a vida matrimonial - Orientações pastorais para as Igrejas particulares*. 2022. Disponível em: <https://www.observatoreromano.va/pt/news/2022-06/por-025/itinerarios-catecumenais-para-a-vida-matrimonial.html> Acesso em: 14 de set. 2022

JOÃO PAULO II. *Exortação Apostólica Catechesi Tradendae* (sobre a Catequese no nosso tempo). 15ª.ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

JOÃO PAULO II. *Cerimonial Dos Bispos. Cerimonial da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1988.

LELO, Antonio, Francisco. *Aplicação no Brasil do Ritual de Iniciação Cristã de Adultos*. in: Revista de Catequese. n. 108. out/dez 2004.

LIMA, Luiz Alves de. *Discípulos e missionário de Jesus Cristo. Síntese dos temas da III Semana Latino-Americana de Catequese*. In Revista de catequese. n. 114. abr/jun de 2006.

ORMONDE, Domingos. *Pontos de partida para um catecumenato em etapas*. In: Revista de Liturgia. n.164. mar/abr 2001.

PARANHOS, Washington. *O contexto litúrgico-sacramental da Igreja em sua evolução histórica*. São Paulo: Paulus. 2022. (Coleção academia litúrgica).

REINERT, João Fernandes. *Inspiração catecumenal e conversão pastoral*. São Paulo: Paulus. 2018. (Coleção biblioteca do catequista).

VATICANO II. *Decreto Ad gentes sobre a atividade missionária da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1998.

VATICANO II. *Decreto Presbyterorum Ordinis sobre o ministério e a vida sacerdotal*. São Paulo: Paulinas, 1998.

A importância catequética do Anúncio da Palavra na celebração do batismo de crianças fora da missa

Rodrigo José Arnoso Santos ¹

Resumo: Às portas das celebrações dos 60 anos da publicação da *Sacrosanctum Concilium*, documento conciliar que buscou tratar da vida litúrgica da Igreja, em vista da promoção de uma participação ativa, consciente, frutuosa e plena de todos os seus membros nas celebrações da comunidade eclesial, o que nos propomos é estudar a importância catequética do anúncio da Palavra de Deus, na celebração do batismo de crianças fora da missa. Toda ação litúrgica é marcada por *ritus et preces*. Desse modo, partindo da liturgia da Palavra proposta pelo ritual do batismo de crianças, demonstraremos a dimensão formativa, pastoral e mistagógica do anúncio da Palavra do Senhor, nesta celebração. O nosso estudo terá como ponto de partida o rito proposto para esta celebração e estudos que indicam para a necessidade da abordagem desta temática. Somos cômicos, de que o conhecimento do valor catequético do anúncio da Palavra nesta celebração, contribui plausivelmente para a edificação de uma Igreja ministerial e por conseguinte sinodal.

Palavras-chave: Liturgia; catequese; mistagogia; sinodalidade; discipulado.

INTRODUÇÃO

O Concílio Vaticano II, através da Constituição *Sacrosanctum Concilium* (SC), que buscou tratar da vida litúrgica da Igreja, promoveu um valoroso trabalho de reforma e renovação dos livros litúrgicos. Entre os mais valiosos frutos da reforma e restauração da liturgia, que tinha por finalidade promover a participação ativa, consciente, frutuosa e plena do povo de Deus na liturgia (SC 30), foi aquele de oferecer de uma forma abundante, um elenco de leituras, a serem proclamadas durante a celebração dos sacramentos e sacramentais da Igreja. “Para que apareça claramente que na liturgia as cerimônias e as palavras estão intimamente unidas: nas celebrações litúrgicas seja mais abundante, variada e bem adaptada a leitura da Sagrada Escritura” (SC 35)

Por esforço e obra dos responsáveis pela reforma e elaboração dos novos livros litúrgicos à luz do Concílio Vaticano II, em 1969 foi publicada a primeira edição típica do Ritual do batismo de crianças. Entretanto, em 1973 a Sagrada Congregação para o Culto Divino, faz publicar uma segunda edição típica, em sintonia com os livros litúrgicos publicados a partir de 1969. Cientes dos mais diversos estudos que podemos elaborar a partir desta segunda edição típica, o que ocupará a nossa atenção será o estudo da importância catequética do

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUC-SP. Membro do Grupo de Pesquisa da PUC-SP Liturgia e Inteligência Senciente. Professor de Liturgia e Teologia Sacramental no Instituto São Paulo de Estudos Superiores e no Centro Universitário Salesiano – Instituto PIO XI. E-mail: rja.santos@itesp-teologia.com.br

anúncio da Palavra de Deus na celebração do batismo de crianças fora da missa. Com a SC 24 aprendemos:

É muito grande a importância da Sagrada Escritura na celebração litúrgica. Dela se extraem os textos para a leitura e explicação na homilia e os salmos para cantar; do seu espírito e da sua inspiração nasceram orações, preces e hinos litúrgicos; dela tiram o seu significado os sinais e ações. Portanto para promover a reforma, o progresso e a adaptação da sagrada Liturgia, é necessário desenvolver aquele suave e vivo amor pela Sagrada Escritura de que dá testemunho a venerável tradição dos ritos, quer orientais quer ocidentais.

Na celebração dos sacramentos e sacramentais a Palavra de Deus ocupa um papel essencial. Ela não pode ser substituída por outras palavras, pois o seu anúncio é um modo salutar de Deus se comunicar com a sua comunidade. Da Exortação Apostólica pós-sinodal *Verbum Domini* (VD), que trata da Palavra de Deus na vida e missão da Igreja recolhemos do número 53 a seguinte afirmação: “A liturgia da Palavra é um elemento decisivo na celebração de cada um dos sacramentos da Igreja.” Por isso, o que agora nos propomos é perceber como que o seu anúncio, na celebração do batismo de crianças, fora da celebração eucarística auxilia no despertar dos pais e padrinhos para a missão de educarem seus filhos e afilhados, para uma Igreja discipular e que realiza a sua missão de uma forma sinodal.

1 A SACROSANCTUM CONCILIUM E A PROPOSTA DE REVISÃO E RENOVAÇÃO DO RITUAL DO BATISMO DAS CRIANÇAS

O capítulo III da SC, traz registrado a motivação e a razão para se promover a reforma do Ritual de batismo de crianças (RBC). O número 67 assim registra: “Reveja-se o rito do batismo das crianças e adapte-se à sua real condição. Dê-se maior realce, no rito, à parte e aos deveres dos pais e padrinhos.”

Desde os primeiros séculos a Igreja sempre entendeu que não deveria negar o batismo as crianças, “uma vez que estas são batizadas na fé da mesma Igreja, que é proclamada pelos pais, padrinhos e todos os presentes” (RBC 2). Todavia, a Igreja, que na fonte batismal, gera novos filhos para a fé em Cristo, confia aos pais e padrinhos, unidos à uma comunidade local, à tarefa de educar mistagogicamente seus filhos e afilhados, para a consciência da fé, em que foram batizados.

O exercício de instruir os filhos e afilhados na fé, exige que os pais e padrinhos se deem educar pelos ritos da Igreja, isto é, sejam eles em primeiro lugar iniciados na fé. Educar-se ritualmente para a fé significa deixar-se conduzir por *ritus et preces*, que nos inserem no coração do Mistério Pascal, para um verdadeiro encontro com Cristo, de onde nascem os verdadeiros discípulos do Senhor.

Jesus Cristo, não é simplesmente uma verdade histórica em que acreditar, ou exemplo moral a imitar, mas é o sacramento, o mistério a ser celebrado. A identidade de Cristo não pode ser apreendida plenamente só com estratégias doutrinárias ou morais: tem necessidade também de estratégias rituais, por meio das quais experimentamos que é a mesma identidade de Cristo - enquanto mistério - a envolver radicalmente em si a Igreja, realizando assim a redenção, a libertação do ser humano (GRILLO, 2017, p. 44).

A partir daqui, já podemos intuir porque o pedido de renovação do rito do batismo de crianças trazia em seu bojo o desejo de tornar bem evidente o compromisso dos pais e padrinhos. O exercício de introdutores das crianças na vida de fé da Igreja, só pode ser exercido por pessoas que alcançaram a mínima compreensão do que é nascer para a fé, por meio das águas do batismo. O Documento de Aparecida (DA) no número 157, serve para iluminar a vocação dos pais e padrinhos.

Ao receber a fé e o batismo, os cristãos acolhem a ação do Espírito Santo que leva a confessar a Jesus como Filho de Deus e a chamar Deus de “Abba”. Todos os batizados e batizadas da América Latina e do Caribe, através do sacerdócio comum do povo de Deus, somos chamados a viver e a transmitir a comunhão com a Trindade, pois a evangelização é um chamado à participação da comunhão trinitária.

A celebração do batismo de crianças através dos seus *ritus et preces* ajuda a colocar em relevo a tarefa que os pais e padrinhos assumem, de ajudarem os batizados a tomarem consciência do senso de pertença a comunidade cristã. Pertencer a esta comunidade significa sentir-se parte do povo de Deus. “O batismo põe o ser humano numa dimensão nova em relação a Deus, dimensão que é a do Filho diante do Pai, para uma inserção não exterior, mas total em Cristo (‘Eu sou a videira e vós os ramos’ Jo 15,5) (MARSILI, 2010, p. 230).

O rito reformado e renovado do batismo de crianças em todas as suas partes evidência que são os pais e padrinhos, ao lado da comunidade cristã que auxiliam para o desenvolvimento de uma fé ativa, consciente e frutuosa das crianças batizadas. São eles que exercem a missão de introduzirem as crianças na fé e conduzi-las a consciência de que: “o batismo na verdade, é muito mais do que um simples meio de referência ou de ligação exterior com Cristo: é um mistério-evento salvífico de Deus que se realizou em Cristo e que se tornou presente e ativo no sinal sacramental (MARSILI, 2010, p. 231). A celebração do batismo das crianças deve recordar de modo particular aos pais e padrinhos, que somente pessoas que tem uma vida identificada com Cristo, são capazes de despertar em outras o desejo de se identificarem também com Ele e com o anúncio da boa notícia.

Por isso, este novo ritual exige um pertinente trabalho pastoral de formação remota e próxima dos pais e padrinhos. Tal formação deve propiciar os elementos necessários para que à celebração seja o marco do início de uma tarefa missionária, em que os introdutores

e à comunidade eclesial assumem o importante serviço mistagógico, de fazer brotar na vida dos batizados o compromisso com a construção de uma Igreja discipular, consequentemente sinodal. Este trabalho de formação dos pais e padrinhos para bem celebrar o batismo de uma criança, ao lado da comunidade eclesial pode ter como fonte de inspiração o que o Papa Francisco fala em *Desiderio Desideravi* 23:

Sejamos claros: deve-se cuidar de todos os aspectos da Celebração (espaço, tempo, gestos, palavras, objetos, vestimentas, cantos, música,...) e cada rubrica deve ser observada: essa atenção seria suficiente para não furtar a assembleia do que lhe é devido, isto é, o Mistério Pascal celebrado na modalidade ritual que a Igreja estabelece. Porém, ainda que a qualidade e a norma da ação celebrativa estivessem garantidas, isso não seria suficiente para tornar plena a nossa participação.

O novo RBC configura-se como um caminho mistagógico, o qual trilhamos, com o escopo de por meio de *ritus et preces* entendermos a fé que professamos e desejamos transmitir aos nossos filhos e afilhados. O que a celebração do batismo de crianças deve nos fazer entender é: “A vida cristã tem, pois, estrutura trinitária, porque a autocomunicação de Deus à humanidade é trinitária” (TABORDA, 2001, p.55).

São muitas as novidades que encontramos no RBC, todavia, a extensão deste trabalho não nos permite debruçar sobre todas elas. Por isso, o que agora passa a ocupar a nossa atenção é o tema da importância catequética do anúncio da Palavra de Deus, na celebração em que acolhemos as nossas crianças, como partes do corpo eclesial. A Palavra de Deus deve iluminar toda a vida cristã. Ela é sempre luz para o caminhar daqueles que são chamados a continuar, na pluralidade dos ministérios, a vida mesma de Cristo. Ela é o fundamento da *lex orandi* da Igreja.

2 A PRESENÇA DA PALAVRA DE DEUS NO RBC

Uma das riquezas dos rituais que nasceram à luz das instruções do Concílio Vaticano II, foi aquela do cuidado com a elaboração de lecionários, que acompanham estes livros litúrgicos e que iluminam o sentido do mistério celebrado, em cada um dos sacramentos e sacramentais da Igreja. Como sabemos as Sagradas Escrituras é a fonte fundamental da revelação e isto podemos ler no *incipit* da Constituição Dogmática *Dei Verbum* (DV), que registra a palavra do Concílio Vaticano II, sobre a revelação divina. Por meio dela, Deus se comunica com o seu povo. O instrui em seus mandamentos e sobretudo, anima este povo na busca da construção do seu reino, por meio do seu Filho, no Espírito Santo.

Partindo do princípio da importância da Palavra de Deus na celebração dos sacramentos e sacramentais, a comissão responsável pela elaboração do novo RBC, apresentou no capítulo VII um valioso conjunto de leituras, que iluminam a celebração que marca a acolhida destes novos membros na Igreja, que no processo de maturação da fé serão guiados, por seus

pais e padrinhos. Neste novo ritual reformado e restaurado encontramos 17 textos do Antigo Testamento, dos quais 9 são salmos responsoriais. Do Novo Testamento são propostos 25 textos, 15 deles são perícopes evangélicas e 10 trechos extraídos das Cartas Paulinas e das Católicas ou Universais.

O elenco de leituras apresentado no VII capítulo deste novo ritual, já nos ajuda a perceber a resposta criativa da comissão responsável pela elaboração dele, a um desejo dos padres conciliares, de oferecer à comunidade cristã textos bíblicos que pudessem iluminar a celebração do mistério, que recordamos e celebramos, quando nos reunimos, em nome do Senhor, como assembleia do povo de Deus, para acolher novos membros, por meio do sacramento do batismo, em meio a comunidade eclesial. A vida de todo cristão deve ser iluminada e instruída pela Palavra de Deus, que é fonte inesgotável de instrução, para melhor vivermos em Cristo. No número 17 do RBC podemos ler: “A sagrada celebração da Palavra de Deus pretende que, antes da ação do mistério, seja despertada a fé dos pais, dos padrinhos e de todos os presentes, e que numa prece comum se implorem os frutos do sacramento.” O anúncio da Palavra é parte integrante do rito e assume uma tarefa catequético-mistagógica, que traz à luz, o sentido do mistério celebrado.

Em uma celebração batismal, fora da celebração eucarística, não podemos tolher da comunidade celebrante o direito de participar da mesa da Palavra. A liturgia Sacramental só tem sentido quando se deixa iluminar pela Palavra proclamada, que fundamenta os *ritus et preces* que permeiam toda a celebração. Ainda hoje faz-se necessário um trabalho amplo para conduzir pastores e leigos a uma salutar consciência do valor do anúncio da Palavra, na celebração dos sacramentos. Pois, “a Palavra de Deus toca no mais fundo do nosso ser, questiona-nos e provoca uma reação, uma mudança de vida, uma conversão” (PARO, 2018, p. 94).

Os múltiplos tesouros que encontramos na Palavra do Senhor devem ser anunciados a toda a comunidade cristã. A Palavra anunciada na celebração do batismo das crianças, não somente serve para formar a consciência dos pais e padrinhos, para a missão que assumem de instrutores e introdutores de seus filhos e afilhados na vida de fé em Cristo, mas também auxilia toda a comunidade eclesial a renovar a sua vocação cristã. A ampliar o sentido de pertença a um povo sacerdotal, profético e real. A DV no número 21 recorda que:

a Igreja “sempre considerou as divinas Escrituras e continua a considerá-las, juntamente com a Sagrada Tradição, como regra suprema da sua fé; elas, com efeito, inspiradas como são por Deus e escritas uma vez para sempre, continuam a dar-nos imutavelmente a palavra do próprio Deus, e fazem ouvir a voz do Espírito Santo através das palavras dos profetas e dos apóstolos.

O elenco de leituras no novo RBC, ainda continua sendo uma riqueza desconhecida. Desse modo, cabe àqueles que presidem a celebração do batismo e aos responsáveis pela preparação destas celebrações, visitar o Capítulo VII, escolhendo dali uma ou mais leituras a serem proclamadas e depois meditadas através da homilia, que mistagógicamente

introduzirá a assembleia reunida, no mistério celebrado e atualizado através dos gestos, sinais e palavras.

3 A FORÇA CATEQUÉTICA DO ANÚNCIO DA PALAVRA DE DEUS NA CELEBRAÇÃO DO BATISMO DE CRIANÇAS

A Liturgia da Palavra no rito proposto para o batismo de crianças fora da missa é precedida pela proposta de duas orações, que já evidenciam a importância e força catequética que comporta esta parte da celebração. As orações são as seguintes:

Ó Deus, por vosso amor, participamos do mistério da paixão e ressurreição de vosso Filho, Jesus Cristo. Fortalecei-nos no Espírito Santo para que caminhemos na vida nova. Por Cristo, nosso Senhor.

Ou:

Ó Pai, que pelo batismo nos tornais participantes de vossa família, dai-nos receber de coração sincero vossa Palavra e vive-la com alegria. Por Cristo, nosso Senhor.

A presença destas duas orações neste rito, já é um indicativo, que a Liturgia da Palavra não pode ser suprimida. É ela parte integrante do rito, exercendo uma função mistagógica de grande valor dentro da celebração. Por meio da Palavra somos conduzidos ao mistério que somos chamados a celebrar. A Palavra anunciada abre às portas para entendermos os sinais, gestos e as palavras que compõem o RBC. Nos ajuda a entender que o batismo não é uma celebração privada. Mas uma ação sacramental comunitária, momento oportuno de atualização do mistério de nossa Salvação. A Liturgia da Palavra nesta celebração “deve nos conduzir a uma experiência vital de união entre fé e vida cotidiana, em virtude da qual o cristão chega a testemunhar Cristo” (MEDEIROS, 2003, p. 370).

Por meio, do anúncio da Palavra à comunidade eclesial renova a sua consciência sobre a vocação missionária da Igreja. Desperta-se para o compromisso de construir a cada dia uma Igreja discípula-missionária, casa da Palavra, da Comunhão e da Profecia. Abre-se para à acolhida dos apelos do Espírito, que a chama sempre a se renovar e com criatividade e audácia profética propor a construção de um novo céu e uma nova terra.

O batismo não é um simples rito, nem uma ação meramente individual ou isolada. É um acontecimento que a partir da fé se insere e continua a história salvífica, as ações salvadoras de Deus na história. É um *káiros* ou momento privilegiado que atualiza o amor gratuito e soberano de Deus em relação a pessoa particular (BORÓBIO, 2009, p.149).

O anúncio da Palavra na celebração do batismo, nos educa para auscultar o mistério de nossa fé, com a finalidade de configurarmos a nossa vida, à vida de Cristo. Deixar-se moldar

por Cristo é permitir-se conduzir pela Palavra anunciada. É buscar uma vida segundo o evangelho, o que permitirá que pais, padrinhos e comunidade eclesial sejam um testemunho fundamental na vida daquele que é acolhido pela comunidade, através do sacramento do batismo. Por meio de um processo sério e responsável os introdutores das crianças no caminho de fé devem estar conscientes de que:

a grande novidade que a Igreja anuncia ao mundo é que Jesus Cristo, o Filho de Deus feito homem, a Palavra e a Vida, veio ao mundo para nos fazer “participantes da natureza divina” (2Pd 1,4), para que participemos de sua própria vida. É a vida trinitária do Pai, do Filho e do Espírito Santo, a vida eterna. Sua missão é manifestar o imenso amor do Pai, o qual quer que sejamos seus filhos (DA 348).

A Palavra proclamada é comunicação de Deus com a comunidade que se reúne, em seu nome para celebrar a acolhida de um novo membro no corpo eclesial, cuja cabeça é o Cristo. É revelação do caminho que pais, padrinhos e comunidade eclesial devem percorrer, para educar o batizado nos caminhos do Senhor, em vista da concretização de um processo, que no futuro o levará a viver autenticamente como discípulo de Cristo. Pois, sabemos que:

na liturgia o mistério de Cristo é ofertado ao indivíduo e a comunidade numa perspectiva que pede para termos consciência da singularidade histórica de Jesus de Nazaré, seja no seu mistério glorioso acolhido na fé, que faz memória, o confessa presente e o espera no seu retorno final (CAPRIOLI, 2003, p.291).

A consciência missionária nasce de uma intimidade com a Palavra do Senhor, por isso, na celebração do batismo das crianças o anúncio das páginas da Escritura Sagrada recorda a assembleia reunida, que no Cristo Palavra viva e encarnada do Pai, está o fundamento de toda à comunidade eclesial. É a partir desta palavra contida nas Sagradas Escrituras e desdobrada nos ritos e preces da Igreja, que à comunidade é chamada a ser no mundo uma memória viva, profética e transformadora das situações de morte, em realidades de vida. Isto se dá através do fomento de uma ministerialidade, que testemunha uma Igreja que se define como povo de Deus e age a partir de um espírito Sinodal. “A vida cristã caracteriza-se essencialmente pelo encontro com Jesus Cristo que nos chama a segui-Lo” (VD 72).

Compreender a Igreja como povo de Deus, que é chamado a agir em sua vida missionária de um modo sinodal é despertar-se para uma experiência de conversão pastoral, isto é, para a disponibilidade em escutar os apelos do Espírito, que nos vem ao encontro de modo especial, através do exercício atento da escuta da Palavra. “Mestra de escuta, a Esposa de Cristo repete, com fé hoje: ‘Falai, Senhor, que a vossa Igreja Vos escuta’” (VD 51). Côscios da importância catequética do anúncio da Palavra na celebração do batismo de crianças, desejamos dar mais um passo em nossa reflexão, tratando agora do valor da homilia nesta celebração.

4 A HOMILIA COMO ESPAÇO DE EXORTAÇÃO DOS PAIS E PADRINHOS PARA A MISSÃO DE EDUCAR A CRIANÇA BATIZADA PARA O DISCIPULADO DE CRISTO

O Concílio Vaticano II ao reformar e restaurar os livros litúrgicos resgatou um elemento da liturgia que ficou esquecido por muito tempo na Igreja, isto é, a homilia. A homilia como sabemos é um momento fundamental de exortação da comunidade cristã, a uma vivência sana da Palavra proclamada, nas ações litúrgicas da Igreja. Por meio dela, aquele que preside a assembleia é chamado a introduzir à comunidade no mistério celebrado, que é o Cristo. Na *Evangelii Gaudium* (EV) 135, assim o papa se expressa sobre a homilia: “A homilia pode ser, realmente, uma experiência intensa e feliz do Espírito, um consolador encontro com a Palavra, uma fonte constante de renovação e crescimento.”

Não sendo possível nos delongarmos nos inúmeros elementos de uma homilia, aqui iremos nos ater a três, que devem marcar o momento de elucidação da Palavra, dentro de uma celebração do batismo de crianças. Os elementos são os seguintes: exortação a uma vida cristã aos moldes da vida de Cristo, momento oportuno para se despertar pais e padrinhos para uma vivência missionária da fé e por fim tempo para convocar à comunidade eclesial a uma ação sinodal, na educação a fé, das crianças batizadas.

O cristão é convocado cotidianamente a viver uma vida, configurada à vida mesma de Cristo. Esta vida é exigente, pois deve ser iluminada pelos princípios que brotam do evangelho. Tais princípios evocam atitudes cristãs que emergem da prática do mandamento do amor, da disponibilidade em abraçar a cruz, como sinal de seguimento autêntico do Senhor, da escuta atenta das interpelações do Espírito, que nos ajudam a ter uma clareza, cada vez maior do sentido de sermos no seio da Igreja um povo sacerdotal, real e profético. Testemunhas vivas da fé. Pagola afirma: “A única coisa que a testemunha pode fazer é sugerir, indicar, atrair, convidar a outros a que façam a sua própria experiência. E o melhor convite é apresentar sua própria vida: uma vida atraente, interessante, nova, transformada, “salva” (2020, p.144).

A partir da consciência de que somos parte integrante do povo de Deus, testemunhas vivas do Senhor, a homilia neste momento celebrativo é chamada também a exortar pais e padrinhos para uma consciência missionário, que os torne cada vez mais capazes de introduzir os seus filhos e afilhados na fé que um dia foi transmitida a eles e que agora, tendo por base um encontro com o Senhor, são eles também chamados a transmitir aos que por eles serão instruídos e introduzidos mistagógicamente no mistério de Cristo e da Igreja.

No sacramento do batismo, Deus estabelece um diálogo profundo com o homem, entrando em contato com ele por meio da Igreja. Se trata de uma relação transformadora que vai possibilitando no batizado novas formas de viver. A Igreja, corpo de Cristo, é a mediadora desse diálogo e esse encontro, expressados eficazmente nas palavras, gestos e símbolos do rito batismal (MAQUEDA, 2012, p. 190).

O despertar para a consciência de que a Igreja na sua essencialidade é missionária, faz com que pais e padrinhos percebam na prática da sinodalidade, isto é, do ato do caminhar juntos com a comunidade está o ápice de uma vida eclesial, que nos ajuda a entender o sentido de pertença de todos os batizados ao corpo de Cristo, conteúdo central do sacramento do batismo.

Ao conteúdo teológico do batismo se chega pelo caminho do sinal sacramental em uma celebração que atualiza o Mistério Pascal: o rito da imersão, que significa a morte e ressurreição de Cristo, e a confissão-invocação do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Nos recorda, portanto, que quem foi incorporado a Cristo, pelo Batismo, constitui o povo de Deus, recebem o perdão dos pecados e passam da condição humana em que nascem como filhos do primeiro Adão ao estado de filhos adotivos, convertidos em uma criatura nova pela água e o Espírito Santo (MAQUEDA, 2012, p. 191).

Após 50 anos da publicação dos novos livros litúrgicos, ainda precisamos recuperar o importante papel da homilia, não só na celebração da eucaristia, mas também na celebração dos demais sacramentos. Não podemos perder a oportunidade, de por meio deste instrumento salutar da liturgia, formar cristãos conscientes e capazes de viverem uma profunda experiência de conversão pastoral, que nos faça entrar no seio do mistério que celebramos e nele encontrar uma fonte perene de espiritualidade cristã, que nos forma para uma vida de fé ativa consciente, plena e frutuosa.

CONCLUSÃO

No percurso de nosso estudo procuramos evidenciar alguns elementos que nos ajudam a pensar a importância catequética do anúncio da Palavra de Deus, na celebração do batismo de crianças. Um olhar pastoral sobre a vida eclesial, nos leva a constatar que ainda precisamos dar passos largos para compreendermos a força de comunicação do mistério que comporta a celebração do batismo de crianças. Tal comunicação se dá por meio de *ritus et preces*. Desse modo, torna-se cada vez mais urgente não só preparar os pais e padrinhos para assumirem a missão de serem os introdutores e instrutores das crianças batizadas na fé em Cristo, mas é preciso celebrar com eles o marco do início desta missão.

A celebração do batismo das crianças deve nos despertar para um espírito de eclesialidade, que nos ajuda a viver a nossa vocação à vida cristã de um modo profético. Sempre iluminados pela Palavra de Deus, pela Tradição da Igreja e seu Magistério.

Em tempos hodiernos faz-se necessário fomentar no coração dos cristãos a consciência de que devemos viver um projeto eclesial à luz do Vaticano II, que nos ajuda a pensar uma Igreja que encontra na sua liturgia uma fonte de espiritualidade, no seu agir tem claro que ela é denominada como povo de Deus a caminho, na sua vida pastoral e presença no mundo divide as dores e sofrimentos dos homens e mulheres de nosso tempo e na missão de

evangelizar comunica ao mundo o Cristo. Palavra viva e eterna do Pai. Se o desejo da Igreja é que ela seja formada por autênticos discípulos do Senhor, faz -se necessário que aqueles que assumem a responsabilidade de introduzir e instruir as nossas crianças na fé, tenham consciência, à luz da Palavra, o que é ser verdadeiramente discípulo de Cristo.

REFERÊNCIAS

BENTO XVI. Exortação Apostólica pós-sinodal *Verbum Domini* sobre a Palavra de Deus na vida e missão da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2010.

BORÓBIO, Dionisio. Celebrar para viver: Liturgia e sacramentos da Igreja. São Paulo: Loyola, 2009.

CAPRIOLI, Adriano. Liturgia: luogo educativo e rivelativo della fede. *Rivista Liturgica*, Padova, v. XC, n. 2-3, p. 289-302, marzo-giugno 2003.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. Constituição Dogmática *Dei Verbum* sobre a Revelação Divina. São Paulo: Paulus, 2007.

CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E A DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. Ritual Romano do batismo de crianças. São Paulo: Paulus, 2010.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. Documento de Aparecida. Texto Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe: Brasília – São Paulo: Edições CNBB – Paulus – Paulinas, 2007.

FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2013.

_____. Carta Apostólica *Desiderio Desideravi* sobre a formação litúrgica do povo de Deus. São Paulo: Paulinas, 2022.

GRILLO, Andrea. Ritos que educam: os sete sacramentos. Brasília: CNBB, 2017.

MAQUEDA, Adolfo L. La pneumatologia litúrgica en la obra de Don Achille Maria Triacca. Barcelona: Centro de Pastoral Litúrgica, 2012.

MARSILI, Salvatore. Sinais do mistério de Cristo: Teologia Litúrgica dos sacramentos, espiritualidade e ano litúrgico. São Paulo: Paulinas, 2010.

MEDEIROS, Damásio. Liturgia e vita: tra teologia, liturgia e pastorale da Medellín (1968) all'Ecclesia in America (1999). *Rivista Liturgica*, Padova, v. XC, n. 2-3, p. 369-380, marzo-giugno 2003.

PAGOLA, José A. Anunciar Deus hoje como boa notícia. Petrópolis: Vozes, 2020.

PARO, Thiago F. Catequese e Liturgia na iniciação cristã: o que é e como fazer. Petrópolis: Vozes, 2018.

TABORDA, Francisco. Nas fontes da vida cristã: uma teologia do batismo-crisma. São Paulo: Loyola, 2001.